



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS -
PPGICH**

BRUNA BEATRIZ DE OLIVEIRA CRUZ

**CRIANÇAS E INFÂNCIAS: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA
DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEA NAS ÁREAS DE CIÊNCIAS
HUMANAS E ENSINO**

**MANAUS – AM
2022**

BRUNA BEATRIZ DE OLIVEIRA CRUZ

**CRIANÇAS E INFÂNCIAS: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA
DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEA NAS ÁREAS DE CIÊNCIAS
HUMANAS E ENSINO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas - PPGICH/UEA, como requisito final para obtenção do título de mestre em Ciências Humanas (Teoria, História e Crítica da Cultura).

Orientador: Prof. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho

MANAUS – AM
2022

A presente pesquisa foi realizada com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). Resolução nº 006/2020 - POSGRAD/UEA - Edição 2020.



Catálogo na fonte

Bibliotecária responsável: Sásjala Maciel CRB11/673-AM

C957c Cruz, Bruna Beatriz de Oliveira

Crianças e infâncias: um estudo sobre a produção acadêmica dos programas de pós-graduação da UEA nas áreas de ciências humanas e ensino / Bruna Beatriz de Oliveira Cruz; orientador Roberto Sanches Mubarac Sobrinho. -- Manaus, AM: [s.n.], 2022. 138fls.; il.; quad.: Publicação digital (.pdf)

Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH). Universidade do Estado do Amazonas. Escola Superior de Artes e Turismo, 2022.

Inclui referências, p.129-138.

Publicação digital disponível em: <https://pos.uea.edu.br/cienciashumanas/>

1. Dissertação - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH 2. Infâncias Amazônicas 3. Pesquisa com Crianças 4. Visibilidades I. Mubarac Sobrinho, Roberto Sanches II. Crianças e infâncias.

CDU1997 – 303.833.6(043)-053.2

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – www.uea.edu.br
Biblioteca Setorial de Artes e Turismo
Av. Leonardo Malcher, 1728 – Ed. Professor Samuel Benchimol
Centro – CEP 69010-170 – Manaus-AM.

Bruna Beatriz de Oliveira Cruz

CRIANÇAS E INFÂNCIAS: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEA NAS ÁREAS DE CIÊNCIAS
HUMANAS E ENSINO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas - PPGICH/UEA, como requisito final para obtenção do título de mestre em Ciências Humanas (Teoria, História e Crítica da Cultura).

Aprovada em 31 de maio de 2022

BANCA EXAMINADORA: TITULARES

Prof. Dr. ROBERTO SANCHES MUBARAC SOBRINHO (Presidente)
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Prof. Pós-Doutor. OTÁVIO RIOS PORTELA (Membro Interno)
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Profª. Dra. VANDERLETE PEREIRA DA SILVA (Membro Externo)
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

BANCA EXAMINADORA: SUPLENTES

Profª. Dra. CÉLIA APARECIDA BETTIOL (Membro Externo)
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED
Universidade do Estado do Amazonas - UEA

Profª. Dra. RITA DE CÁSSIA FRAGA MACHADO
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED
Universidade do Estado do Amazonas – UEA

*Dedico este trabalho aos meus pais e em especial a minha mãe,
que incentivou sempre meus sonhos apoiando e
acreditando em minhas decisões mesmo diante
de tantas dificuldades na vida,
GRATIDÃO.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS por ser minha fonte primária de inspiração. Aos meus pais DEODATO CRUZ e TEREZINHA OLIVEIRA por acompanharem mais uma jornada, apoiando incondicionalmente em todos os momentos.

À fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão de bolsa para realizar esse estudo. De igual maneira ressalto agradecimentos ao CORPO DOCENTE do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) por propiciar a formação de novos pesquisadores que dialoguem, principalmente, sobre as culturas amazônicas, ressaltando a necessidade de compreender a Cultura por meio de aspectos multiculturais e interdisciplinares. Por conseguinte, também agradeço a EQUIPE TÉCNICO/ADMINISTRATIVA e aos COORDENADORES pelo auxílio ao longo do curso.

Ao meu orientador, Dr. ROBERTO SANCHES MUBARAC SOBRINHO pelas inúmeras contribuições em mais de dois anos de uma parceria enriquecedora intelectualmente, pelas sugestões valiosas realizadas em torno da pesquisa incluindo a substituição total do estudo das palafitas para investigar as Infâncias Amazônicas na produção acadêmica local devido à pandemia do coronavírus, agradeço sua dedicação nas orientações realizadas.

Ao PROGRAMA DE APOIO À INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PAIC) por despertar interesse por pesquisa desde cedo através da participação em projetos. Aos meus AMIGOS DE TURMA Gheysa Moura e José Celso, em especial a LARISSA SICSÚ, pelos conhecimentos e apoio mútuos compartilhados ao longo dessa caminhada. Aos meus colegas de coral na Aliança Francesa e minhas amigas Priscila Frazão, Glenda Abtibol e Kamila Queiroz por tornarem essa trajetória bem mais leve através da música ou com risos.

OBRIGADA!

*Há muitas pessoas de visão perfeita que
nada veem... O ato de ver não é coisa
natural. Precisa ser aprendido!*
(Rubem Alves)

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo conhecer a produção acadêmica entre os anos de (2018-2020) investigando pesquisas com crianças amazônicas na proposta de refletir como contribuem para constituir novas perspectivas conceituais sobre os termos “crianças” e/ou “infâncias”, fomentando compreender as “Infâncias Amazônicas” enquanto construção social. No primeiro capítulo acontece uma aproximação aos estudos da Sociologia da Infância refletindo sobre diferentes configurações sociais que foram sendo estabelecidas aos sujeitos desse grupo. No capítulo dois o diálogo proposto identifica a visibilidade da criança amazônica por meio das pesquisas sobre este viés encontradas. O terceiro e último capítulo ilustra as discussões sobre os trabalhos selecionados conjecturando que essas pesquisas favorecem a atribuição de novos significados para as imagens das “Infâncias Amazônicas”. O percurso metodológico foi desenvolvido por métodos mistos: qualitativo e quantitativo sobre as Dissertações dos Programas de Pós-Graduação nas áreas de Ciências Humanas e Ensino da Universidade do Estado do Amazonas, PPGICH e PPGEEC. A vertente interdisciplinar utilizada para refletir sobre as produções escolhidas proporcionou o entendimento de que as percepções sobre a criança amazônica dialogam sobre trajetórias simbólicas de invisibilidades sociais, em ambos os estudos a “Infância Amazônica” é perpassada por um esquecimento das vozes infantis, no entanto essas pesquisas reiteram a necessidade das crianças que vivem na Amazônia poderem ser reconhecidas como sujeitos de direitos e agentes sociais protagonista de conhecimentos.

Palavras-chave: Infâncias Amazônicas. Pesquisa com Crianças. Visibilidades.

ABSTRACT

The present study aimed to know the academic production between the years (2018-2020) investigating researches with Amazonian children in the proposal to reflect how they contribute to constitute new conceptual perspectives on the terms "children" and/or "childhoods", fostering the understanding of the "Amazonian Childhoods" as a social construction. In the first chapter, an approach is made to the studies on the Sociology of Childhood, reflecting on the different social configurations that have been established for the subjects of this group. In chapter two, the proposed dialogue identifies the visibility of the Amazonian child by means of the researches found on this bias. The third and last chapter illustrates the discussions on the selected works conjecturing that these researches favor attributing new meanings to the images of the "Amazonian Childhoods". The methodological path was developed by mixed methods: qualitative and quantitative on the Dissertations of the Post-Graduation Programs in the areas of Humanities and Teaching of the Amazonas State University, PPGICH and PPGEEC. The interdisciplinary aspect used to reflect on the chosen productions provided the understanding that the perceptions of the Amazonian child dialog about symbolic trajectories of social invisibilities, in both studies the "Amazonian Childhood" is permeated by a forgetfulness of children's voices, however these researches reiterate the need for children who live in the Amazon to be recognized as subjects of rights and social agents protagonist of knowledge.

Keywords: Amazonian Childhood. Research with Children. Visibilities.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de Dissertações encontradas no PPGICH e PPGEEC.....	63
Gráfico 2: Quantidade total de Dissertações defendidas no PPGICH por ano.....	65
Gráfico 3: Quantidade total de Dissertações defendidas no PPGEEC por ano.....	65
Gráfico 4: Dissertações de pesquisas com crianças defendidas por ano no PPGICH.....	66
Gráfico 5: Dissertações de pesquisas com crianças defendidas por ano no PPGEEC.....	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição das pesquisas com crianças defendidas no PPGICH/UEA.....	55
Quadro 2: Distribuição das pesquisas com crianças defendidas no PPGEEC/UEA.....	56
Quadro 3: Principais eixos temáticos encontrados nas pesquisas com crianças.....	79

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1: Os 3 aspectos da Pedagogia Participativa segundo Oliveira – Formosinho; Costa; Azevedo.....	92
Organograma 2: Dualidade pedagógica segundo Oliveira – Formosinho; Costa; Azevedo.....	96
Organograma 3: Potencialidades da Divulgação Científica na Educação Infantil, inspirada em Andrade.....	101
Organograma 4: Espaços de divulgação da produção de desenhos.....	102

LISTA DE DISSERTAÇÕES PARA ANÁLISE - O *CORPUS*

Dissertação 1: Percepções da Infância a partir das Narrativas de Pais no Município de Tefé – AM.....	81
Dissertação 2: Crianças Transgêneros: uma análise da produção científica brasileira dos últimos cinco anos.....	82
Dissertação 3: O Serviço de Acolhimento de Crianças Junto ao Abrigo “Casa Mamãe Margarida”: processo de (des)construção de identidades impostas.....	82
Dissertação 4: Saúde e Infância: o entendimento da relação saúde-doença com as experiências de vida de crianças	83
Dissertação 5: Educação em Ciências e a Infância: por uma visão das Crianças	83
Dissertação 6: As potencialidades do uso dos desenhos das crianças da educação infantil para a divulgação científica	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CMM	Casa Mamãe Margarida
2019-nCoV	Coronavírus
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
PAIC	Programa de Apoio à Iniciação Científica
PPGEEC	Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia
PPGICH	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
PPGS	Programas de Pós-Graduação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. CAPÍTULO I - CRIANÇAS E INFÂNCIAS: PESQUISAS COMO PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO SOCIAL	23
1.1 Crianças e infâncias: a evolução dos conceitos.....	24
1.2 A importância das pesquisas com crianças	32
1.3 “Infâncias Amazônicas”, compreendendo uma categoria conceitual	41
2. CAPÍTULO II - CRIANÇAS E INFÂNCIAS QUE SE TORNAM PESQUISAS NO AMAZONAS: ATRIBUINDO VISIBILIDADES	52
2.1 Infâncias na Amazônia: um diálogo sobre (in)visibilidades	53
2.2 Culturas infantis amazônicas e a pesquisa com crianças	71
2.3 As pesquisas sobre crianças e infâncias no PPGICH e no PPGEEC: para começarmos os debates	78
3. CAPÍTULO III - AS PESQUISAS COM CRIANÇAS E A CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO SOCIAL SOBRE INFÂNCIA NA AMAZÔNIA	85
3.1 Principais contribuições das pesquisas apresentadas	86
3.2 Novas epistemologias sobre crianças e infâncias na Amazônia	113
3.3 Reconhecendo Infâncias Amazônicas no campo acadêmico	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

O interesse em conhecer as infâncias amazônicas por periódicos no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, e Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia – PPGEEC, não representam o início da trajetória para compor essa Dissertação, pois a caminhada inicia com uma proposta de pesquisa diferente da que está presente neste texto. Contudo, acreditamos que seja importante que se compreendam as raízes dessa reelaboração de temática e espaços, esses motivos constituem um elemento primordial para chegarmos ao tema desenvolvido, que trazemos hoje em questão.

Com abordagem etnográfica, a primeira proposta de pesquisa recebeu o título de: **A Infância Flutuante na Construção Simbólica da Criança Moradora de Palafitas**. Seu objetivo central girava em torno de analisar como as dimensões socioculturais presentes no ambiente das crianças moradoras de palafitas, no bairro Educandos/AM, influenciam na construção simbólica do sentimento de infância. Logo, propunha-se a compreender as representações de infância que se constroem na relação da criança com: as águas, a pobreza familiar, o desenvolvimento de capital cultural e desigualdades sociais, refletindo sobre sua qualidade de vida, proteção e atendimento das suas necessidades.

Em uma primeira análise, o estudo estava compreendendo, que as palafitas são habitações tradicionais da cultura ribeirinha amazônica, com pilastras de madeiras, submersas durante a enchente e expostas no período da vazante. Devido a uma baixa condição financeira e ausência de opções de moradia, muitas famílias ergueram essas estruturas, cuja arquitetura acompanha o fluxo de cheia dos rios, estabelecendo-se às margens dos igarapés que se espalham pela cidade, vivendo em condições precárias de saneamento básico, infraestrutura e habitação.

Assim, a escolha pela proposta de pesquisa, surgiu a partir de leituras sobre os estudos da Sociologia da Infância e observando a realidade de silenciamento pelo qual as infâncias em palafitas estão expostas, cotidianamente, estando quase imperceptíveis nos jornais, revistas científicas, interiores dos programas de pós-graduação, no campo científico local e nacional, acarretando trajetórias de esquecimento sobre as realidades de inúmeras crianças. Existe uma pequena expressividade na produção acadêmica sobre crianças que moram em palafitas, logo, se notou que no Brasil, essas pesquisas representam um número inexpressivo, analisando a região de Manaus, considerando o bairro do Educandos, essa realidade acentua-se.

Em suma, buscava-se atribuir visibilidade à infância de inúmeras crianças amazônicas, que perpassam por gerações praticamente inalteradas em sua estrutura basilar, marcada pela

miséria e falta de oportunidades. Assim, as relações de poder estabelecidas pelo “Habitus” e a aquisição de “Capital Cultural”, são fundamentais para compreendermos os mecanismos que a sociedade utiliza para naturalizar e estabelecer um aspecto de indiferença em relação à pobreza vivida por essas crianças morando em palafitas em Manaus, como se fosse um processo normal e/ou natural de toda e qualquer sociedade.

Esse conjunto de informações elencados anteriormente representam o que se pode chamar de cerne da primeira proposta de pesquisa, contextualizando os motivos que nortearam o surgimento do estudo que estava sendo desenvolvido. Contudo, a realização desse trabalho, esteve defronte uma série de contrariedades que impossibilitavam sua efetivação, sendo a principal delas, o surgimento da pandemia do Coronavírus (2019-nCoV)¹ em março de 2020 e as grandes dificuldades encontradas para receber aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por tratar-se de uma etnografia com crianças, muito pequenas, em um período onde a sociedade enfrentava uma crise grave na saúde pública decorrente da doença.

Embora (perpassados) por essa série de intemperes, ainda víamos como possível a realização da pesquisa, dessa forma, em reuniões com o orientador, foi acordado transferir a ida ao campo para o primeiro semestre de 2021. Contudo, no mês de janeiro do ano citado anteriormente, Manaus passou pelo pior momento já registrado na pandemia de coronavírus.

Mediante a todas essas circunstâncias e pela pesquisa em palafitas representar uma investigação relativamente nova em Manaus, seria um tanto difícil conseguir dados suficientes para desenvolver uma abordagem bibliográfica/documental, pois os jornais, revistas e os próprios cursos de pós-graduação no Amazonas, não possuem muitas informações sobre as crianças do Educandos. Foram localizados alguns estudos sobre este bairro, no entanto, estreitam-se sobre as análises dos impactos ambientais e urbanísticos causados por esse modelo de moradia bem como os aspectos sociais de pobreza que demarcam a população nesse lugar.

Esses fatores, elencados acima, reiteram as dificuldades que vinham sendo enfrentadas para manter a proposta inicial de pesquisa no mestrado, fazendo com que no primeiro semestre de 2021, fosse realizada sua substituição pelo tema que apresentamos aqui, nesta Dissertação.

¹ De acordo com informações contidas no site do Ministério da Saúde no que concerne a pandemia do coronavírus o presente órgão do governo federal salienta que “em conformidade ao disposto na portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”. Para mais detalhes consultar o link disponibilizado a seguir: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2020/prt0188_04_02_2020.html>. No intuito de combater as consequências prováveis que a pandemia poderia causar a população o governo dispôs a LEI nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 no intuito de divulgar “medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”, disponível para consulta adiante <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm>.

Mesmo que a atual proposta de pesquisa possa aparentar ser muito distante da primeira, de todo não é, pois as infâncias em palafitas também constituem as “Infâncias Amazônicas”, representando uma das configurações sociais que existem nessa região multicultural.

Por fim, percebemos que a adaptação na pesquisa foi fundamental para tornar-se possível a escrita desse estudo, e de certa forma, irá contribuir muitíssimo para quando a pesquisa com crianças em palafitas for realizada, seja em outro Mestrado, seja no Doutorado.

Destarte, a proposta atual presente nesse estudo desenvolve-se sobre a produção acadêmica em dois Programas de Pós-Graduação, ao nível de mestrado, nas áreas de Ciências Humanas e Ensino da Universidade do Estado do Amazonas. Logo, essa Dissertação, objetivou, **conhecer as pesquisas desenvolvidas sobre crianças e infâncias no estado do Amazonas, analisando como esses estudos contribuem, para constituir novas perspectivas sobre os estudos das crianças e infâncias que vivem na Amazônia**, sendo necessário, pensar conceitualmente as “Infâncias Amazônicas”, para as compreender enquanto construção social.

Desse modo, por meio dos objetivos específicos que estão presentes ao longo do texto que compõe essa pesquisa, foi possível: **identificar** as dissertações nos PPGS das áreas de Ciências Humanas e Ensino com pesquisas desenvolvidas sobre crianças e infâncias; **analisar** os principais conceitos e métodos de análise sobre crianças e infâncias que têm sido utilizados nas dissertações dos dois PPGS; e **refletir** sobre como essas pesquisas constituem novas formas de evidenciar as crianças e infâncias, contribuindo na formação de uma nova categoria de pensamento no campo acadêmico e social sobre os estudos da infância no Amazonas.

A partir de uma pesquisa bibliográfica realizada em bases de dados², a nível de Brasil, buscou-se cursos de mestrados com perspectivas interdisciplinares³ com pesquisas sobre crianças e infâncias no contexto Amazônico, onde observou-se que existe uma quantidade de produção acadêmica pequena. Trazendo esse diálogo para os Programas de Pós-Graduação em Manaus, encontramos alguns trabalhos que versam sobre tal temática, no entanto, nossa proposição foi de construir processos de análises que dialogassem por meio de uma perspectiva interdisciplinar, relacionando as pesquisas entre as áreas de Ciências Humanas e Ensino.

A investigação nessa pesquisa, não se resumirá, simplesmente, em falar sobre como os conceitos de criança e infância aparecem nas Dissertações, mas buscará conhecer o espaço que esses trabalhos possuem e/ou vêm criando, a fim de melhor compreender a dinâmica existente na articulação entre: Ciências Humanas e Ensino. Essa pertinência em construir novas

² CAPES, SCIELO e BDTD.

³ Por exemplo: Programas de Pós-Graduação ao nível de Mestrado em Ciências Humanas – UEA; Sociedade e Cultura – UFAM; Educação e Ensino de Ciências na Amazônia – UEA; Ciências Humanas – UFSC etc.

possibilidades teóricas torna evidente o quanto a interdisciplinaridade salienta-se como elemento cada vez mais primordial no campo científico da pós-graduação.

Alguns questionamentos foram fundamentais para a motivação desse estudo, emergindo, assim, o nosso problema de pesquisa: **as pesquisas nesses dois mestrados vêm constituindo novas abordagens no contexto amazônico, favorecendo a criação de perspectivas nos estudos das infâncias?** A partir desse problema foram elencadas as seguintes questões norteadoras.

- **Como essas Dissertações podem influenciar e contribuir na formação do pensamento acadêmico e social sobre crianças e infâncias?**
- **Quais as contribuições desses estudos no Amazonas no que tange à questão das infâncias e das crianças?**
- **Em quais categorias teóricas de crianças e infâncias os trabalhos nos PPGS de Ciências Humanas e Ensino estão se desenvolvendo?**

O percurso metodológico desenvolver-se-á por métodos mistos, qualitativo e quantitativo, pois ambos possuem características complementares, favorecendo a possibilidade em poder construir um estudo mais aprofundado. Na dinâmica existente entre essas abordagens, a primeira desenvolve um enfoque social e/ou filosófico e a segunda possui disposição analítica em reunir os dados. Conclui-se que há um equilíbrio na troca entre as informações coletadas.

Nosso *corpus* de análise foi composto por 3 Dissertações do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH/UEA e 3 do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia – PPGEEC/UEA. Considera-se que ambos possuem pesquisas que vêm contribuindo para a formação de novas perspectivas sobre os estudos das “Infâncias Amazônicas”, repensando de forma conceitual crianças e infâncias.

O PPGICH é um programa interdisciplinar presente nas cidades de Manaus e Tefé, que associa em suas dissertações conhecimentos das áreas de: Ciências Humanas, Sociais, Educação, Linguagens e das Artes e acredita que existe uma lacuna quando passa-se a analisar sobre os conhecimentos que são produzidos na região da Amazônia, seja vindo desta ou sobre ela própria. Por isso, estabelece sua produção acadêmica, sobre questões sociais e/ou teóricas sobre as diferentes configurações da Cultura com o foco mais central na sociedade Amazônica

e vem contribuindo na formação de pesquisadores, capazes de analisar a conjuntura das relações em sociedade e suas dinâmicas por meio de um viés interdisciplinar⁴.

O PPGEEC⁵ é um programa que contribui para ampliar os conhecimentos que estão sendo produzidos na Amazônia sobre ensino, difundindo pesquisas que asseguram visibilidade às práticas epistemológicas desenvolvidas em sala de aula, ou no ambiente que a compõe. Refletindo sobre as diversas instituições de ensino, bem como, a necessidade de pensar a Educação, enquanto ciência que possibilita estabelecer novas metodologias para a formação de professores, das mais variadas linhas que vão atuar no Amazonas.

Para constituir nosso *corpus* de análise serão utilizadas as Dissertações cadastradas no sistema de bibliotecas da UEA, referentes aos dois programas. Vale lembrar, que o acesso a esse conteúdo é totalmente disponível no modo *online*, acessível para quem compõe a comunidade externa, não havendo exigência de autorização dos autores e nem de aprovação no comitê de ética e pesquisa, por tratar-se de fontes que se encontram em domínio público.

Em meio aos estudos e discussões teóricas que estamos desenvolvendo notamos que ainda existe uma certa resistência em atribuir visibilidade social nas pesquisas acadêmicas, e que crianças e infâncias podem se tornar invisíveis quando pensadas através de um único olhar, por vezes justificada pela visão “adultocêntrica”, que ainda domina os campos de pesquisa (SARMENTO, 2004).

Neste sentido, romper com essas formas de pensamento seria propor uma “Reflexividade Reflexa”⁶, onde enquanto pesquisadores das infâncias estejamos em contínuo desenvolvimento da autorreflexão nos trabalhos, sendo capazes de fazer uma análise de sua própria análise, para atenuar os aspectos de indiferença a essas várias realidades no intuito de possibilitar protagonismo a seus agentes.

A universidade representa um dos principais responsáveis por essa mudança de percepção a nível de corpo social e na busca por novos estudos acadêmicos. Pensar as “Infâncias em Palafitas” em Manaus, por exemplo, as “Infâncias Migrantes” pensadas através da Sociologia da Infância ou as infâncias pensadas através do recorte de gênero, etnia, pobreza, entre outros, nos fazem perceber que essas realidades são pouco estudadas e, de certa forma, podem parecer algo desconhecido, por isso, a importância de novos estudos.

⁴ As informações disponíveis foram baseadas em uma consulta no site do PPGICH/UEA, <https://pos.uea.edu.br/cienciashumanas/categoria.php?area=APR>.

⁵ Os detalhes que constam neste parágrafo basearam-se em informações no site do PPGEEC/UEA, <https://pos.uea.edu.br/ensinodeciencia/?dest=apresentacao>.

⁶ (BOURDIEU, 2012).

A Pedagogia, enquanto ciência, assumiu ao longo dos anos um protagonismo singular no que se refere aos estudos das infâncias e a Educação conquistou espaços significativos nas universidades, buscando estabelecer novas formas de pensamento acadêmico e social, onde o estigma das crianças serem vistas como sujeitos sem voz, fosse substituído pela presença desse grupo enquanto agentes sociais. Contribuindo com pesquisas que analisavam o ensino, mas que também problematizavam sobre as desigualdades sociais e demais desdobramentos.

Os estudos na Sociologia da Infância surgiram lançando no campo acadêmico e na sociedade, a inquietude de repensar as crianças e as infâncias conceitualmente, através de leituras interdisciplinares, onde buscou-se construir perspectivas que nos possibilitem analisar através das multiplicidades culturais. Os diálogos propostos nas pesquisas sobre crianças e infâncias na Amazônia vêm se constituindo, em grande maioria, por meio dessa articulação nos saberes existentes entre a Educação e demais áreas do conhecimento, que juntas podem estabelecer uma análise fundamentada em uma perspectiva interdisciplinar, assumindo uma profundidade teórica cada vez maior que reitera a dialética entre diferentes áreas do saber.

Assim sendo, a dissertação será composta por 3 capítulos. No primeiro, apresenta-se uma análise teórica sobre os conceitos de crianças e infâncias, a partir de um levantamento bibliográfico na literatura internacional e nacional fazendo breves apontamentos para fundamentar o diálogo posterior sobre a importância da pesquisa com crianças. Em seguida, nossa reflexão desenvolve-se mediante a interdisciplinaridade do conceito de “Infâncias Amazônicas” no processo de pesquisas. Ao longo desse capítulo, a reflexão estabelecida centra-se através do diálogo com a Sociologia da Infância, Educação e Ensino, principalmente.

O segundo capítulo da pesquisa foi marcado pela construção das bases de dados contendo as informações quantitativas referentes aos PPGICH e PPGEEC. Aqui se articulou a ideia de distribuir em quadros, organogramas e gráficos a quantidade de produção acadêmica encontrada sobre crianças e infâncias. A ideia de utilizar esses recursos demonstrativos de informações, justifica-se por ser algo prático e sucinto para sintetizar o objetivo central das pesquisas, assim será possível apresentar análises sobre os principais conceitos e métodos que têm sido utilizados pelos pesquisadores em ambos os programas. Cabe lembrar que o material referente as produções apresentadas neste capítulo, estão na categoria de conteúdo livre para acesso pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, ficando disponíveis ao público externo nos sites dos programas elencados acima.

Faremos uma busca nas Dissertações dos dois programas, também com o intuito de apresentar em números, através dos gráficos, como as pesquisas sobre crianças e infâncias no PPGICH e PPGEEC em comparação a totalidade de Dissertações presentes em ambos os

programas, representam um número pequeno de pesquisas, ressaltando em nós, enquanto pesquisadores(as) da infância, a inquietude que essa constatação traz, e de como o espaço da universidade pode contribuir para o desenvolvimento de mais estudos, para que as crianças na região da Amazônia deixem de ser vistas apenas como sujeitos em uma região remota do Brasil, e possam ter suas subjetividades representadas.

O capítulo três será marcado pela análise nas Dissertações do PPGICH e PPGEEC e por informações reunidas na tabulação de dados das categorias teóricas sobre crianças e infâncias presentes nesses trabalhos. A partir dessas análises poderemos refletir em como essas produções acadêmicas vêm constituindo novas formas de pensar esses sujeitos que vivem no Estado do Amazonas. Esses estudos trazem contribuições para formar no campo acadêmico e social novas perspectivas dos estudos da “Infância Amazônica”. Embora os estudos da infância compartilhem muitas características similares, o contexto no qual nasce e desenvolve uma pesquisa representa um lugar subjetivo, por isso, precisamos de pesquisadores que sejam da região Amazônica para dar visibilidade às crianças que habitam esse lugar.

Destarte, as pesquisas no PPGICH e PPGEEC são desenvolvidas no intuito de ampliar as discussões sobre as infâncias no campo científico. Dessa forma, o olhar diferenciado sobre as infâncias se constrói nesse movimento de realidades que ora se encontram umas nas outras, ora são contraditórios, independente do meio social entendemos que essa criança produz suas culturas, portanto, inventam e (re)intentam suas infâncias. É a esse desafio que nos propomos e que ao final dessa dissertação possamos delinear, de forma mais fundamentada, as “Infâncias Amazônicas”.

1. CAPÍTULO I - CRIANÇAS E INFÂNCIAS: PESQUISAS COMO PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO SOCIAL

“a palavra é passada de uma pessoa para outra como uma moeda cujo valor fosse conhecido e cujo conteúdo já não precisasse ser testado” (ELIAS, 1994, p. 13).

Conceitualmente, embora existam processos estabelecendo diferenças quanto às atribuições de significados e sentidos as palavras, a sociedade, em geral, atribui “similaridade” a vários conceitos. No trecho destacado acima por Elias (1994), o autor argumenta que as interpretações do termo Sociedade, conjecturam percepções que pouco se modificam, pois a maioria as compreende de maneira semelhante. Por isso que, ao aproximar-se do viés da infância, percebe-se que não seria raro ouvir que “infâncias” e “crianças” possuem representações e significados iguais, definindo uma padronização. Em outras palavras, podendo tanto serem vistas como apenas termos que a maioria das pessoas entende como iguais, mas em simultâneo, conceitos que podem assumir interpretações distintas no âmbito de pesquisas e estudos acadêmicos.

Logo, mesmo compartilhando semelhanças entre si, dependendo do contexto a ser analisado, esses conceitos podem adquirir noções distintas. No caso dos pesquisadores que se embasam nos estudos da Sociologia da Infância, existe a busca por análises que possam estabelecer relação da criança com diferentes estruturas e suas singularidades. Por esse motivo, Stearns (2006, p. 13) nos propõe perceber que “a infância pode apresentar variações impressionantes de uma sociedade ou de um tempo a outro”.

Em virtude dos fatos mencionados, esse capítulo discutirá os conceitos de crianças e infâncias, que embasam a produção acadêmica de Dissertações em pesquisas fundamentadas nos diálogos entre Ciências Humanas e Ensino, em dois Programas de Pós-Graduação (PPGS), que podem ser considerados de perspectiva interdisciplinar devido à versatilidade teórica.

Esse capítulo foi dividido em três partes, sendo a primeira: um breve diálogo sobre as concepções de criança, infância, articulado aos estudos da Educação; o segundo: a importância das pesquisas com crianças para a sociedade e as contribuições em novas formas de pensar através do diálogo com a Sociologia da Infância; e no terceiro: reflexões sobre as infâncias na Amazônia e o desenvolvimento de pesquisas nos programas de pós-graduação ao nível de mestrado, (PPGICH) e (PPGEEC).

1.1 Crianças e infâncias: a evolução dos conceitos

No passado, as crianças, os negros e as mulheres faziam parte do mesmo grupo de formação social, por não possuírem muitas possibilidades quanto a reivindicar seus direitos, e os espaços que ocupavam, logo assumiram uma posição de subalternidade, compondo as minorias sociais. Kuhlmann Jr.; Fernandes (2004, p. 15) enfatizam que “a história da infância seria então a história da relação da sociedade, da cultura, dos adultos, com essa classe de idade e a história das crianças entre si e com os adultos, com a cultura e com a sociedade”.

Nesse diálogo, Kuhlmann Jr; Fernandes (2004, p. 15) pressupõem, que “podemos compreender a infância como uma concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial da vida ou como o próprio período vivido pela criança, o sujeito real que vive nessa fase da vida”. Percebe-se que esta seria uma dimensão simbólica e em simultâneo, estruturante, por conseguir determinar os possíveis espaços que uma criança possa ter acesso na sociedade, sua formação intelectual e social.

Cabe inferir, que as crianças também integram ao âmbito de reprodução social desenvolvido pela sociedade, isso porque segundo Corsaro (2011, p. 26) elas são “agentes sociais que contribuem para a reprodução da infância e da sociedade, por meio de negociação com adultos e de sua produção criativa de uma série de cultura de pares com outras crianças”.

Assim, ao refletir sobre as crianças e infâncias na sociedade, veremos que tanto o carinho quanto a atenção, hoje reconhecidos como elementos fundamentais para um desenvolvimento sadio, não representavam as reais formas de socialização em determinados períodos históricos. Kishimoto (1990, p. 55) afirma que, “nas sociedades medievais, as crianças não mereciam nenhum tipo de destaque dentro do contexto social”.

Partindo do que foi dito, para Kuhlmann (1998), não havia a ideia de pensar um modelo de infância cercada de cuidados, pois as crianças passavam grande parte do tempo misturadas em suas famílias, formada por: escravos, amigos, tios etc., e logo eram introduzidas na vida social do adulto absorvendo seu cotidiano, isso inclui as características de vestimenta. Percebemos que a história da infância demarca nitidamente a ausência da criança ser vista a partir da sua idade, tendo sua etapa de desenvolvimento cronológico e subjetivo, respeitados, e sendo compreendida enquanto sujeito que se encontra em uma fase geracional diferente do adulto.

Contudo, essas formas de compreensão começam a ser repensadas por volta do século XVIII, momento onde a criança recebe cuidados mais adequados ao bom desenvolvimento, com a atenção de seus familiares. Cabe salientar, que embora Arriè destaque-se nos estudos da

família e infância por ser considerado um importante historiador e medievalista, muitos autores consideram sua perspectiva de análise sobre o contexto social desse grupo como pequena, demonstrando que a História não consegue explicar, tudo sozinha (KUHLMANN JR, 1998).

Entretanto, Andrade (2010, p. 48) reconhece as contribuições do autor quando nos explica que “apesar de algumas críticas serem tecidas à análise iconográfica realizada por Ariès, a sua obra é um marco para entendermos que a infância é uma categoria da modernidade e que não pode ser compreendida fora da história da família e das relações de produção”. Com isso, a associação da família como elemento central na vida da criança até sua fase adulta, reiteram a importância dos estudos da família para constituir um novo pensar social sobre as infâncias.

Todos esses fatores elencados na relação da criança com a família e social, leva-nos a inferir que as representações de crianças e infâncias foram passando por modificações ao longo da história, fazendo com que muitos fundamentos fossem repensados, possibilitando novas maneiras de analisar, que contribuíram para a sua constituição atualmente. Sendo a definição desses conceitos algo que possa variar bastante, pois existe a extensão simbólica das formas olhar, voltado para o social, cultural etc., compondo imagens infantis diferenciadas.

Por isso Qvortrup (2010), acredita no fato de que é comum falarmos sobre a nossa infância ou de nossos pais e avós e estarmos sempre estabelecendo uma relação tênue, da infância dos tempos passados com a contemporânea. Contudo, se formos elaborar uma análise comparativa, perceberíamos que existem divergências entre ambas, isso acontece porque as tradições do passado estão se esvaindo e novos conceitos revisitam o que se entende por infância. O estilo de vida do passado, hoje, está sendo substituído pelas novas concepções de mundo na contemporaneidade.

Essas transformações a respeito de compreender a infância, em sua maioria, trouxeram consigo diversos fatores que influenciam no entendimento conceitual das crianças e infâncias, favorecendo mudanças bruscas nas formas interpretativas sociais sobre esses conceitos, destacando-se dentre elas os seguintes: a mudança na sociedade, ocorrida destes tempos para cá, como a inserção da mulher no mercado de trabalho⁷, a desestruturação das famílias⁸ etc.

⁷ A substituição dos afazeres em ambiente doméstico e a busca por emprego impactaram na constituição social das famílias, desde então, muitas mulheres dedicaram um tempo maior ao trabalho realizado fora de casa.

⁸ A referência elaborada aqui deve-se ao fato de que muitas famílias são atravessadas por aspectos de abandono ou violência, fatores que corroboram para comprometer a proteção à criança no ambiente familiar. Em contrapartida, outro detalhe que merece ser destacado é a ausência da figura paterna fazendo com que muitas crianças cresçam sem o pai tendo em vista que muitas mulheres são abandonadas pelo companheiro ainda durante a gravidez. Em suma, todos os aspectos mencionados contribuem para a estabelecer a desestruturação das famílias que não acontece apenas por intermédio do homem, mas também da mulher e dos demais familiares da criança.

Se tudo se modifica com o passar dos anos, ao estabelecer uma relação deste fato com as crianças, não seria diferente.

De acordo com Elias (1994, p. 30):

A historicidade de cada indivíduo, o fenômeno do crescimento até a idade adulta, é a chave para a compreensão do que é a “sociedade”. A sociabilidade inerente aos seres humanos só se evidencia quando se tem presente o que significam as relações com outras pessoas para a criança pequena. A criança não é apenas maleável ou adaptável em grau muito maior do que os adultos. Ela precisa ser adaptada pelo outro, precisa da sociedade para se tornar fisicamente adulta.

O autor nos situa e instiga bastante a pensarmos a criança através da Alteridade⁹, sendo que nós também podemos relacionar esse conceito com o de infância, já que ambos representam a possibilidade de construir dimensões para uma nova linguagem de interpretação, propondo-se a refletir sobre esses conceitos a partir do lugar onde estão situados, que pode ser: a família, a escola, ou a sociedade, a delimitação geográfica onde a criança vive. Nessas circunstâncias se estabelecem as relações com o outro, mas não como sujeitos individuais, e sim, coletivos, capazes de transformar a sociedade.

Dessa forma, a organização social existente, contribui para constituir e estruturar as imagens das crianças, que podem receber influência de diferentes campos sociais e simbólicos sendo afirmadas através deles. Por isso, a interpretação sobre as configurações das infâncias precisa assumir vieses analíticos não estáticos, para poderem ser compreendidas as dimensões concretas e simbólicas que a constituem e definem como “categoria conceitual”.

Neste sentido, Qvortrup (2010, p. 637), reitera nossa reflexão dizendo que:

A infância enquanto categoria estrutural foi transformando-se conforme a modificação dos valores e as relações entre os parâmetros. Nesse sentido, a infância, enquanto espaço social no qual as crianças vivem, transforma-se constantemente, da mesma forma que a idade adulta e a velhice também se modificam. Essas transformações não podem esconder, no entanto, a contínua existência e realidade da infância enquanto categoria estrutural. Em termos estruturais, portanto, ela não é transitória e não é um período; tem permanência. O desenvolvimento histórico da infância não acaba com a sua categoria; e a variabilidade cultural da infância contemporânea testemunha a favor da sua presença universal.

Pensar na infância somente através do período limita olhar para aspectos que não podem ser compreendidos considerando apenas a idade, suprimindo a análise social em torno da

⁹ “a alteridade da infância constitui um elemento de referenciação do real que se centra numa análise concreta das crianças como actores sociais” (SARMENTO, 2004).

relação desses sujeitos com suas culturas e lugares. Geralmente, o período da infância é representado como um tempo relativamente rápido do ponto de vista da evolução cronológica entre faixa etária, mas o mesmo pode não acontecer quando consideramos aspectos culturais, históricos e sociais que estruturam as infâncias para além do quesito idade.

Queremos dizer que, embora aconteça a transição entre as fases infância e adulta, as condições que estruturaram a realidade social das crianças podem permanecer sem grandes mudanças, repetindo-se na história de vida de outros sujeitos que compartilham realidades e/ou culturas semelhantes, ainda que o período não seja o mesmo. Com isso, tendo em vista esses aspectos, Qvortrup (2010) destaca que a infância não é transitória.

Em uma segunda análise, no caso da infância em palafitas, por exemplo, embora aconteça a transição para a fase adulta, sua estrutura pode permanecer quase inalterada, é possível que um adulto de 30 anos que morou em palafita, compartilhe memórias de infância praticamente iguais à realidade atual da criança nesse lugar. Logo, isso evidencia que nem sempre acontecem as transformações das características físicas e sociais que constituem a estrutura da infância.

Contudo, mesmo que a infância tenha passado por grandes modificações ao longo dos séculos, as sociedades compartilham algo em comum a seu respeito, independente do tempo a que se refere, cada uma definiu uma percepção de infância, que de certa maneira, se tornava a ideia dominante sobre como esses sujeitos seriam vistos. Por esta razão, Andrade (2010, p. 47), salienta que “a infância tem se constituído em um campo emergente de estudos para várias áreas do saber, porém focados em divergentes abordagens, enfoques e métodos, os quais determinaram distintas imagens sociais sobre as crianças”.

Observa-se por trás desse pensamento a lógica de discurso que foi sendo construída sobre esse grupo social, existe uma dimensão política que se estreita sobre as formas de interpretação da infância, e isso aumenta quando comparado a posição na esfera da sociedade que a criança ocupa, ou está. Para tornar nossa reflexão mais clara podemos pensar no seguinte exemplo, ao observar a produção de obras de arte por volta do século XV.

Para Tomás (2007), nesse período passou-se a considerar importante que as crianças tivessem suas idades retratadas nas pinturas das telas, estima-se que os dados primários dessa modalidade de registro surgiu no século XVIII, todavia, essa prática não era comum a todas as crianças que faziam parte dessa mesma época, caracterizando uma atividade que se enquadrava como um privilégio acessível a poucas crianças, porque essas pinturas eram destinadas aos membros de famílias ricas e eram uma forma de expressão de poder através do uso da Arte.

Outro exemplo pode ser a imagem da infância a partir da Filosofia de Platão. Nos textos clássicos do autor é possível observar a presença das crianças, elas são citadas em algumas de

suas obras, mas sem a preocupação que se percebe hoje sobre esse grupo. Os gregos não entendiam a infância como uma fase da vida onde desenvolvem-se as capacidades do imaginário infantil, algo que os pedagogos consideram como essencial. Embora a infância não fosse o período mais importante para os gregos, havia significados que foram atribuídos a ela na estrutura social grega, sendo a principal, sua preparação para a vida adulta.

Logo, para Kohan (2003, p. 28-29):

A visão platônica da infância se enquadra, então, em uma análise educativa com intencionalidades políticas. Platão não faz da infância um objeto de estudo em si relevante. Decerto, a infância não é, enquanto infância, um problema filosófico relevante para Platão. A Infância é um problema filosoficamente relevante enquanto se tenha de educá-la de maneira específica.

Para os filósofos gregos, a Educação representava um alicerce fundamental, visando constituir grande parte na identidade das crianças e sua postura na vida adulta em torno da política, consoante as necessidades do seu território, sendo o período da infância, destinado a essa preparação. Séculos depois, alguns desses diálogos debatidos por Platão, seriam uma das bases para a Filosofia da Educação que conhecemos hoje e compreendera, por meio do sistema educacional, as realizações de civilizações passadas difundidas por gerações.

Por isso, podemos afirmar que embora as crianças estejam em diversos registros históricos considerados centenários na humanidade, como as obras de arte, dentre outros, se percebe que a preocupação em entender o seu lado subjetivo e social só ganha ênfase através dos estudos acadêmicos. Segundo Corsaro (2011, p. 17), “a socialização da infância tem recebido extensa cobertura em textos introdutórios básicos da sociologia; novos periódicos e seções de associações nacionais e internacionais dedicados à sociologia da infância foram criados”.

Às vezes, a criança só passava, ou existia, sendo importante na sociedade quando pensada no futuro, não nos referimos apenas a idade média, mas ao contexto da modernidade e até mesmo contemporâneo, porque de acordo com Corsaro (2011, p. 18):

Raramente as crianças são vistas de uma forma que contemple o que são – crianças com vidas em andamento, necessidades e desejos. Na verdade, na vida atual, as necessidades e os desejos das crianças são muitas vezes considerados como causa de preocupação por adultos.

Sociologicamente, a infância integra um período social que pode ser uma categoria permanente para o sujeito ou apenas um período de transição, onde a dinâmica sociocultural,

sofre influências do meio onde a criança está, deste modo, configura-se a existência de várias concepções de infância na atualidade. Para Kuhlmann Jr.; Fernandes (2004, p. 29), faz-se necessário analisar a infância como “um discurso histórico cuja significação está consignada ao seu contexto e às variáveis de contexto que o definem”.

Por essa razão, os estudiosos da Sociologia da Infância, sempre travaram uma luta grande para conquistar espaços onde fosse possível refletir sobre as crianças como agentes sociais, colocando-as e defendendo que estejam sempre em posição de protagonismo. Poderíamos listar inúmeros exemplos que nos situassem ao longo da história nos estudos da infância, sobre como cada sociedade organizou-se, de modo a propor uma definição a respeito de como viver esse período, mas acreditamos que os pontuados aqui sejam suficientes em nos levar rumo à compreensão sobre como uma ideia de infância que se sobreponha às demais.

O fato das crianças sempre terem existido, fez com que suas dinâmicas na relação com o outro fossem atravessadas por diversas mudanças, os termos "crianças" e “infâncias” se modificaram assumindo formas de pensar diferentes, mas as análises sobre como esses sujeitos foram afetados por esses acontecimentos sociais ao longo da história na humanidade ganharam pouca ênfase nos estudos da Sociologia Geral, uma das principais áreas do conhecimento, responsáveis por refletir sobre os problemas sociais e a situação do indivíduo.

As demais áreas tiveram alguns representantes teóricos que desenvolveram estudos sobre as crianças/infâncias como, por exemplo: Medicina (alguns), Psicologia, e principalmente na Educação, agregando várias contribuições. No entanto, os estudos sobre a infância, ainda eram repletos de lacunas, um campo pouco explorado, contendo algumas pesquisas etnográficas e muitas outras onde a criança era vista apenas como um objeto por parte do pesquisador.

Para Quinteiro (2002, p. 139), “os primeiros elementos para uma Sociologia da Infância, tanto em língua inglesa quanto francesa, vão surgir em oposição à concepção de infância considerada como um simples objeto passivo de uma socialização orientada por instituições ou agentes sociais”. A autora refere-se a um levantamento bibliográfico em pesquisas feito por Rêgine Sirota e Cléopâtre Montandon, que buscavam analisar a produção de sociólogos franceses, a primeira, e os trabalhos que haviam sido publicados sobre crianças ou infâncias em inglês, a segunda. Ambas objetivando entender a partir dos trabalhos realizados, o lugar social que a criança ocupava em sociedade.

Neste entendimento Sirota (2001, p. 9) reitera dizendo:

A sociologia em geral, particularmente a sociologia da educação, seja ela de língua francesa ou inglesa, permaneceu durante muito tempo implicitamente circunscrita a essa definição durkheimiana, desenvolvendo, em perspectivas autônomas de

pesquisa, diferentes olhares sobre a infância, configurados segundo os modos de apreensão institucional do objeto social. Estes são, pois, os pontos de partida do apagamento da infância ou sua marginalização.

Compreende-se que as autoras assumem relação direta com a questão do desenvolvimento de pesquisas sobre infâncias, isso porque, ao realizarem a análise crítica dos textos e trabalhos selecionados, provoca-se uma ruptura nos modos em como se pesquisar. Ambas queriam mostrar à sociedade a importância de construir-se um pensamento sociólogo em torno dos estudos da infância, para que esse grupo, pudesse ser analisado e refletido através da Sociologia, recebendo o mesmo destaque que os demais ramos nessa Ciência. Na Sociologia da Educação, Durkheim conduz referência à infância, mas essa relação estabelecida por ele com o estudo da criança definia-se mais em uma redução entre objeto e pesquisador.

A Sociologia da Infância não surge ao acaso, mas através das ambiguidades presentes nos estudos sobre crianças na Sociologia Geral, que não considerava em sua totalidade esse tema como um dos pilares em suas análises, com exceção de alguns autores, que embora não tenham desenvolvido teorias sociológicas sobre a infância, possuem ao menos uma obra onde situam a presença da criança em sociedade e as influências as quais estão suscetíveis, um exemplo disso é o autor Norbert Elias (1994), considerado um grande expoente da Sociologia.

Por isso, tanto nos livros clássicos da sociologia quanto nos atuais, o foco não é a criança, mas sim outras esferas sociais onde o adulto participa e desenvolve sua socialização. Embora componha essa esfera, a atenção principal de análise do texto não é vinculada em si, apresentando geralmente, uma característica secundária nos estudos sociológicos.

Diante disso, Quinteiro (2002, p. 140) salienta que existe uma “ausência de debates teóricos, voltados para problemas relativos à história social da infância; às péssimas condições de vida e existência das crianças e de suas famílias; ao profundo desrespeito por parte do Estado à criança como sujeito de direitos”.

Contudo, não se trata de dizer que as crianças não aparecem nos textos da sociologia geral, lógico que é possível observar sua presença nessas obras, no entanto, percebe-se que é difícil encontrar uma pesquisa social sobre esse grupo, porque eles não representavam uma prioridade. Basta pensar na análise do Estado em Marx, ou as formas de Dominação em Webber, por exemplo, ambos os estudos se tornaram inspiração nas gerações futuras de sociólogos, constituindo uma vasta produção acadêmica que serviu de base para a criação de outras teorias, como a de Pierre Bourdieu, que desenvolveu sua teoria da Violência Simbólica a partir de análises sobre os conceitos de Dominação trabalhados por Max Webber.

Contudo, Delgado; Müller (2005, p. 351) afirmam que:

O campo da sociologia da infância tem ocupado um espaço significativo no cenário internacional, por propor o importante desafio teórico-metodológico de considerar as crianças atores sociais plenos. Falar das crianças como atores sociais é algo decorrente de um debate acerca dos conceitos de socialização no campo da sociologia.

Esse foi um dos principais motivos para que a Sociologia da Infância surgisse como um campo de análise teórica promissor, mas alguns autores acreditam que o processo histórico longo de esquecimento social perpassado por esse grupo, elaboraria circunstâncias que dariam vazão a outros desdobramentos sociais, como a marginalização das infâncias e sua subalternidade em relação ao adulto, neste sentido, a preocupação maior em relação a este sujeito seria basicamente o lugar que ocuparia na sociedade no futuro.

Mesmo com as políticas sociais que o Estado desenvolve, muitas crianças continuam invisíveis, porque faltam estudos que contemplem suas realidades e as façam sentir-se representadas. Partindo desse pressuposto, Quinteiro (2002, p. 141), dialoga conosco lançando os seguintes questionamentos, “afinal, o que sabemos sobre as culturas infantis? O que conhecemos sobre os modos de vida das crianças indígenas, negras e brancas? O que sabemos sobre as crianças que frequentam a escola pública? Como aprendem? O que aprendem? O que sentem? O que pensam?”.

As ponderações elencadas no parágrafo anterior nos fazem perceber ser necessário estabelecer maior profundidade tanto teórica quanto ao nível social nas pesquisas com crianças, retirando os estigmas de objeto subalterno ao adulto que a ciência a atribuiu em tempos passados.

Fazendo uma aproximação com o nosso país nos aproximamos das infâncias brasileiras, percebendo que o reconhecimento da criança a partir de suas subjetividades enquanto sujeito diferente do adulto, passou por um processo longo para alcançar tais conquistas. Neste sentido, levanta-se como problemática que, às vezes, nosso olhar social poderia estar cristalizado nas interpretações sobre crianças e infâncias, caracterizando um certo comodismo em como olhar esse grupo, ou confusão de ideias mesmo. Assim, para Freitas (2001, p. 252):

A criança numa sociedade em permanente projeção para o futuro, destinada vir a ser, facilmente tornou-se componente descritivo de um complexo social no qual o estar em formação da criança misturava-se a um estar em construção com o qual a “personalidade” do país tornava-se objeto de reflexão.

A subjetividade passa a ressignificar-se em um movimento de agregação dos valores pressupostos pelo campo social. A criança é agente, mas ao mesmo tempo, passiva nesse

processo, porque sua identidade apresentará elementos elaborados pela estrutura simbólica das relações sociais, que sustentam não só a formação das identidades enquanto ser social, mas denotam uma amplitude que converge para a formulação do discurso sobre as infâncias.

É por isso que as infâncias marcadas pela pobreza, parecem estar completamente distantes das representações dispostas na mídia. Existe um processo simbólico de silenciamento das vozes infantis, em que pouco, ou quase nada se fala sobre como a infância no Brasil se acentua também como um campo marcado por desigualdades sociais. Dentro dos “Processos Sociais” não existe atitude natural no homem. Suas atitudes, pensamentos e formas de agir e comportar-se são resultados do processo de dominação, dessa forma, a assimilação da realidade não é própria do sujeito (ELIAS, 1994a).

Trazendo o diálogo proposto por Elias para constituição do conceito de criança e infância no Brasil, veremos que a história das infâncias no Brasil é também uma história de crianças invisibilizadas por um longo período histórico. Muitas das pesquisas sobre crianças e infâncias em nosso país se construíram por problematizações que se articulavam a luta em assegurar os direitos destas. São perspectivas estruturais que transformam a imagem da infância em um recorte de ausências, com pouco reconhecimento sobre seu espaço social.

Mas se nossas formas de pensar sobre as crianças e infâncias não partem exclusivamente de nós, decerto, isso significa dizer que uma releitura desses conceitos pode ser construída para minimizar os aspectos de dominação citados por Elias (1994a). Pois, o Estado ocupa um eixo central nesse processo por ser um dos causadores dessa incorporação simbolicamente forçada da realidade, logo, a Sociologia da Infância rompe com essas forças hegemônicas, criando o que podemos chamar de “novas imagens das infâncias”.

1.2 A importância das pesquisas com crianças

A Sociologia da Infância¹⁰ também surge para analisar os problemas sociais que demarcam as infâncias, refletindo sobre seu lugar na sociedade, tendo em vista que, historicamente, a Sociologia Clássica não se ocupou em problematizar as experiências das crianças, tampouco, analisou a infância. No entanto, através da investigação sociológica, se torna possível estabelecer o cunho qualitativo e social na pesquisa, levando o pesquisador a

¹⁰ A Sociologia da Infância se estabelece com maior ênfase a partir de 1990, mas as primeiras reflexões vindas da Sociologia Clássica iniciam por volta da década de 1930, através do sociólogo e antropólogo Marcel Mauss (SIROTA, 1998).

constituir análise que o permitam conhecer melhor sobre as condições sociais das crianças estudadas.

A respeito do surgimento da Sociologia da Infância Prout (2010, p. 731) argumenta que:

Em sua forma contemporânea, ela surgiu nos anos 1980-1990. Três principais recursos teóricos foram empregados em sua construção. Primeiro, apoiou-se na Sociologia interacionista desenvolvida principalmente nos Estados Unidos nos anos 1960. Esta problematizou o conceito de socialização, que torna as crianças muito passivas. Segundo, nos anos 1990, sobretudo na Europa, houve um ressurgimento (um tanto quanto surpreendente) da sociologia estrutural, que vê a infância como um dado permanente da estrutura social. Finalmente, nos anos 1980, na Europa e nos Estados Unidos, o construtivismo social problematizou e desestabilizou todo e qualquer conceito consagrado sobre a infância, lançando-lhe um olhar relativista. Este enfatizou a especificidade histórica e temporal da infância e dirigiu o foco à sua construção através do discurso.

Ao articularmos as ponderações de Prout (2010), descritas acima, as mudanças que aconteceram com o avanço da modernidade nesse período histórico, notamos que a Sociologia da Infância acompanhou o curso das transformações sociais que ocorriam nessa época, enfrentando desafios para se estabelecer enquanto estudo relevante no âmbito acadêmico. Além disso, esse conjunto de modificações sociais influenciou fortemente o surgimento da Sociologia da Infância, subdividindo-a em três abordagens principais quanto as perspectivas teóricas, sendo: 1) Sociologia Interacionista; 2) Sociologia Estrutural; 3) Construtivismo Social.

Dessa forma, os estudos da Sociologia da Infância passaram por uma transição entre as concepções interpretativas descritas anteriormente, isso se deve às mudanças que ocorriam em sociedade, os teóricos foram percebendo que seria preciso compreender as crianças com olhares que a posicionassem como um “fenômeno complexo”. Esse movimento dialético, de certa maneira, constituiu uma crise nos estudos sociológicos com crianças, que segundo Soares (2005, p. 101) possibilitou entender que “as teorias tradicionais acerca da socialização, são uma mistura de psicologia e sociologia, na qual as crianças são consideradas como objetos passivos, em vez de sujeitos ativos no processo de socialização”.

Por isso, a Sociologia da Infância começa a estabelecer novas reflexões através do Construtivismo Social nos anos de 1990, questionando a posição que as crianças ocupavam nos estudos anteriores durante as pesquisas e os espaços que eram destinados a elas durante esses processos que, muitas vezes, não consideravam seus aspectos culturais e suas vozes.

Ainda neste enfoque, os autores Prout e James (1997) compreendem existir um distanciamento por parte da maioria dos teóricos no início da Sociologia da Infância, em relação a construir diálogos suficientemente bem fundamentados. Essa situação acabava caracterizando

uma análise crítica um pouco limitada sobre a criança, e não conseguia acompanhar, as novas configurações sociais de infâncias que estavam surgindo na contemporaneidade.

Por isso, Prout (2010, p. 732) argumenta que:

Podemos destacar também a mudança das condições da infância. A ideia de uma infância padrão foi sempre questionável, mas nos anos 1970 e 1980 ficou claro que a experiência da infância estava se fragmentando. A proporção de crianças vivendo em situações familiares “não padrão” já era tão elevada que estas não podiam mais ser vistas como desvios da norma.

Essa dita infância padrão, argumentada pelo autor, nos torna bastante próximos da ideia de uma infância, onde a família sempre esteja associada como o primeiro elo de proteção da criança, na qual, a mãe seja voltada aos afazeres do lar e cuidado com os filhos e ao pai fique a responsabilidade de prover, economicamente falando, trabalhando fora. Contudo, devido ao amadurecimento das civilizações, esses modelos foram substituídos por inúmeros outros, possuindo em muitos casos, pequena ou nenhuma afinidade com a “infância padrão”.

Serão nestas conjecturas postuladas acima, que atualmente, entram no diálogo da nova Sociologia da Infância, a realidade de crianças marginalizadas, moradoras de rua e lixão, de comunidades periféricas, vítimas de violências, prostituição, etc. Em virtude disso, a investigação dessas diferentes realidades infantis, estabelece visibilidade a infâncias que parecem estar excluídas da sociedade, devido ao silenciamento social e simbólico, atribuído às vozes dessas crianças que caminham nas trajetórias silenciosas de esquecimento.

Neste viés, Sarmiento (2008) afirma que a Sociologia da Infância em muitos estudos, tem voltado seu olhar para questões norteadoras no processo histórico do panorama da infância como “grupo geracional”, investigando a fundo as subdivisões referentes aos modelos de gerações e suas ligações as infâncias. Além de ser peculiar, está sujeita a receber interferência do adulto. Cada geração possui características marcantes, o que as levam a serem categorizadas de acordo com seus elementos, as crianças não fogem a esta regra, os costumes podem se modificar pelo tempo, mas continuam carregando um simbolismo de herança sociocultural.

Embora Corsaro (2011, p. 57) nos diga que “o ressurgimento do interesse por crianças na sociologia deu origem a numerosos estudos sobre criança e infância usando uma variedade de métodos”, cabe salientar que tornar o estudo com crianças e infâncias uma prioridade no campo científico, compreendendo-as enquanto uma categoria social, é uma abordagem recente. Entendemos a infância e identidade infantil como um cenário afetado pelas transformações sociais e culturais que estabelecem relação direta com a formação da identidade da criança, que se inter-relaciona ao conceito de cultura, o qual vem sendo descoberto gradualmente.

A esse respeito Prout (2010) salienta que a Sociologia da Infância vem problematizando em seus estudos, a perspectiva de possibilitar compreender a construção simbólica dos conceitos de infância, crianças e cultura, em âmbito de análises: social e cultural para de refletir as realidades e vozes infantis, através da produção acadêmica, no intuito de promover pesquisas que se desenvolvam sobre este viés, dialogando a partir das suas subjetividades.

Com isso, observamos que a existência de vários tipos de infâncias faz com que todas compartilhem, de alguma maneira, interesses em comum, como a formação do imaginário e a relação muito próxima com a Educação. Grande parte das pesquisas sobre infâncias no Brasil se desenvolve através dos estudos nessa área, sendo a Pedagogia uma das ciências de principal incentivo para esses fins. Por isso que Sirota (2001, p. 9) nos afirma que “a infância será essencialmente reconstruída como objeto sociológico através dos seus dispositivos institucionais, como a escola, a família, a justiça, por exemplo”.

Para Prout e James (1997) através da Sociologia da Infância se inicia um processo longo, em busca de romper com essas estruturas de pensamento que influenciavam as pesquisas. Portanto, entendemos que aos pesquisadores cabe a atenção necessária em não esquecer da verdadeira essência dos seus interlocutores, porque antes mesmo de serem vistos como sujeitos de pesquisa, primeiro, precisam ser compreendidos enquanto seres humanos com capacidades únicas e individuais, segundo, como crianças. Neste sentido, salienta-se também aqui, a importância no uso do lúdico durante o processo de socialização com as crianças na pesquisa, seja na elaboração das atividades com os pares, ou durante uma brincadeira livre.

Esse processo investigativo, podemos entender como uma tecitura, que vai sendo construída, lentamente, através do momento em que o pesquisador começa a compartilhar do mundo e/ou comunidade da criança. Contudo, em sua dinâmica na relação com outro, a criança precisa estabelecer um vínculo de confiança, suficiente, para poder sentir-se à vontade para dividir suas experiências e conhecimentos sobre si própria, seus pares e o lugar onde vive.

Desta maneira, na análise de Javeau (2005, p. 388):

O antropólogo das crianças não somente deve esforçar-se para reencontrar uma “alma de criança”, mas deve também adquirir uma alma de historiador, dobrada, se for o caso, de uma alma de jurista e de uma de economista. Como se vê, praticar a “sociologia da infância”, como qualquer outra aliás, exige das equipes de especialistas que se dedicam a esse campo, ainda em plena elaboração, um leque de competências extremamente variadas.

Desse modo, percebe-se que não podemos compreender um processo de pesquisa com crianças utilizando os mesmos fundamentos com adultos, por isso a Sociologia da Infância

articulou-se em torno do que alguns autores vão chamar como, “Culturas Infantis”. Em busca de objetivar uma abordagem que compreenda a necessidade de ouvir a voz da criança, algo que favorece estabelecer uma relação mais dinâmica que valorize as experiências desses interlocutores enquanto agentes sociais e faça os conhecimentos conversarem entre si.

Seria difícil não relacionar a Antropologia ao percurso da pesquisa com crianças, tendo em vista suas contribuições elencadas por Javeau (2005). Percebemos que essa área do conhecimento consegue acessar os imaginários das crianças, sem restringir-se a quantificação dos dados. Assim, ao unir-se com a Sociologia da Infância, representam estudos que têm crescido no intuito de estabelecer, epistemologias das infâncias. Singularmente, as crianças recriam seus espaços e interpretação do real no contato com o pesquisador, os elementos que constituem essa configuração da realidade, formam as imagens sociais da infância.

Notamos que a Sociologia da Infância dialoga com o ensino e as abordagens interdisciplinares, compreendendo as relações culturais entre criança e sociedade. Por isso quando nos estudos da infância se desarticulam as áreas da ciência, como: Filosofia, Sociologia, Educação, tentando focar em uma só, é provável que aconteça o processo de estratificação do saber, comprometendo a qualidade da pesquisa com crianças, análise dos fatos e reflexão social.

Seguindo em nosso diálogo, nos introduzimos nas reflexões propostas por Alan Prout e Allisson James (1997), sobre os fundamentos que consideram como fundamentais no percurso metodológico da pesquisa com crianças. O sociólogo e a antropóloga dividem em seis princípios os elementos que acreditam serem os eixos basilares para compor essa orientação, elencados nos dois parágrafos seguintes.

No primeiro princípio dizem que a infância é construída na sociedade a partir da relação com o outro, o local onde a criança vive e sua interação com os pares, por isso é compreendida como construção social. No segundo, dialogam sobre a importância em articular a infância aos estudos de gênero, étnicos e classes sociais, separá-la desses segmentos seria estar invisibilizando-os, aqui a infância é reconhecida como variável. No terceiro, destacam que os estudos da infância precisam contemplar as relações sociais e culturais que as crianças estabelecem com o meio em que vivem.

No quarto princípio, reiteram que o estudo da criança precisa acontecer através de uma interpretação que as reconheça como atores sociais, retirando o estigma de serem percebidas como sujeitos passivos; No quinto, ressaltam a importância da abordagem etnográfica para escuta das crianças durante o processo de pesquisa, atribuindo visibilidades; No sexto, apresentam a infância como um fenômeno novo que representa um desafio para a Sociologia

da Infância e concluem dizendo que a infância constitui um processo de reconstrução do pensamento social sobre os conceitos de infância e sociedade.

A partir das contribuições dos seis pilares de pesquisa propostos por Prout; James (1997), percebemos a importância em compreender a Sociologia da Infância como uma área que gera concepções capazes de inaugurar uma posição crítica no desenvolvimento de pesquisa com crianças, já que ela causa oposição a infância ser analisada a partir de suas representações tradicionais. Isso explica a Etnografia estar conquistando espaço nesses estudos, embora seja uma abordagem que vem da Antropologia, alguns autores a defendem como necessária para entender melhor as “culturas infantis” compondo um campo científico mais completo.

Neste entendimento, Marchi (2018, p. 729) argumenta que:

As pesquisas etnográficas assumiram, desde sua gênese, a observação participante como técnica de geração de dados. Isso quer dizer que a realização de toda etnografia pressupõe trabalho de campo intensivo e de longa duração.

Ressalta-se que o estudo etnográfico na modalidade clássica da Antropologia, não representa um modelo predominante de pesquisa com crianças. Isso justifica-se pelo fato de que nos primeiros estudos, o rigor das pesquisas estava mais pautado em descrever a realidade, em si, exatamente como ela é, por meio de uma riqueza de detalhes, do que entender o sujeito através das relações culturais. Contudo, atualmente existe um panorama promissor de estudos com enfoque etnográfico, que contempla as realidades de diferentes tipos de crianças.

No entanto, a Sociologia da Infância nos propõe um olhar diferenciado sobre o processo de pesquisas etnográficas, pois objetiva a completude conceitual capaz de analisar através da relação com outro e das diferentes configurações sociais da infância presente nos lugares pesquisados, a criança enquanto agente social. Diante disso, a Educação surge como um campo de estudos proeminente na etnografia com crianças, porque desenvolve a “etnografia interpretativa” que segundo Marchi (2018, p. 730) pode ser “definida como descrição densa da realidade observada é amiúde referenciada nas pesquisas etnográficas na área da Educação”.

Através dos estudos etnográficos na área da Educação, pode-se dizer, que o conceito de infância ganha significados complexos, devido a bagagem teórica interdisciplinar que a investigação pressupõe. Lembrando que o contexto da infância é variável devido a existência de diferentes concepções, logo, subentende-se que “um contexto é um espaço e um tempo cultural historicamente situado, um aqui e agora específico” (GRAUE; WALSH, 2003, p. 25).

Entendemos que o pesquisador articula ideias, já que organizar suas compreensões sociais, requer buscar fundamentos para entender as culturas da infância e suas singularidades.

Logo, também participa na construção de elaboração do discurso científico e social sobre as crianças e infâncias, mas a maneira como utiliza seu discurso para interpretar pode assumir significações distintas, pois tudo irá depender do olhar de quem o analisa e/ou constrói.

Ainda que as crianças e as infâncias, enquanto “campo” de pesquisa, possam representar um estudo novo no âmbito acadêmico, se comparado aos estudos de parentesco na antropologia ou sobre a formação do Estado na sociologia clássica, o diálogo que a Pedagogia desenvolve enquanto ciência da Educação, vem almejando estabelecer o reconhecimento das crianças através de seus espaços de subjetividades e na relação com os demais pares.

Kohan (2003, p. 94) reitera nossa reflexão ao dizer que:

A pedagogia como ciência, como moral e como política do conhecimento, como uma série de discursos interessados em estudar e conhecer as crianças, seu corpo, seus desejos, seus brinquedos, seu pensamento, suas capacidades intelectuais, acoplada a uma outra série de práticas discursivas e não-discursivas em que esses saberes se entrecruzam com dispositivos de poder e de comunicação tendentes a produzir um tipo específico de criança, uma forma particular de subjetividade infantil.

A Pedagogia possui um papel preponderante, no que se refere a (re)construir os espaços que as crianças ocupam na sociedade. A produção acadêmica existente vem dedicando-se, em grande parte, a construir bases para os estudos epistemológicos sobre crianças e infâncias. Uma proposta que se estabelece como um desafio, de certa forma, por se tratar de uma construção metodológica que busca construir referenciais específicos partindo do diálogo com a criança e o meio em que vive, ou seja, social e cultural.

Segundo Quinteiro, “pouco se conhece sobre as culturas infantis porque pouco se ouve e pouco se pergunta às crianças e, ainda assim, quando isso acontece, a ‘fala’ apresenta-se solta no texto, intacta, à margem das interpretações e análises dos pesquisadores” (2009, p. 21). A Pedagogia tornou-se uma forma de resistência a essa perspectiva e as universidades, um local onde os estudos da infância ganham um lugar de destaque, principalmente no que se refere a estabelecer novas abordagens para se pensar sobre esse conceito, assim como o de criança, no intuito de discutir, analisar e pesquisar essa temática, de modo que ambas possam constituir-se como pauta científica nos espaços acadêmicos e para além dele.

Elaborando uma aproximação do que foi posto até aqui, com a produção acadêmica na cidade de Manaus/AM, sobre pesquisa com crianças, destacamos 3 autores, que desenvolveram estudos proeminentes em perspectivas ancoradas nos estudos da Sociologia da Infância. Nos três parágrafos seguintes constam três teses, sendo as duas primeiras de abordagens etnográficas:

1) MUBARAC SOBRINHO, Roberto Sanches. **Vozes Infantis**: as culturas das crianças Sateré-Mawé como elementos de (des)encontros com as culturas da escola. 2009. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

2) NORONHA, Evelyn Lauria. **As crianças perambulantes-trabalhadoras, trabalhadoras-perambulantes nas feiras de Manaus**: um olhar a partir da Sociologia da Infância. 2011. Tese (Doutoramento em Estudos da Criança), área de concentração em Sociologia da Infância. Universidade do Minho, Braga, 2011.

3) BARRETO, Maria das Graças de Carvalho. **O Jardim das Imagens, a Infância e suas Flautas Sagradas**. 2012. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

Os estudos de Mubarac Sobrinho (2009), Noronha (2011) e Barreto (2012) permitem compreender infâncias que se desenvolvem na Amazônia em suas diferentes configurações, seja no espaço simbólico, através da análise na formação do imaginário, mediante a compreensão do cotidiano da criança e o espaço escolar, seja pelos elementos que compõem sua cultura na relação de alteridade. Portanto, essas pesquisas atribuem visibilidade social às vivências das crianças, valorizando criações artísticas, culturais, e representações de infância.

Certamente a pesquisa com crianças se contrapõe ao posicionamento do pesquisador que apenas coleta informações para serem quantificadas em dados, posteriormente, levando-nos a descobrir o quanto a nova Sociologia da Infância vem contribuindo para estabelecer uma ressignificação nos estudos da infância no campo científico, contrapondo-se ao pensamento reducionista que enquadrava essas crianças apenas como objetos de pesquisa.

É inegável que uma das maiores contribuições da nova Sociologia da Infância seja a capacidade de ultrapassar, ir além da escola, das teorias de aprendizagem e cognitivas desenvolvidas na Psicologia e dos problemas sociais que acometem muitas crianças. Pois criar horizontes para estabelecer metodologias de pesquisa significa conquistar o reconhecimento social que as infâncias demoraram tanto tempo para conseguir, por meio do desenvolvimento de pesquisas que assegurem respeito às suas particularidades subjetivas e sociais.

Sarmiento (2004, p. 43) reitera ao dizer que:

A Sociologia da Infância propõe-se constituir a infância como objecto sociológico, resgatando-a das perspectivas biologistas, que a reduzem a um estado intermédio de maturação e desenvolvimento humano e psicologizantes, que tendem a interpretar as crianças como indivíduos que se desenvolvem independentemente da construção social das suas condições de existência e das representações e imagens historicamente construídas sobre e para elas.

É evidente que a ciência possui um rigor científico que requer uma bagagem teórica para analisar qualquer realidade, a Sociologia da Infância segue este mesmo princípio geral, digamos assim. Porém, um detalhe requer nossa atenção, não podemos esquecer, enquanto pesquisadores, de nossa postura considerando as crianças quando não existe essa capacidade de propor-se a refletir, corremos o risco apenas de fazer uma réplica da realidade, daquilo que observamos, não construindo uma interpretação sociológica da infância.

Assim, poder construir uma análise sobre como agimos enquanto pesquisadores, leva-nos a questionar sobre nossa postura até mesmo antes da primeira aproximação com as crianças. Independente se sua abordagem de pesquisa é de campo ou documental, acontecerá uma aproximação simbólica com as infâncias, tendo em vista que mesmo se você não estiver em campo físico de pesquisa, o desenvolvimento de diálogo com os teóricos dos estudos da infância, vão requerer habilidades de reflexão e alteridade. Sabemos que não é possível explicar toda a realidade que se apresenta no contexto analisado. Contudo, após ser retirada essa ideia de completude em que não há possibilidade e nem se tem a pretensão em explicar tudo, compreende-se o quanto a ciência pode ser relacional e ao mesmo tempo complexa.

Neste sentido Bourdieu (1989, p. 28) nos diz que:

É preciso pensar relacionalmente. Com efeito, poder-se-ia dizer, deformando a expressão de Hegel: o real é relacional. Ora, é mais fácil pensar em termos de realidades que podem, por assim dizer, ser vistas claramente, grupos, indivíduos, que pensar em termos de relações

Em virtude dos fatos mencionados, torna-se importante para o desenvolvimento de uma interpretação sociológica da infância, que a princípio, o pesquisador estabeleça uma relação de desprendimento com algumas normas de metodologias. Pois a (re)construção do pensamento social sobre a criança, representa um percurso que não se dá de forma rápida, somente por um “rigor”, que na visão de Bourdieu (1989), descreve a disciplina necessária para construir uma teorização através do observar prolongado sobre o objeto de pesquisa, que no nosso caso são as crianças, para o autor, seria após essa fase, que as pesquisas podem ganhar novos contornos.

Ademais, esse “pensar relacionalmente” dito por Bourdieu (1989), nos faz entender a pesquisa com crianças, como um desenvolvimento que ocorre através do exercício da observação reflexiva por parte do pesquisador. Afinal, a pesquisa não representa um espaço de certezas, mas um lugar de questionamentos e reflexões, em que ambos desenvolvem o “fazer pesquisa”. Em suma, será partindo dessas perguntas, que se poderá compreender as realidades infantis em suas variadas trajetórias, através de estudos interdisciplinares das infâncias.

Por isso, compreende-se, que pensar na Ciência construindo um diálogo com a incompletude, favorece a compreensão necessária para entender que as áreas do conhecimento, atribuem mais significados a interpretação de determinado fenômeno, quando postas a trabalhar em conjunto sendo, o desejo pela completude, uma modalidade de presunção, pois restringe a amplitude do conhecimento por torná-lo fechado em uma única forma de interpretar. Dessa forma, Alves; Brasileiro; Brito (2004, p. 140) relatam que: “muito já se disse acerca da interdisciplinaridade. Entretanto, ainda não foi possível formalizar um conceito capaz de unir epistemólogos, filósofos e educadores em torno de um consenso”.

Morin (2005, p. 35) ressalta que no contexto complexo tudo está interligado, e que os conhecimentos podem conversar entre si. “A complexidade não compreende apenas quantidades de unidade e interações que desafiam nossas possibilidades de cálculo: ela compreende também, incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios”.

O conhecimento pode tornar-se fragmentado quando se olha isoladamente para os estudos da infância, então, a visão construída sobre a criança se restringe aos seus próprios princípios gerais. Mas, quando busca-se compreender a pesquisa como um conjunto de elementos singulares que dialogam entre si, criam-se possibilidades para constituir nesse âmbito de estudos a perspectiva interdisciplinar. Logo, a criança é pensada através de uma conexão entre várias áreas do conhecimento.

1.3 “Infâncias Amazônicas”, compreendendo uma categoria conceitual

A Amazônia adquiriu diferentes significados, que variaram desde o surgimento das primeiras pesquisas sobre cultura, biodiversidade, geografia e geopolítica da região, até constituir características capazes de estruturar o pensamento social sobre os povos e pessoas que nela vivem, assim como as múltiplas formas de culturas que podem ser encontradas.

No entanto, construíram em torno dos povos nesse lugar¹¹, desde o período colonial, representações de exotismo sobre as formas como vivem suas culturas, em como as representam entre seus pares e socializam no contato com uma cultura que não sejam a sua. A esse respeito, Mota (2016, p. 22) complementa nossas considerações afirmando que “a Amazônia como lugar exótico, de pessoas selvagens, é uma das caracterizações negativas que por séculos tem atravessado as fronteiras territoriais, refletindo o patamar de inferioridade ocupado pela região”.

¹¹ Segundo Bourdieu (2012, p. 160) “o *lugar* pode ser definido absolutamente como o ponto do *espaço físico* onde um agente ou uma coisa se encontra situado [...]. Quer dizer, seja como *localização*, seja, sob um ponto de vista relacional”.

Compreendemos que existe nesse contexto uma dimensão com interesses geopolíticos associados ao Território, sendo esse um dos principais motivos pelos quais a Amazônia torna-se conhecida dentro e fora do Brasil, devido a sua quantidade de povos tradicionais¹² vivendo em área de floresta ou arredores, algumas comunidades ribeirinhas, a biodiversidade, o avanço do capitalismo sobre a exploração das terras indígenas e as organizações de resistência desses povos originários contra essas formas de dominação. Neste sentido, Heck; Loebens; Carvalho (2005, p. 237) salientam que “a Amazônia é tema indispensável desde as casernas mais nacionalistas até os pesquisadores mais preocupados com o futuro do nosso planeta”.

Portanto, na relação entre homem e natureza, espaço e lugar reúnem fundamentos imbuídos em uma dimensão política que vem do Estado, mas que será materializada pela propriedade. Por isso, a relação entre Homem e Território, em sua grande maioria, foi perpassada por dois elementos que foram sempre possíveis de serem observados com facilidade e tiveram permanência, mesmo com o passar de longos anos independentemente da sociedade. O primeiro é o homem, e o segundo o solo, existindo uma dinâmica de forças que se estabelece entre a humanidade e o território, sendo o Estado o regulador dessa organização dos territórios.

Logo, o campo científico desenvolveu grandes análises com pesquisas sobre o estado do Amazonas, onde os povos tradicionais assumiram condição de destaque nos estudos do campo acadêmico, um exemplo, são as lutas que esses povos travam até hoje com o Estado para assegurar seus direitos. No passado, essas reivindicações tiveram alcance tanto no Brasil como em outros países, mostrando a força dos movimentos de resistência indígena e respeito a sua cultura. Por isso, Fraxe; Witkoski; Miguez (2009, p. 30) nos dizem que “a história do homem na Amazônia é marcada por silêncios e ausências que acentuam a sua relativa invisibilidade e velam os traços configurativos da sua identidade”.

No caso dos povos indígenas esse alto grau de silenciamento aconteceu através de uma adaptabilidade forçada, imposta pelos colonizadores europeus, desenvolvida em torno de afazeres que situavam o indígena em uma condição de inferioridade, o forçando a execução do extrativismo, trabalho escravo, etc. Embora os demais povos que existem na Amazônia não compartilhem em absoluto das características do processo de exploração vivido pelos indígenas, ambos se assemelham nos traços das invisibilidades que lhes é comum e foram expressadas por muitos anos no campo acadêmico/científico, devido à escassez de estudos e pesquisas que contemplassem a variabilidade cultural da Amazônia e seus diferentes habitantes.

¹² Povos indígenas, comunidades de quilombolas, etc.

Percebe-se que mesmo com o decorrer dos avanços na modernidade, os espaços de florestas destinados aos indígenas na Amazônia continuam sendo alvo de suas reivindicações. Isso porque os indígenas passaram a ter seus territórios com fronteiras demarcadas pelo Estado, que logo utilizou as Forças Armadas e Segurança Pública para controlar as posses de terras indígenas e a dimensão territorial que tinham acesso para estabelecer como morada.

Segundo Mota (2016, p. 23) isto ocorre pois:

A ruptura da Amazônia como natureza e/ou cultura, na fase contemporânea, trouxe diversas maneiras de exclusão social dos povos tradicionais, que se estabeleceram e repercutiram negativamente em razão dos impactos sociais, interesses adversos e da exploração econômica. Nessa perspectiva, reside a pretensa ideia de desenvolvimento regional e da necessidade de inserção da região no mercado mundial, ou seja, como parte do processo de globalização da Amazônia.

Embora tenhamos conhecimento da existência de outros povos na Amazônia que não sejam indígenas, sua configuração social em grande parte tanto no passado quanto atualmente confere destaque a esse grupo. Isto muito se deve as inúmeras organizações criadas como frente de resistência ao domínio e avanço do capitalismo sobre seus Territórios, a presença de líderes indígenas a frente dessas reivindicações fez com que esses povos alcançassem grande notoriedade. Portanto, Fraxe; Witkoski; Miguez (2009) salientam que refletir sobre as transformações nas estruturas socioculturais e históricas que aconteceram entre os habitantes nesse lugar, presume que seja abordado sobre as sociedades indígenas, valorizando sua representatividade cultural e histórica na formação do “homem amazônico”.

O que nos propõe pensar em como o colonialismo ainda se desenvolve sobre os povos indígenas quanto aos seus direitos a posse das terras e outras questões que perpassam por ele, podemos perceber que essas modificações aconteceram em um passado não muito distante, dessa forma, através desses mecanismos se fundamentou o exercício da dominação do Estado sobre esses povos. Criaram fronteiras em territórios indígenas, impedindo que tivessem acesso a permanecerem em sua cultura ancestral, repassando as gerações futuras. Heck; Loebens; Carvalho (2005, p. 238) reforçam a ideia de que “a Amazônia é palco de exploração, mas é também palco de inúmeras lutas de resistência”.

Isso justifica a grande luta dos Movimentos Indígenas em seres reconhecidos e descolonizar o território e um espaço que teve suas fronteiras e limites impostas pelo Estado, desrespeitando os povos indígenas que são originários em virtude de terem sido os primeiros a chegar nas terras e que, por isso, merecem ter suas culturas, espaço e valores respeitados. Afinal também contribuem para a preservação da floresta, como nos explica Said (2011, p. 245): “Em

resumo, a descolonização é uma complexíssima batalha sobre o rumo de diferentes destinos políticos, diferentes histórias e geografias, e está repleta de obras de imaginação, erudição e contraerudição”.

No intuito de refletir sobre todas essas questões e outras mais, começaram a surgir várias pesquisas construindo diálogos sobre território, decolonialidade, comunidade, identidade e cultura indígena no Amazonas, atraindo pesquisadores do Brasil e de outros países, como: biólogos, antropólogos, etc. No entanto, a trajetória de estudos sobre as infâncias das crianças que viviam na Amazônia, não obteve o mesmo destaque como as pesquisas com comunidades tradicionais. Contudo, Mota (2016, p. 23) nos esclarece que a “interpretação da Amazônia como natureza e cultura se desenha uma das maiores problemáticas da região e dos diversos tipos de relações de poder, revestidos em várias roupagens sob o verniz da segregação social”. Isso justificaria a carência de estudos por tantos anos sobre os povos que habitam essa região.

Por isso, a identidade do homem amazônico é marcada por essa confluência de saberes que emerge da sua cultura na relação com demais povos que teve contato, mesmo levando em consideração que este processo não tenha acontecido sempre de forma amistosa por parte do homem branco. Neste viés, Mota (2016, p. 24) afirma que “os estudos da infância e da criança na Amazônia são vistos dentro dessa ambiência de conflitos e contradições que reabilitam ideias globais e locais, realidades e fantasias que descortinam interpretações novas sobre a região”.

Dessa forma, crianças indígenas, quilombolas, em situação de vulnerabilidades sociais e imigrantes, representavam um caminho pouco estudado se compararmos com as pesquisas em que os participantes eram adultos. O reconhecimento das “Infâncias Amazônicas” nos propõe entrar em um diálogo que busca romper com a ideia de homogeneização das infâncias, compreendendo, segundo Horn (2013, p. 2), que “[...] a criança não é somente consumidora da cultura criada pelos adultos, mas que tanto uns quanto outros participam igualmente e de maneira ativa na construção, na transformação e na reprodução do mundo que nos rodeia”.

Para Andrade e Pacheco (2016), as relações culturais que se estabelecem nos impulsionam a analisar a Amazônia como um lugar no qual se afirmam aspectos sociais, políticos, culturais e de poder. Leva-nos rumo uma trajetória fundamentada na reflexão sobre os possíveis elementos simbólicos que formam aquilo que nomeamos como “Infâncias Amazônicas”, um diálogo construído em torno das compreensões na formação da identidade das crianças que vivem na Amazônia, analisando os aspectos culturais que compõem suas infâncias.

Com isso, a população no Amazonas, foi constituída pela união de diferentes culturas “originárias da formação cultural familiar do pai, da mãe, da cultura constituída pela própria

criança que advém de sua natureza, da cultura escolar, de seus grupos sociais, do brincar, da interação com o meio ambiente” (ANDRADE; PACHECO, 2016, p. 107). O multiculturalismo presente na “Identidade Social”¹³ das crianças amazonenses, reforça a necessidade em pensar no conceito das infâncias, neste lugar, a partir de uma complexidade maior, sendo a universidade um dos meios para se fomentar essas novas ideias e possibilidades metodológicas de pesquisa. A esse respeito, Andrade e Pacheco (2016, p. 111) pressupõem que:

As crianças têm a capacidade de dizer do seu lugar de uma maneira simples, concreta e sensível, dando-nos a possibilidade de problematizá-las para que não fiquem no *sensus communis* como crianças “in-fans” - sem voz - mas que as percebamos sob um novo patamar, aquele em que a criança dá um novo sentido à ordem das coisas, que propicia ver a situação a partir de muitos ângulos, que nos faz aprender a aprender, que nos mostra que a Amazônia é um espaço seu e do outro, um lugar ímpar com culturas singulares.

A partir dessas considerações ver-se que a sociedade contemporânea contribuiu, de certa forma, em aproximar pessoas das mais diferentes culturas através dos meios de comunicação e tecnologias. Com a infância não foi diferente, é possível encontrar um vasto conteúdo em plataformas digitais, o mesmo acontece na produção acadêmica de Teses e Dissertações. Podemos dizer que o Brasil possui um campo de estudos sobre infâncias muito bem estruturado, contando com pesquisas nos mais diversos segmentos, onde a vulnerabilidade social e educação englobam, atualmente, uma gama enorme de estudos sobre as realidades de inúmeras crianças.

Assim, para Kuhlmann Jr; Fernandes (2004, p. 29):

No singular, a *infância* seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns às diferentes *crianças*. Mas encontram-se também o universo, a subdivisão em *infâncias*, quando surgem as propostas para a *infância* material ou moralmente abandonada, para a *infância* pobre, delinquente, deficiente, etc.

Neste sentido, os dois programas de pós-graduação analisados vêm estabelecendo uma dinâmica nova que busca compreender as “Infâncias Amazônicas” por meio de estudos que versam sobre a perspectiva da interdisciplinaridade¹⁴, saímos um pouco do espaço da escola como centro de análise da criança, e partimos para um campo mais social. Assim, a história da criança que vive nesse Estado, dialoga com elementos das culturas: ribeirinha, quilombola,

¹³ CUCHE (1999).

¹⁴ GOMES (2019); SILVA (2019); LIRA (2020), entre outros.

indígena e do homem branco, diferentes realidades construindo trajetórias que se complementam entre em si. As autoras Leal; Schlindwein (2021, p. 33) concluem dizendo que:

A infância no contexto amazônico é diversa. Em se tratando do estado do Amazonas é válido dizer que cada criança tem modo peculiar de viver sua infância, seja nas áreas urbanas e seja nas áreas rurais. O contato diário com a natureza, a interação com seus pares e as formas de viver e de brincar.

Ou seja, o elo das “Infâncias Amazônicas” muito próximo a natureza é mais característico em crianças que cresceram em populações tradicionais. Então, queremos dizer que as crianças indígenas, quilombolas e ribeirinhas possuem representações de infância constituídas no compartilhar diário na relação com a natureza. Enquanto a criança que cresceu ou teve contato maior somente com os espaços da cidade, provavelmente estará mais voltada para os meios de comunicação como: internet, redes sociais, programas de TV, etc. Fazendo com que a ligação com a natureza ocupe um lugar secundário na sua infância.

Pois, devido ao Amazonas ter como marca identitária a miscigenação, herança cultural da vinda dos negros, indígenas e europeus, torna-se, até certo ponto impensado, dissociar os traços dessas culturas no cotidiano das “Infâncias Amazônicas”. Isso acontece porque essas práticas culturais foram materializadas por meio de hábitos, que hoje estão entrelaçados no modo de socialização da criança com a sociedade, os pares, nas brincadeiras, preferências de comidas. Suas identidades já estão imersas em um mosaico de culturas que sustentam características, seja como criança: indígena, ribeirinha, quilombola, do espaço rural, etc.

Cabe a nós considerar que com o surgimento da Globalização as culturas passaram a estabelecer conexões maiores de trocas entre si, isso significa dizer que no caso das crianças, tanto as que residem nos grandes centros urbanos quanto as que vivem em quilombos, aldeias ou as margens dos rios, passaram a ter acesso e compartilham dos mesmos bens de consumo básicos, um exemplo do que falamos pode ser expressado nas roupas de personagens da Disney, tomar o refrigerante Coca-Cola, ter um celular, enfim, existem muitos exemplos que podem demonstrar como a Globalização tornou as culturas aparentemente próximas.

Stearns (2006, p. 184) complementa nosso diálogo no parágrafo anterior sobre Globalização ao dizer que ela “não assumiu o comando da infância. Padrões regionais importantes permanecem e as tendências antigas incorporadas no modelo moderno de infância, é a fabricação de brinquedos artesanais entre crianças ribeirinhas, quilombas ou indígenas, realidade muito comum que fomenta os simbolismos das culturas desses povos e compõe as “Infâncias Amazônicas”.

Na relação com o outro, a criança das comunidades tradicionais no Amazonas, constroem seus sentidos de identidade através da dialética existente entre a cultura ancestral e a cultura contemporânea. Existe um pertencimento que caminha lado a lado ao reconhecimento desses povos a partir do princípio de comunidade, pois dividem, além do pedaço de chão no território que ocupam, trocas de experiências que formam representações sobre suas identidades.

Desta forma, Carvalho (2014, p. 222) reitera ao dizer que:

Enquanto produção humana, o imaginário amazônico desenvolveu-se no inconsciente coletivo da população, a partir dos elementos simbólicos provenientes da natureza, e do sincretismo cultural oriundos da cultura indígena, negra e europeia.

Muitas crianças que não são de comunidades tradicionais (não são todas), participam desse processo de forma semelhante, já que suas famílias carregam a bagagem da herança cultural repassada por meio dos costumes, brincadeiras, maneiras de se comportar em sociedade, a vivência de ambas as infâncias bebe em fontes antepassadas. Sempre essa linha tênue entre o passado e o futuro aproximam a infância, de nossos dias. Esse fluxo constante de vai e vem sucede devido as tradições imbricadas entre o que já foi e o que está sendo vivido.

As argumentações encontradas ao longo das pesquisas que foram utilizadas enquanto fonte de estudos nessa Dissertação caminham para compor os sentidos que constituem o pressuposto de compreender a criança amazônica como ser histórico e social, ampliando o campo científico de estudos sobre as infâncias nesse lugar. A relação de diferentes culturas, formando a identidade dessas crianças, situa-nos na dimensão interdisciplinar que os dois Programas de Pós-Graduação investigados, PPGICH e PPGEEC vinculados a instituição Universidade do Estado do Amazonas, vem promovendo.

Segundo Prout (2010, p. 734) “a infância como estrutura social tem a ver com a padronização em larga escala da infância de uma determinada sociedade”. Neste sentido, as diferentes infâncias que existem no Amazonas entre as culturas dos povos tradicionais, do homem branco e em condição de vulnerabilidades entre outras, representam as vidas de muitas crianças que antes não tinham suas culturas e modos de viver visibilizadas como parte da produção acadêmica local.

Logo, a Amazônia indígena ganhou destaque se sobressaindo nos estudos, mas suas crianças continuavam envoltas sobre o véu do desconhecido para muitos pesquisadores, sem serem mostradas a sociedade que inventa o outro por meio do discurso determinando os limites simbólicos e literais da existência de identidades.

Muitas infâncias tiveram suas culturas colocadas às margens do esquecimento frente a outras configurações, no entanto, ao se propor pesquisar crianças e infâncias que moram na Amazônia, ainda representa um campo de análises que vem crescendo aos poucos. Por isso consideramos a Sociologia da Infância como um aporte teórico fundamental nesse processo investigativo. Sarmiento (2009, p. 18-19) considera que:

As dimensões estruturais e interativas da infância, a Sociologia da Infância desenvolvem-se contemporaneamente, em boa parte, por necessidade de compreensão do que é um dos mais importantes paradoxos atuais: nunca como hoje, as crianças foram objeto de tantos cuidados e atenções e nunca como hoje, a infância se apresentou como a geração onde se acumulam exponencialmente os indicadores de exclusão e de sofrimento.

As propagandas e os meios de comunicação criaram espaços simbólicos buscando estabelecer um perfil específico, com isso, a Infância na era da globalização, se distancia de outros contextos de infâncias na realidade, essa é uma das justificativas para o estudo das crianças indígenas no Amazonas ser considerado recente, por exemplo.

As pesquisas utilizadas como fonte teórica nessa Dissertação nos propõem dialogar conceitualmente sobre as “Infâncias Amazônicas” como um universo composto por diferentes variações desse conceito, evidenciando, através do viés da perspectiva interdisciplinar, a importância desse princípio para a construção de possibilidades teóricas na formulação de novas ideias quanto às metodologias de pesquisa com crianças no Amazonas.

A Globalização torna a “Infância capitalista” como ideal a ser alcançado, a mais importante, caracterizada pelo consumismo, ludicidade industrializada e segurança, mas esse contexto não representa, nem de longe, a realidade das crianças amazônicas. O discurso desse conceito, nesse modelo de sociedade, também reduz a visibilidade em refletir aspectos subjetivos de crianças transgênero, por exemplo. As pesquisas sobre crianças e infâncias nos programas de pós-graduação (PPGICH) e (PPGEEC) se encontram na posição oposta a essa invenção de cultura da infância capitalista questionando os problemas decorrentes do capital.

As “Infâncias Amazônicas” se defrontam com desafios causados pela desigualdade social, estabelecendo as fronteiras que compõem suas identidades e imaginação. As histórias de diversas crianças que vivem no Amazonas e têm suas subjetividades infantis negligenciadas denotam trajetórias de uma vida difícil e até mesmo cruel, como no caso das crianças vítimas de abuso psicológico e/ou físico. Outra questão recorrente são as dificuldades causadas pelos fatores socioeconômicos no interior do Estado e na Capital, fazendo com que muitas crianças

tenham que substituir os brinquedos por utensílios de trabalho, é o caso de dezenas de crianças que trabalham em feiras ajudando os pais ou em plantações de roça, carregando bananas, etc.

A esse respeito, Sarmiento e Gouvea (2009, p. 11) concluem que:

No caso das experiências das crianças nas sociedades contemporâneas, são inegáveis as radicais transformações nas suas formas de inserção, revelando como a categoria infância vem sendo ressignificada. [...] a categoria infância atua sobre a experiência de crianças com pertencimentos sociais diferenciados. A homogeneização da infância numa cultura globalizada confronta-se com a heterogeneidade das experiências infantis, produzindo novas formas de exclusão social.

Historicamente sempre existiu uma linha muito tênue entre relação das crianças de classes menos favorecidas economicamente com o trabalho, seja no campo ou na cidade, os caminhos onde se vivem são estreitados pelas semelhanças que ambas possuem entre si. Notadamente, esse processo faz parte dos desdobramentos sociais provocados pelo capitalismo, sendo visível nas diversas esferas da sociedade, mas possível observar, em todas, os aspectos de privilégios que são concedidos a crianças de classe média até a alta, principalmente, brancas.

Esses fatores nos colocam no sentido contrário sobre a formulação de um pensamento sobre a infância de maneira que não a situa nessas considerações. A idade moderna fez com que as crianças fossem postas, simbolicamente, em determinados modelos sociais que precisam ser problematizados pelo campo acadêmico, no intuito de possibilitar uma transformação das percepções em sociedade. Mas categorizar as “Infâncias Amazônicas” como se fossem todas iguais demonstra uma proposta insensata, por representar uma tentativa de construir o discurso em torno de projetar imagens das infâncias como se fossem todas sujeitos iguais, literalmente.

Contudo, quando categorizamos a infância tentando “homogeneizar” esse conceito, este se torna destituído de sua pluralidade, impossibilitando que as crianças possam ser percebidas através da recriação de historicidade, do seu povo ou comunidade, por meio das brincadeiras e desenvolvimento do imaginário nos momentos de interação com os pares. Dessa forma, se acaba excluindo a criança do próprio processo social ao qual ela está incutida apontando uma condição de “subalternidade ao adulto”. Comumente esse fato corrobora para uma abordagem centralizadora sobre as crianças e infâncias não valorizando suas subjetividades e vozes.

Neste contexto, Noronha (2010, p. 44) complementa nossa reflexão ao afirmar que:

A Sociologia da Infância nos ajuda a compreender a infância por meio das próprias crianças. Assim, as questões que o capitalismo trouxe como radicalizadoras para boa parte do mundo refletem no modo de viver a infância, cujo contexto tem cada qual suas diferenças e deve ser observado pelo investigador numa perspectiva interdisciplinar. A maneira com que o capitalismo solapa em todo o mundo os direitos

adquiridos, a economia, a política e as culturas, indicam também, que é necessária uma transformação no olhar quanto à imagem construída da infância.

Através da Sociologia da Infância podemos questionar sobre os espaços de diálogos que estão sendo criados para compreender as “Infâncias Amazônicas” no estado do Amazonas, através de novas interpretações culturais, históricas, e evidentemente, interdisciplinares sobre as crianças do ambiente amazônico. Um estudo embasado em diferentes perspectivas teóricas constitui pesquisas capazes de favorecer o surgimento de novas imagens sobre as infâncias, e conferindo voz às crianças que não possuem muita representação social nos meios de comunicação por serem integrantes das camadas populares e/ou consideradas marginalizadas.

Voltarelli (2017, p. 73) chama a atenção para que possamos compreender que “as pesquisas com crianças se apresentam por diferentes frentes, envolvendo aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, abordando temas que envolvem as preocupações centrais da sociedade com elas e como se localizam nesses diversos âmbitos”. Logo, compreende-se que o sentimento das “Infâncias Amazônicas” se fundamentou na união entre as diferentes culturas dos povos tradicionais, comunidades ribeirinhas e costumes que foram sendo arraigados ao cotidiano das crianças amazonenses, embora possuam raízes nessas culturas descritas acima.

Esse estudo ressalta evidenciar infâncias que vêm sendo (re)descobertas pelo campo científico nas áreas de Ciências Humanas e Ensino, através de pesquisas na produção acadêmica de pós-graduação no Amazonas, levantando análises que propõem questionar a invisibilidade social atribuída à infância das crianças transgêneros, que moram em abrigo e estão em situação de vulnerabilidade social, o protagonismo infantil na promoção da Ciência e suas culturas.

Essas pesquisas no Amazonas estão construindo novas histórias sobre as “Infâncias Amazônicas”, o que corrobora para uma modificação nas perspectivas de pesquisas com crianças no espaço da universidade, possibilitando novas estratégias metodológicas e interpretativas sobre o estudo da criança amazonense e desenvolvendo uma teorização que valoriza suas culturas e costumes. Através da Sociologia da Infância surge o desafio de constituir uma perspectiva interdisciplinar na pesquisa com crianças amazônicas, que verse sobre problematizar suas existências e contribuições à sociedade enquanto agentes sociais.

Em torno dessas ponderações, Abramowicz; Rodrigues (2014, p. 464) nos propõem “pensar de que maneira a criança pode ela própria interrogar sua infância, de que maneira a criança pode infletir, interrogar, subtrair e resistir à ideia de infância”. Com isso, através desse diálogo, chegamos em um ponto no qual as “Infâncias Amazônicas” começam a ser representadas nas pesquisas em programas de pós-graduação no Amazonas, a partir dessa

complexidade relacionada às diferentes concepções de cultura, socialização e sociodiversidade, presente nos grupos sociais nesse lugar.

2. CAPÍTULO II - CRIANÇAS E INFÂNCIAS EM PESQUISAS NO AMAZONAS: ATRIBUINDO VISIBILIDADES

“As crianças são "invisíveis" porque não são consideradas como seres sociais de pleno direito. Não existem porque não estão lá: no discurso social” (SARMENTO, 2009, p. 19)

A evolução da escrita acadêmica, fez com que diferentes concepções interpretativas com relação às crianças e infâncias fossem formadas, pressuponha-se, que esse mesmo espaço, possa desenvolver maior evidência aos estudos da infância. No entanto, também assume destaque por não possibilitar igual visibilidade de diálogos para esse grupo social nas pesquisas. As subjetividades das Infâncias Amazônicas são um exemplo disso pelo fato de algumas ainda estarem encobertas pelo desconhecido, já que muitas vezes, a própria sociedade amazonense, não possui muito conhecimento sobre essas diversidades de universos infantis existentes.

Em uma primeira análise, a proposta desse capítulo, consiste em apresentar os dados quantitativos da pesquisa, buscando expor em quadros, gráficos e organograma, de modo que possam facilitar ao entendimento conceitual, sobre a produção acadêmica estudada. Para isso, o capítulo foi composto por três momentos, no primeiro, desenvolveu-se uma reflexão nas pesquisas selecionadas sobre crianças e infâncias, nos programas de pós-graduação PPGICH e PPGEEC, no intuito de compreender, como esses trabalhos ainda representam um número pequeno, em comparação as demais pesquisas nesses PPGS. Portanto, analisar os impactos desses fatores, contribui para entendermos os processos que geram o invisibilizar das Infâncias Amazônicas, por gráficos com informações sobre as produções acadêmicas. No segundo, buscamos dialogar entre os conceitos de Cultura, Culturas Infantis e o desenvolvimento de novas perspectivas teóricas na pesquisa com crianças na Amazônia. Dessa forma, proporciona-se abertura aos diálogos, sobre como a sociodiversidade está cada vez mais imbricada nas Culturas Infantis amazônicas, e como podemos perceber suas articulações problematizadas no *corpus* das Dissertações selecionadas para compor nosso estudo. O último momento, foi marcado pela apresentação do *corpus* de análise, ou seja, elencando em quadros e gráficos, ao longo do texto, as 6 pesquisas do PPGICH e PPGEEC.

2.1 Infâncias na Amazônia: um diálogo sobre (in)visibilidades

No capítulo anterior, nossa proposta esteve direcionada em torno de propor reflexões, capazes de levar-nos a compreender a importância do desenvolvimento de pesquisas, “com” e “sobre” crianças, e de como esses estudos podem favorecer ao surgimento de novas perspectivas metodológicas. Por fim analisamos, brevemente, sobre a existência de diferentes concepções que os conceitos de crianças e infâncias podem assumir na Amazônia. Partindo dessa complexidade interpretativa, daremos destaque agora aos levantamentos quantitativos e qualitativos, realizados sobre as produções acadêmicas no PPGICH e PPGEEC.

Faz-se preciso frisar, que a permanência de mesclar abordagens qualitativas e quantitativas, ao longo desse capítulo, deve-se ao fato de que segundo Gonsalves (2001, p. 68) “cabe ao pesquisador corrigir desequilíbrios, esforçar-se para ampliar o conjunto de materiais disponíveis para dar conta de um entendimento”. Dessa maneira, ambas ganham o que podemos chamar de ‘equilíbrio entre si’, formando um conjunto de fatores capazes de fundamentar um planejamento apto a realizar a troca entre as informações coletadas em forma de dados, e entrecruzando-se durante todo o processo de análise da pesquisa através dessa dinâmica.

Em outras palavras, queremos dizer que o campo acadêmico, possibilita a abertura de caminhos intelectuais, capazes de conduzir a uma reformulação no pensamento social. Desse modo, no processo de construção do conhecimento científico, torna-se inegável, não reconhecer a importância dessas instituições, já que devido ao desenvolvimento constante de pesquisas, constituíram-se formas de exercer reflexões sobre: as manifestações, questionamentos das desigualdades e problemas sociais, ao passo que atribuíram valorização a aspectos culturais.

Contudo, ao observarmos a produção acadêmica de Dissertações, tanto no PPGICH quanto PPGEEC, voltada a pesquisas sobre crianças e infâncias, constatamos que a construção de diálogos enfatizada no parágrafo anterior, parece um tanto tímida. Isso ocorre, porque a quantidade de estudos, se comparada aos demais trabalhos existentes, disponíveis nos sites de ambos os programas, representam um quantitativo bem menor, e também, ao fato de que a concentração desses estudos está mais evidenciada no mestrado em ensino, o PPGEEC.

Esse conjunto de fatores nos leva a refletir sobre como o distanciamento em desenvolver pesquisas com crianças vai afirmando-se no Amazonas por meio da invisibilidade na produção acadêmica dos PPGS analisados, sendo a etnografia indígena com crianças, um excelente exemplo. Pois, embora os estudos etnográficos com povos indígenas tenham conquistado abrangência de grande alcance, a mesma ascensão não consegue ser percebida com esse

público, fazendo com que as etnografias representem uma quantidade de trabalhos expressivamente menor, se comparada aos estudos que tem como foco central os adultos.

A esse respeito Cohn (2021, p. 41) reitera dizendo que “se as crianças permanecem como figurantes, é porque elas ainda são tidas como dadas, conhecidas previamente”. A autora nos situa refletir, sobre certas ambiguidades percebidas no campo da antropologia, no momento em que os etnólogos iniciam a aproximação com populações tradicionais indígenas. O esquecimento pelo qual, muitas vezes, essas crianças são encobertas durante a pesquisa, denotam na postura de muitos pesquisadores o seu não reconhecimento enquanto interlocutoras principais, sinalizando processos simbólicos de apagamento dessas subjetividades.

As considerações de Cohn (2021), nos sinalizam a estabelecer análises, que nos situem para além dos estudos na antropologia e Etnologia¹⁵ da criança. Pois, as Infâncias Amazônicas compartilham de esquecimentos em comum, independente se for indígena, ribeirinha, quilombola, migrante, urbana, etc., ambas estão posicionadas em uma hierarquia, onde possuem pequena produção acadêmica em Teses e Dissertações, frente a outras temáticas de estudo, fazendo com que sejam reconhecidas como campos pouco investigados.

Tendo em vista esses aspectos, percebe-se em geral, que as pesquisas sobre crianças e infâncias, tendem a assumir destaque secundário nos cursos de pós-graduação que não estejam vinculados as áreas de Educação e Ensino. Contudo, Cohn (2021, p. 34) em segunda análise, enfatiza que “a antropologia da criança, ou da infância, nos ensinou é que as crianças são membros plenos das sociedades, e plenamente competentes nas culturas em que vivem”.

Em virtude dos fatos mencionados, entendemos que a antropologia da criança, favorece a ampliação de novos horizontes nas pesquisas com esse público, formando possibilidades em constituir-se problematizações sobre as Infâncias Amazônicas no campo científico.

Seria, por assim dizer, estudar esse conceito partindo das singularidades que o compõem. Ou seja, nas diferentes formas como as culturas infantis vem sendo vivenciadas e (re)criadas, através de costumes dos povos tradicionais no Amazonas, e dos seus contatos com outras configurações de cultura, que também contribuem para estabelecer a identidade social das crianças e os espaços atribuídos a elas nos estudos universitários.

Logo, a escrita pode representar socialmente as Infâncias Amazônicas, influenciando ao direcionamento de novos estudos, onde no campo científico estabeleçam-se análises sobre as contradições sociais que as acometem. Sem dúvida, as pesquisas com crianças no PPGICH e PPGEEC, estabelecem um cenário crescente de visibilidade na produção acadêmica, criando

¹⁵ Segundo Baldus e Willems (1939, p. 98), a Etnologia é a “ciência que estuda a unidade cultural no que diz respeito à sua singularidade local e temporal e às suas relações com outras unidades culturais”.

uma dinâmica onde viabiliza-se a remoção de várias camadas de esquecimento, assim como pouco protagonismo desses sujeitos em seu processo de serem reconhecidos enquanto agentes sociais, como demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Distribuição das pesquisas com crianças defendidas no PPGICH/UEA

nº	DISSERTAÇÕES
1	<p>LIRA, Naraiza Caldas. Percepções da infância a partir das narrativas de pais no município de Tefé – AM. 2020. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.</p> <p>Orientador(a): Dr. Roberto Sanches Mubarac Sobrinho.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/43-15.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
2	<p>SILVA, Jeanne Araújo e. Crianças transgêneros: uma análise da produção científica brasileira dos últimos cinco anos. 2019. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.</p> <p>Orientador(a): Dr. Roberto Sanches Mubarac Sobrinho.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/41-14.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
3	<p>GOMES, Elias Bandeira. O serviço de acolhimento de crianças junto ao abrigo “Casa Mamãe Margarida”: processo de (des)construção de identidades impostas. 2019. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.</p> <p>Orientador(a): Dr. Roberto Sanches Mubarac Sobrinho.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/41-13.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
4	<p>RIBEIRO, Fabrícia Tavares. Direito das crianças à educação em creches na cidade de Manaus. 2019. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.</p> <p>Orientador(a): Dr. Roberto Sanches Mubarac Sobrinho.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/34-20.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>

Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH;

Quadro 2 – Distribuição das pesquisas com crianças defendidas no PPGEEC/UEA

nº	DISSERTAÇÕES
1	<p>BELTRÃO, Glenda Gabriele Bezerra. Saúde e Infância: o entendimento da relação saúde-doença com as experiências de vida de crianças. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.</p> <p>Orientador(a): Dr. José Vicente de Souza Aguiar.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/120-9.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
2	<p>SILVA, Fabrícia Souza da. Sensibilização ambiental com crianças da educação infantil usando o peixe-boi-da Amazônia (Trichechus Inunguis). 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.</p> <p>Orientador(a): Dr. Augusto Fachín Terán.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/120-7.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
3	<p>FEIO, Joisiane da Silva. O processo de ensino-aprendizagem sobre a água na disciplina ciências da natureza no 5º ano do ensino fundamental em uma perspectiva de CTS. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.</p> <p>Orientador(a): Dr. Mauro Gomes da Costa.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/120-10.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
4	<p>OLIVEIRA, Lindalva Sâmela Jacaúna de. Formação de conceito científico utilizando o tema dos quelônios. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.</p> <p>Orientador(a): Dr. Augusto Fachín Terán.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/120-14.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
5	<p>FONSECA, Ana Paula Melo. Articulando saberes no ensino de ciências usando o tema quelônios em escolas ribeirinhas no município de Parintins-AM. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.</p> <p>Orientador(a): Dr. Augusto Fachín Terán.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/89-4.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>

6	<p>RODRIGUES, Anderson Clay. O ensino de ciências e as relações com a sociedade e a tecnologia no 3º ano do ensino fundamental de uma escola de educação integral. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.</p> <p>Orientador(a): Dr. Mauro Gomes da Costa.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/89-3.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
7	<p>SOUZA, Rosane Miranda de. Na ‘teia da vida’ – eu, eles e a natureza: concepções sobre a natureza na educação infantil em Manaus. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.</p> <p>Orientador(a): Dr. Mauro Gomes da Costa.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/89-17.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
8	<p>DUTRA, Rosária Jordão. Vozes infantis na escola: experiências e saberes sobre ciência a partir das culturas infantis. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.</p> <p>Orientador(a): Dra. Evelyn Lauria Noronha.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-19.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
9	<p>SILVA, Tássia Cabral da. Educação em ciências e a infância: por uma visão das crianças. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.</p> <p>Orientador(a): Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-21.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
10	<p>XAVIER, Jhonatan Luan de Almeida. Divulgação científica pelos desenhos animados da TV nos anos iniciais do ensino fundamental. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.</p> <p>Orientador(a): Dra. Carolina Brandão Gonçalves.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/89-11.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>

11	<p>SOUZA, Agda Monteiro de. O currículo da educação infantil: um estudo em escola municipal no assentamento Tarumã Mirim. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.</p> <p>Orientador(a): Dra. Lucinete Gadelha Costa.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-1.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
12	<p>ANDRADE, Alexandra Nascimento de. As potencialidades do uso dos desenhos das crianças da educação infantil para a divulgação científica. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.</p> <p>Orientador(a): Dra. Carolina Brandão Gonçalves.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-2.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
13	<p>LIMA, Ana Cláudia Sá de. Uma reflexão acerca da formação de conceitos científicos na disciplina de ciências naturais no ensino fundamental em uma escola pública de Manaus. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.</p> <p>Orientador(a): Dra. Josefina Barrera Kalhil.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-3.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
14	<p>REIS, Andreza Rayane Holanda. O olhar da curiosidade: um diálogo entre os espaços não formais e alunos do ensino fundamental. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.</p> <p>Orientador(a): Dra. Cirlande Cabral da Silva.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-4.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
15	<p>PRADO, Helane Mary de Oliveira. O currículo e a educação em ciências na Educação Infantil: trajetórias construídas e em construção das propostas curriculares na secretaria municipal de educação de Manaus. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.</p> <p>Orientador(a): Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-12.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>

16	<p>SARMENTO, Jackeline Ferreira. A educação em ciências no contexto da Educação Infantil: um olhar para as práticas pedagógicas de um CMEI. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.</p> <p>Orientador(a): Dr. Alcides de Castro Amorim Neto.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-14.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
17	<p>COSTA, Nayara Ferreira. Um olhar Habermasiano acerca do ensino de ciências no 5º ano do ensino fundamental. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.</p> <p>Orientador(a): Dr. Mauro Gomes da Costa.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-15.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
18	<p>COSTA, Paula Naranjo da. Ensino de ciências e sexualidade: um estudo das abordagens e práticas educativas no 5º ano do Ensino Fundamental. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.</p> <p>Orientador(a): Dr. José Camilo Ramos de Souza.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-16.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
19	<p>MORHY, Priscila Eduarda Dessimoni. O sentimento de pertença nas crianças da Educação Infantil em relação à água nos espaços educativos. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.</p> <p>Orientador(a): Dr. Augusto Fachín Terán.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-17.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>
20	<p>CORDOVIL, Ronara Viana. Ensinar ciência geográfica: o processo lúdico de aprendizagem no 5º ano de uma escola pública de Parintins/AM. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.</p> <p>Orientador(a): Dr. José Camilo Ramos de Souza.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-18.pdf>- com acesso em: 18/04/2022).</p>

21	<p>SOUZA, Silvia Alves de. Indicadores de alfabetização ecológica na Educação Infantil. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018.</p> <p>Orientador(a): Dr. Augusto Fachín Terán.</p> <p>(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-20.pdf> - com acesso em: 18/04/2022).</p>
----	--

Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia – PPGEEC/UEA;

Vale lembrar, que para selecionar as 25 produções acadêmicas dispostas acima, utilizou-se como critério de classificação o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), selecionando apenas trabalhos com participantes com idade até 12 anos incompletos. Dessa forma, teve-se atenção durante o momento de seleção das pesquisas para poder-se priorizar apenas as que foram realizadas com crianças, independente se estavam enquadradas no contexto escolar, em espaços formais, não formais, ou no Ensino Fundamental I. Diante da totalidade dos trabalhos expostos, Queiroz; Pereira (2021, p. 35) consideram que:

A escrita é, então, um processo de (re)pensar, ética e esteticamente, o que queremos fazer existir a partir do que comunicamos para o mundo com as nossas pesquisas. Assim, para além das questões éticas e estéticas que envolvem a construção do texto, importa pensar também na dimensão política do que se quer dizer.

Portanto, é nessa relação dialógica entre cultura e conhecimento, que a existência da natureza da criança amazônica é formada, por meio da participação nas comunidades sociais as quais pertencem, lugar onde se firmam as individualidades dessas infâncias, e, em simultâneo, lhes aproxima das demais. Contudo, Elias (1994, p. 28) nos lembra que “a individualidade que o ser humano acaba por desenvolver não depende apenas de sua constituição natural, mas de todo o processo de individualização”. No caso das Infâncias Amazônicas, esse percurso estaria sendo direcionado, a reflexões levadas para além da quantidade de pesquisas existentes, porque essas ponderações ramificam-se ao espaço da escola, família, gênero, brincadeiras, etc.

Por esse motivo, Javeau (2005) assume um posicionamento crítico aguçado, quando argumenta sobre a interpretação dos termos crianças e infâncias serem repensados como “conceitos polissêmicos”, devido à abrangência que ambos assumem quando são colocados para análise, ou seja, frente a diferentes segmentos de análise e contextos durante a pesquisa.

Certamente, há de considerar-se que as 6 pesquisas na análise de *corpus*, representam oportunidades em firmar esses estudos na comunidade científica, enquanto pesquisas essenciais para refletir, processos socioculturais, econômicos e simbólicos, pelos quais as crianças amazônicas perpassam, as enxergando como produtoras de cultura e que participam da sociedade e a transformam, não podendo ter sua relevância diminuída na pós-graduação.

Logo, o número total de Dissertações escolhidas para compor nosso estudo, foi definido em 6, sendo: 3 no PPGICH; 3 no PPGEEC. A partir das análises, são criadas possibilidades em compreender através de diferentes abordagens, como as Infâncias Amazônicas, tem sido evidenciadas na produção acadêmica de pós-graduação, e os espaços que vem conquistando. Ambos os programas escolhidos, fazem parte da região norte e estão no Estado do Amazonas, o que torna essa investigação ainda mais pertinente, devido a sociodiversidade da região e quantidade tímida de pesquisas sobre suas crianças e infâncias.

Neste contexto, a quantidade de Dissertações escolhidas, deve-se ao fato de que ao realizar uma busca no ano de 2021 em ambos os PPGS, observou-se o equivalente a 25 pesquisas nos últimos 3 anos, no período entre 2018 a 2020, sendo, 4 no PPGICH e 21 no PPGEEC. Em ambos, não seria possível abranger a quantidade total encontrada, em decorrência do período restante no mestrado, então, decidiu-se estabelecer um recorte para objetivar maior aprofundamento nas análises. Pois, no caso do PPGEEC dificultaria levantar dados em mais de dez anos atrás, por se tratar de um programa com elevado número de outras pesquisas.

Com isso, o período de investigação para levantamento de dados, iniciou em 2021, devido às razões que já foram elencadas referentes a mudança de pesquisa. Assim, durante as buscas nos trabalhos escolhidos, utilizou-se três marcadores de pesquisa para identificar as Dissertações, sendo: **1) Crianças; 2) Infâncias; 3) Pesquisa com Crianças**. Outro detalhe que merece ser destacado é que, durante o procedimento de escolha, observou-se no PPGEEC, entre os anos de 2018 a 2020, a existência de pesquisas que trabalhavam a criança: no contexto escolar a partir da Educação Infantil; na primeira etapa do Ensino Fundamental; ou em outras categorias de espaço. Contudo, sempre mediante a divulgação científica do ensino de ciências dialogando com a infância e/ou criança, dos quais se escolheu 3 trabalhos.

Logo, considera-se que essas propostas se enquadram nos marcadores de pesquisa, em destaque o último, pelo fato de representarem “**Pesquisas com Crianças**”, o que pode ser constatado tanto através da leitura do Título e/ou Resumo. Esses trabalhos ajudam a ampliar o conhecimento sobre as Infâncias Amazônicas, nos posicionando em diálogos interdisciplinares, com abordagens em diferentes contextos, como o da saúde, meio ambiente, etc.

Compreende-se esses trabalhos como uma perspectiva dos estudos da infância, embora em determinados momentos nessas pesquisas, as análises sobre a criança ocupem espaço um pouco secundário, enfatizando mais a divulgação científica, o ensino em espaços não formais, entre outros. No entanto, essas Dissertações nos ajudam a ampliar o entendimento a respeito da centralidade dada a criança, ou seja, até que ponto assumem a posição de serem o foco central do estudo e a partir de qual momento a investigação da infância assume destaque mais tímido.

Dessa forma, o critério de busca das Dissertações seguiu a seguinte ordem de análise: **1) Título; 2) Resumo; 3) Metodologia**. Os marcadores de pesquisa eram procurados nessa ordenação, de modo a observar como apareciam. Já o último deles “**Pesquisa com Crianças**” foi encontrado mais através do contexto em si, ou seja, mediante análise na Metodologia da Dissertação, já que no Título e Resumo não era muito comum em ser encontrado.

Todavia, em virtude da extensa quantidade de trabalhos concluídos existente no PPGEEC, foi definido um corte temporal de 3 anos, para compor o *corpus* de análise. Portanto, todas as pesquisas que já foram apresentadas nos **Quadros** (1) e (2), e os demais dados que serão expostos ao longo desse Capítulo, conduzem referência as Dissertações defendidas que correspondem, respectivamente, aos anos de 2020, 2019 e 2018, em ambos os PPGS.

Objetivou-se delimitar 6 pesquisas para fundamentar o *corpus*, sendo que se optou por escolher estudos, que pudessem representar as demais que não seriam acrescentadas para análise. É notório, que cada uma das 25 pesquisas encontradas no PPGICH e no PPGEEC, nos 3 últimos anos, possuem seus traços singulares na interpretação da criança. Contudo, foram observadas semelhanças que, de alguma maneira, poderiam ser passíveis de serem situadas com proximidade, nos levando a selecionar pesquisas que pudessem simbolizar as demais, devido a terem abordagens correlacionadas. Por certo, essa foi uma posição melhor orientada, já que alguns estudos se desenvolviam em uma perspectiva teórica e procedimental parecidas.

De acordo com a classificação dos programas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por área do conhecimento¹⁶, o PPGICH foi identificado no site da plataforma Sucupira na “Grande Área do Conhecimento”: número 9, que corresponde ao eixo: Multidisciplinar, tendo como “Área de Avaliação”: Interdisciplinar e “Área Básica”: Sociais e Humanidades. O PPGEEC só difere nessas informações nos dois últimos eixos, ou seja, a “Área de Avaliação”: Ensino, e sua “Área Básica”: Ensino de Ciências e Matemática. Essas informações estão disponíveis para consulta pública por se tratarem de dados abertos no

¹⁶ Classificação dos programas de pós-graduação no Brasil conforme as 9 áreas de conhecimento elaboradas pela CAPES, para identificar os cursos de Mestrado e Doutorado.

site da Plataforma Sucupira¹⁷ seguindo em ordem os seguintes menus: 1) cursos avaliados; 2) área de avaliação; 3) área de avaliação do programa; 4) Instituição de Ensino Superior – IES.

Após essa breve explicação, compreendemos como os marcadores de pesquisa, foram aplicados durante a seleção do *Corpus* de estudo, e em simultâneo, conhecemos um pouco sobre os PPGS escolhidos. Seguimos rumo ao **Gráfico** (1) disposto a seguir, utilizado para apresentar a quantidade total de pesquisas com crianças, encontrada nos anos de 2020, 2019 e 2018.

Gráfico 1 – Quantidade de Dissertações encontradas no PPGICH e PPGEEC



Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas PPGICH; Site do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia PPGEEC.

Ampliando nossas discussões sobre as invisibilidades das Infâncias Amazônicas a partir do gráfico acima, verificamos as dificuldades em reconhecer o que Kramer (2002, p. 51) pontua quando diz que “a criança é sujeito da cultura, da história e do conhecimento”. Isso porque os dados no **Gráfico** (1), de certa forma, nos fazem refletir sobre os possíveis obstáculos, em estabelecer os estudos da infância enquanto campo teórico essencial, nas pautas de desenvolvimento de pesquisas, nas universidades e fora delas. É certo que estão inclusos nesse diálogo um cenário de resistências, que foi sendo imposto ao longo dos anos por pesquisadores e estudiosos desse segmento, no intuito de analisar as diferentes nuances que compõem as infâncias que dialogam com a Amazônia, mostrando a criança como produtora de cultura.

Trazendo essa reflexão para o quantitativo de Dissertações com pesquisas sobre crianças no PPGICH e PPGEEC, observa-se que esses trabalhos denotam novos espaços que têm sido conquistados na pós-graduação, onde horizontes vêm sendo criados nas universidades para

¹⁷ Disponível em <<https://sucupira.capes.gov.br/>>.

(re)pensar sobre as constituições das infâncias no Amazonas sobre as culturas infantis desses povos, ou seja, infâncias que dialogam com a floresta, gênero, o espaço escolar, etc.

Contudo, o **Gráfico** (1) também expressa, em números, o destaque secundário que as pesquisas com crianças ocupam. Neste sentido, hábitos, histórias, atitudes, linguagens, pensamentos, costumes e as culturas que formam essas infâncias, nesses lugares, constituem trajetórias que podem ficar, por vezes, sem análises mais aprofundadas ou como estudos pouco investigados na pós-graduação. Entretanto, Bachelard (1996, p. 18) reitera sobre a importância da universidade na produção do conhecimento, quando diz que “a ciência, tanto por sua necessidade de coroamento como por princípio, opõe-se absolutamente a opinião”.

Depreendemos que os estudos desenvolvidos nos PPGS, buscam carregar uma perspectiva diferenciada sobre as formas de interpretação das Infâncias Amazônicas, possibilitando a desconstrução dos modos de conceber as vivências dessas crianças, enquanto espaços facilmente explicáveis, a ponto de não precisarem ser problematizados na academia.

Esses trabalhos trazem desdobramentos, como as ausências de discussões, sobre os problemas que acometem as crianças em sociedades e no campo científico, e a diminuição da invisibilidade infantil sendo expressada na produção acadêmica. É evidente reconhecer que os trabalhos concluídos nesses PPGS, denotam para o potencial de ambos, em questionar o campo científico e a sociedade em si, sobre as características que constituem as Infâncias Amazônicas, tanto a nível de aspectos sociais, econômicos, culturais e simbólicos.

Mais adiante, apresenta-se os **Gráficos** (2) e (3), que salientam os traços de invisibilidade da Infância Amazônica em ambos os programas. Através desses marcadores, notam-se as dificuldades em analisar a sociabilidade da criança expressada nos mais diferentes contextos e grupos, sendo confirmada pelo balanço na produção acadêmica nos últimos 3 anos. Em virtude dessa reflexão, expõe-se também os **Gráficos** (4) e (5), no intuito de enfatizar essas ponderações, e para ser possível comparar os registros em números com os dois primeiros gráficos mostrados. De modo que se possa perceber o quanto as pesquisas nesses PPGS constituem um cenário de estudos sobre as infâncias na Amazônia que vem estabelecendo-se aos poucos de forma tímida, em comparação aos demais trabalhos defendidos.

Nesse entendimento, sobre os **Gráficos** (2); (3); (4) e (5), expostos abaixo, no segundo e terceiro, constam o total de trabalhos concluídos. No quarto e quinto, revela-se a quantidade em números de pesquisas defendidas sobre crianças e infâncias. Nota-se, que a quantidade de pesquisas defendidas por ano, em relação a quantidade de trabalhos com crianças, seguindo o mesmo parâmetro, expressam uma redução brusca no que se refere a produção acadêmica, reafirmando processos de invisibilidades desses agentes nos cursos de pós-graduação.

Gráfico 2 – Quantidade total de Dissertações defendidas no PPGICH por ano



Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas PPGICH.

Gráfico 3 – Quantidade total de Dissertações defendidas no PPGEEC por ano



Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia PPGEEC.

Gráfico 4 – Dissertações de pesquisas com crianças defendidas por ano no PPGICH



Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas PPGICH.

Gráfico 5 – Dissertações de pesquisas com crianças defendidas por ano no PPGEEC



Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia PPGEEC.

A partir desses gráficos, observamos a existência, de uma produção científica um tanto discreta no que se refere ao número em registros de pesquisa com crianças, característica aparentemente mais acentuada no PPGICH, que conta com um total de apenas 4 Dissertações até o ano de 2020. Contudo, mesmo o programa tendo quase 5 anos de atividade, o espaço da pesquisa com crianças, ainda significa um campo em desenvolvimento inicial, isso porque a proporção de trabalhos concluídos é praticamente de, no máximo, 3 pesquisas com crianças por

ano, sendo bem difícil ultrapassar essa quantidade. Por isso, que nessas condições, não seria sensato afirmar que houve um aumento significativo na produção acadêmica.

Ao mesmo tempo, no caso do PPGEEC, embora existam mais registros de pesquisas com crianças, ao fazer o levantamento nas produções entre os anos de 2020, 2019 e 2018, constatou-se que várias pesquisas nem sequer situam os termos “crianças” e “infâncias” em seus títulos. Ademais, quanto ao segundo conceito, este torna-se um tanto escasso em ser abordado ao longo dos trabalhos. Isto corrobora para entender que a criança, nem sempre, assume caráter principal no tripé teórico nessas Dissertações, devido a estas constituírem-se em processos investigativos que concedem evidência ao ensino, divulgação científica em espaços não formais, etc.

Neste sentido, Smolka (2002, p. 122) nos lembra que “[...] nas mais diversas relações, dentro ou fora da escola, com ou sem pais e família; crianças se tornam/ são feitas adultas. Mais cedo ou mais tarde”. A formação da criança amazônica, passeia por essas circunstâncias sociais e simbólicas, onde a pressa na chegada a vida adulta, pode ser percebida na quantidade de registros de publicação, comparando os dados apresentados pelos **Gráficos** (2); (3); (4) e (5).

Por isso, que embora o PPGICH e o PPGEEC tenham aprofundamento teórico considerável nas Dissertações, problematizando os estudos culturais e de identidade do “homem amazônico”, em relação as condições de existências, e das características que identificam e representam as infâncias, nesse lugar, em suas múltiplas facetas, pouco sabemos.

O que nos leva a perceber que essas dificuldades, em conseguir estabelecer conexão dos estudos da infância, com os conhecimentos de outras vertentes, pode ser apontado como um dos principais motivos de haverem poucas pesquisas com crianças no PPGICH. Mas isso, talvez, tenha suas origens no período de graduação dos pesquisadores, por um hábito acadêmico em estudar as crianças e infâncias articulando mais à Educação. Esse fato não, significa algo ruim, até porque esse campo teórico trouxe contribuições grandiosas para a interpretação das infâncias, todavia, também é importante considerarmos a interdisciplinaridade como elemento central na produção de conhecimento, construída na pesquisa com crianças na pós-graduação.

Neste sentido, Alves; Brasileiro; Brito (2004, p. 140) concluem que:

A ciência não pretende perder de vista a disciplinaridade, mas vislumbra a possibilidade de um diálogo interdisciplinar, que aproxime os saberes científicos, oriundos dos diversos campos do conhecimento, em uma fala compreensível, audível aos diversos interlocutores.

No caso do PPGEEC ilustra-se a realidade de maneira um pouco diferente, já que o programa disponibiliza um acervo com 21 Dissertações de pesquisas com crianças, entre os

anos de 2020, 2019 e 2018. Embora muitas estejam voltadas a divulgação do Ensino de Ciências em espaços formais e não formais, isso não soa como algo estranho, por se tratar de um Mestrado na área de Ensino. Ademais, assim como a escola, outros ambientes no propósito de divulgar a Ciência, vem recebendo destaque na Educação. Para Souza (2015, p. 24) “o aprendizado da ciência deve contemplar naturalmente a observação e experimentação, não sendo desenvolvido de forma mecânica e com o único propósito de absorver conhecimento”. Ou seja, as crianças podem envolver-se com muito mais entusiasmo nas propostas de aprendizagens desenvolvidas pelas escolas em espaços não formais, mesclando saberes.

Chega-se ao esclarecimento de que as Dissertações do PPGICH e PPGEEC apontam uma dinâmica semelhante, pois ainda estão afirmando-se na comunidade acadêmica, formando novos pesquisadores e de que novas possibilidades teórico-metodológicas vêm sendo criadas e aprimoradas a cada pesquisa. Portanto, os 3 trabalhos selecionados para análise no PPGEEC, não representam a quantidade total de pesquisas com crianças que o programa possui, mas sim uma abordagem inicial, essa informação já foi explicada no início desse capítulo.

Com isso, a receptividade aos estudos das Infâncias Amazônicas na pós-graduação dos PPGS estudados merece ser destacada como conquista de suma importância para a história e cultura dos amazonenses, sendo um rompimento do silêncio que encobria essas crianças, e por ainda não estarem compartilhando suas experiências de vida e saberes com os pesquisadores. Fica evidente que, o reconhecimento dessas culturas infantis, vem aumentando a necessidade de novos debates teóricos, tanto nas universidades, como na esfera social, midiática e etc.

Por exemplo, ainda entendemos pouco do que vem sendo discutido sobre os processos identitários que envolvem as crianças transgêneros¹⁸ amazonenses e suas “culturas infantis”. No entanto, essa é uma abordagem necessária que precisa estar presente na produção acadêmica. Segundo Louro (2001, p. 12) “[...] as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm um caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teorias culturais”. Logo, o conhecimento científico, nos possibilita as observações necessárias, no intuito de respeitar a construção de gênero dessa criança, levando essas contribuições a sociedade e questionando a noção adultocêntrica dominante da infância.

Mas, mesmo nessa confluência de identidades, culturas e características que constituem as infâncias em uma diversidade conceitual e de características ainda é comum que, por várias vezes, sejam reconhecidas pela sociedade como um grupo indiferenciado, onde as idades são

¹⁸ Aqui a referência é feita a Dissertação de SILVA (2019) do PPGICH sobre crianças transgênero.

sobrepostas umas às outras apenas para separar cronologicamente por coletivos etários, contudo, suas individualidades culturais podem ser suprimidas nesse percurso.

Nesse diálogo sobre cultura e diversidade, Quinteiro (2002, p. 154) corrobora dizendo que “[...] a contribuição dos antropólogos torna-se especialmente significativa, quando se entende a cultura como estruturante do cotidiano de todo grupo social, que se expressa em modos de agir, pensar, relacionar, interpretar e atribuir sentido ao mundo e às coisas”. Podemos articular esse pensamento, aos demais pesquisadores das infâncias na Amazônia, para que possamos nos aproximar do mundo dessas crianças a partir de suas interpretações.

Relacionando as pesquisas com crianças do PPGICH e PPGEEC, assim como aos gráficos anteriores, percebe-se que a interdisciplinaridade de ambos viabiliza uma união entre diferentes áreas do conhecimento dialogando em torno da infância, sendo este um dos principais motivos pela escolha desses programas de pós-graduação em nosso estudo.

Embora a Pedagogia possua um protagonismo ímpar, historicamente falando, sobre a evolução e desenvolvimento de pesquisas com crianças, conhecer as diferentes modalidades de condições de existência desses sujeitos representam agregar novos sentidos de compreensão sobre as “Infâncias Amazônicas”. As Dissertações dos PPGS nos convidam a estar nos contextos da sala de aula, mas também, em outros espaços, para que possamos mudar as perspectivas enquanto pesquisadores de crianças a partir de temas mais interdisciplinares. Porque “conhecer a infância passa a significar uma das possibilidades para que o ser humano continue sendo sujeito crítico da história que o produz” (KRAMER, 2002, p. 46).

As produções selecionadas nos programas de pós-graduação da UEA, em termos gerais, favorecem a uma amplitude conceitual sobre as realidades infantis na Amazônia, em sua grande maioria, partindo da reflexão de pesquisadores amazonenses. Contudo, esse detalhe acentua-se enquanto caráter relevante, por estabelecer valorização aos pesquisadores locais no desenvolvimento de pesquisas que fundamentam juntas os estudos das Infâncias Amazônicas¹⁹.

Por muito tempo, os povos das águas, das florestas e a população urbana que vive na Amazônia tiveram seus modos de viver e costumes descritos por pesquisadores, em sua maioria, que não cresceram nesse Território. Essa peculiaridade, sobretudo, reforça o distanciamento expressado na produção acadêmica, de forma geral, em relação a conhecer as infâncias presentes nesses lugares a partir dos campos socioculturais e históricos por pesquisadores da região, no intuito de propiciar estudos capazes de compreender a formação do pensamento local e suas representações individuais e coletivas sobre a criança amazônica.

¹⁹ A partir desse momento, usaremos a expressão sem aspas, por considerarmos que já é possível categorizar As infâncias Amazônicas, tomando por base os trabalhos aqui apresentados.

Assim, em seus aportes teóricos, Jevreau (2005, p. 383) esclarece que “a infância, com efeito, demograficamente falando, é geralmente considerada improdutiva, pelo menos nas nossas latitudes, onde a obrigação escolar é largamente respeitada”. As perspectivas sócio-históricas, contribuíram ao longo da modernidade, para estabelecer a infância como objeto de estudo secundário no campo científico. Esse pensamento estático, dificultou que as crianças pudessem ser reconhecidas como singulares, o mesmo aplica-se as Infâncias Amazônicas, por sua ligação semelhante aos pressupostos de invisibilidade em pesquisas na pós-graduação.

Sem dúvidas, os estudos acadêmicos a respeito das Infâncias Amazônicas na pós-graduação, retratam uma abordagem que pode ser considerada um tanto recente, sendo acentuada se formos levar em consideração o embasamento teórico ancorado na Sociologia da Infância. Com isso, notamos que essas Dissertações também se empenham, em minimizar as percepções essencialistas sobre as crianças da Amazônia. Segundo Popper (1902, p. 85) “a teoria precisa permitir a explicação das observações que criaram o problema (isto é: precisa permitir sua dedução da teoria, juntamente com outras teorias aceitas e outras afirmativas derivadas da observação – conjunto a que chamamos de condições iniciais”.

Diminuir essa visão ainda excludente, no que diz respeito a infância, permite ponderar um discurso que destaque a relação desta, com a cultura e o cotidiano. Assim, estaríamos pensando no desenvolvimento de uma explanação, que traz como escopo, a sensibilidade de permitir-se analisar os trabalhos dos PPGS, como possibilidades teóricas, constituídas de perspectivas que intuem conhecer, refletir e valorizar o ser criança na Amazônia.

Dando prosseguimento nesse diálogo que nos situa entre pensar a criança no mundo moderno e ao mesmo tempo valorizar seus atributos culturais, Veiga (2004, p. 40) salienta que “a infância na modernidade foi uma categoria de tempo inventada com base nas múltiplas experiências vivenciadas pelos diferentes grupos sociais”. Em suma, nos propomos conhecer as Infâncias Amazônicas, a partir das Dissertações do PPGICH e do PPGEEC.

Em vista disso, na relação entre infâncias e sociedade, as 08 pesquisas selecionadas, colaboram em apresentar a comunidade científica amazonense, as vozes e os espaços que as crianças amazônicas têm ocupado. Existe um esforço teórico nesses trabalhos, na busca por conduzir a novas imagens da criança nessa região, apresentando campos de visibilidade.

Nos acostumamos a ouvir histórias contadas por pesquisadores vindos de outros continentes e estados, que não compartilharam no seu crescimento da cultura amazônica. Passamos a nos reconhecer a partir das representações, falas e discurso do outro. Pois então, que hoje, as histórias sobre nossas crianças, possam ser contadas por pesquisadores que um dia viveram suas infâncias nesse lugar, e reconhecem em seus interlocutores de pesquisa, um pouco

de si próprios, sejam pelas semelhanças nas histórias de vida, traços culturais, etc. Por fim, os programas PPGICH e PPGEEC destacam-se por instigar a sociedade e comunidade acadêmica a refletirem mais sobre o imaginário social das Infâncias Amazônicas.

2.2 Culturas infantis amazônicas e a pesquisa com crianças

Investigar as Dissertações do PPGICH e do PPGEEC presente no *corpus*, significa compreender, sobretudo, que estes programas vêm contribuindo para ampliar o alcance no campo científico e social por meio da pesquisa com crianças, refletindo sobre as configurações das Infâncias Amazônicas no Amazonas. Os percursos investigativos desses trabalhos, exprimem que “o processo de pesquisa reflete uma preocupação direta em capturar as vozes infantis, suas perspectivas, seus interesses e direitos como cidadãos” (CORSARO, 2011, p. 57).

Neste sentido, a argumentação desenvolvida nas 6 Dissertações analisadas, está embasada em propiciar, constantemente, novos conhecimentos e percepções teórico-metodológicas, acerca da pesquisa com crianças, estabelecendo um movimento simbólico formado para compreender, como os conceitos de culturas infantis amazônicas são fundamentados na sociedade. A respeito das culturas infantis, Demartini (2020, p. 31) tece argumentos destacando, que “é preciso desvendar a história de cada criança, do grupo ao qual pertence e dos grupos aos quais está ligada no momento da pesquisa para explorar a complexidade de suas vivências”.

Argumentar sobre o conceito de cultura nos possibilita reconhecer o quanto esses estudos hoje são indispensáveis para a compreensão das crianças e infâncias, frente a atual configuração que temos da sociedade. Isso porque, as culturas infantis surgem exatamente para elencar, tornar visível, questionar, assuntos que envolvem o público infantil e parecem estar enveredando-se nos caminhos da invisibilidade. Em suma, refletir sobre as culturas infantis, favorece que sejam criados espaços para analisar o conceito de cultura em suas diversificadas abordagens, sempre os colocando no plural, para que contemplem suas abrangências de percepção do outro.

Segundo Geertz (2008), embora as sociedades tenham se diversificado entre costumes e culturas próprios temporalmente, estudar sobre a diferenciação cultural e os processos de constituição do homem, na relação com a natureza e/ou sociedade, propõe compreender os humanos em suas dinâmicas relacionais com o corpo, arte, evolução biológica, cultural, relação com o outro, etc. Associando essas indagações aos estudos de autores no PPGICH como: Lira (2020); Silva (2019) e Gomes (2019) percebe-se que ambos se propõem, para além de situar as crianças amazônicas como sujeitos de pesquisa, estabelecer relação entre cultura e infância.

Dessa forma, esses trabalhos ampliam espaços científicos no meio acadêmico da pós-graduação, de modo a constituir a criança como sujeito de análise da cultura em suas mais diversificadas interações com o ambiente. Ademais, salientam outras possibilidades para pensar a cultura, pois, segundo Lira (2020, p. 67), “as crianças também estão no entrelaço das produções culturais, históricas, econômicas e tantos outros assuntos”.

Contudo, antes mesmo do surgimento dos antropólogos e da Sociologia ser considerada como “Ciência da Sociedade”, as pessoas passaram a se organizar por hierarquias construídas em torno de uma elaboração sociocultural da imagem do homem, mulher e criança. Com efeito, esse caráter de distinção desdobrou-se, principalmente, através das representações culturais conferindo centralidade e poder a cultura. No pensamento de Bourdieu (2017), a cultura tornou-se a principal estratégia social, capaz de definir o outro e o excluir, estabelecendo o que é considerado importante para ser valorizado culturalmente e o que não o é tanto assim.

Diante do exposto, quando a cultura surge como mecanismo social para distinção, tanto a criança como o adulto serão perpassados por esse processo. Essas circunstâncias podem ser observadas nas 3 Dissertações escolhidas no PPGICH, pois são trabalhos que retratam diferentes contextos sociais onde a criança ocupa lugares de invisibilidade cultural.

Neste sentido, Lira (2020, p. 69) ressalta a importância de compreender:

A necessidade de pesquisas em ciências humanas continuarem evidenciar a criança como um sujeito social, histórico e cultural, revelando o que as relações sociais dominantes tendem querer invisibilizar o que não contribuem com sua hegemonia. Por conseguinte, considera-se que existe um caminho longo a ser percorrido pelas pesquisas que se propuserem deleitar teórico e empiricamente em realizar pesquisa com crianças utilizando-se de uma perspectiva interdisciplinar.

Mas, percebe-se que a história das civilizações seria também a história de um diálogo de resistências, entre a cultura das camadas populares e a cultura hegemônica, podendo ser percebidos nas pesquisas de Lira (2020); Silva (2019) e Gomes (2019). Pois, a consolidação da cultura socialmente aceita não está restrita apenas a princípios direcionados aos adultos, já que o avanço desordenado da economia capitalista conferiu visibilidade a procedimentos mercadológicos de industrialização da infância, comprometendo a análise da estrutura simbólica desse conceito a partir das singularidades que o constituem e o formam.

Tornando esse diálogo mais próximo às pesquisas no PPGICH, entendem-se as principais razões das infâncias estudadas por esses autores não aparecerem com tanta frequência no meio social. Portanto, esse fato pode ser justificado por se tratar de um público infantil que representam as camadas populares, e/ou as configurações de infância que a sociedade prefere

manter longe das mídias. Como a infância transgênero pesquisada por Silva (2019); a infância em situação de vulnerabilidade social estudada por Lira (2020); e a infância vítima de abusos sexuais vivida em abrigos na cidade de Manaus/AM analisada pelo mestrando Gomes (2019).

Essa tentativa de silenciar os outros modelos de infância que existem na sociedade ocorrem em decorrência da aproximação tênue entre o capitalismo e, também, a objetivação de uma imagem específica da infância que Friedmann (2014) irá denominar como “infância pós-moderna” e “infância de consumo”, idealizando um novo modelo social de ser criança. Por isso que Lira (2020); Silva (2019) e Gomes (2019) problematizam as ausências de visibilidade das crianças estudadas, objetivando reconhecimento as Infâncias Amazônicas na perspectiva de valorizar as vozes infantis, respeitando a pluralidade nas imagens das infâncias.

Neste *locus*, Silva (2019, p. 106) argumenta sobre as infâncias transgênero que:

A criança trans, antes de assim ser percebida, possa estar assegurada, como preconiza seu estatuto, na efetivação de seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Dessa maneira, das ponderações de Silva (2019) destacadas acima, considera-se a necessidade de compreender que as crianças transgêneros precisam ser reconhecidas como produtoras de cultura em seus diferentes espaços, e de que a cultura é uma forma que elas encontram, também, para expressar suas identidades, questionamentos sobre o mundo, e desejos. Sobretudo, é notório que as pesquisas com crianças que se estabelecem sobre essa perspectiva asseguram a valorização de suas vozes no contato com os pares e seu lugar.

Neste enfoque, sobre o conceito de culturas infantis, Gomes (2019, p. 35) acredita que:

A cultura infantil é, assim, observada como um conjunto de valores marcados pelas rotinas e atividades, as quais são produzidas e compartilhadas por crianças em interação aos seus pares. Apesar do reconhecimento da legitimidade que a criança possui como ser social, entretanto se faz necessária a compreensão de que, essa não implica em autonomia da trama sócia, pois as culturas infantis permanecem conectadas com manifestações culturais mais amplas.

À medida que os estudos da infância evoluem, associam a cultura a análise da criança em sociedade, começando a questionar a relação desta no contexto de formação social do seu povo/comunidade. Logo, a Sociologia da Infância no Brasil, demarca-se por essa confluência de culturas da criança que emergem umas sobre as outras, e através dos estudos que refletem as infâncias em suas pluralidades. As 3 pesquisas com crianças selecionadas no PPGICH

dialogam com as Culturas Infantis, e inauguram um viés de investigação socioantropológica no campo científico, propondo-se a questionar os problemas sociais que invisibilizam esse grupo.

Para Arenhart (2017), a infância se constitui sobre essas representações formadas do contato da criança com elementos físicos e simbólicos, seja por meio da materialidade dos brinquedos e objetos criados para o público infantil, seja por brincadeiras e interações com as crianças, adultos e meio social. Através dessa articulação entre o mundo da criança e do adulto, estaria objetivando-se as ideias de infâncias no social, percepções e imagens.

Há de considerar-se que a construção das imagens infantis também acontece em espaços formais como a escola, e não formais, sendo esses ambientes grandes articuladores para desenvolver as culturas das Infâncias Amazônicas. Por certo, as 3 pesquisas do PPGEEC que fazem parte do *corpus* de estudo conduzidas pelas autoras Beltrão (2020), Silva (2019) e Andrade (2018), abordam aspectos que visam promover, a partir de seus trabalhos, que a criança contemple através do Ensino de Ciências os elementos constitutivos da cultura amazônica.

Dessa forma, quando a criança conhece elementos das culturas que formam o universo amazônico, na companhia dos pares, isso representa uma aprendizagem mais viva em Ciências, agregando conhecimentos teórico/práticos. Pois, através dessa dinâmica, as crianças “se harmonizam com o movimento da natureza, seja pela temporalidade ou pela territorialidade das águas e do clima peculiar da Amazônia” (TOUTONGE; FREITAS, 2022, p. 13). Por isso, a Educação precisa estar associada a diferentes campos onde seja possível difundir o saber.

No pensamento de Corsaro (2011) as culturas infantis estão divididas em dois campos: **1) simbólico; 2) material**. O primeiro será definido como “cultura simbólica da infância”, estando impulsionado por três fatores principais: a “mídia”, a “literatura e histórias infantis”, e as “figuras míticas e lendas”. O segundo, assume denominação de “cultura material da infância”, representando todos os objetos que compõem o universo infantil e/ou são criados para ele. As culturas infantis serão compreendidas por meio dessa dinâmica entre os campos descritos, aonde as crianças irão desenvolver a “reprodução” e reinterpretção da sua cultura e do adulto. Mas o que seria essa cultura da criança? Aqui, faz-se referência a sua relação com o mundo, ambiente de convívio social, percepções sobre o lugar onde vivem, experiências e saberes adquiridos, individualmente, ou no contato com os pares.

Diante dessas considerações, observa-se um movimento dinâmico nas 3 pesquisas do PPGEEC por situarem a criança como sujeito principal no percurso investigativo dos trabalhos, desenvolvendo análises que salientam a construção do Ensino de Ciências a partir de sua autonomia. Sobre viés semelhante, Beltrão (2020, p. 22) irá esclarecer que “a pesquisa científica

pauta pela necessidade de conhecer e compreender os fenômenos, sejam da natureza, sejam da cultura, sejam sociais, dentre outros. Essa busca para entender melhor o mundo à sua volta”.

No trabalho de Beltrão (2020), as culturas infantis podem ser percebidas quando a autora confere espaço para ouvir as crianças que participam da pesquisa, respeitando suas percepções acerca dos cuidados com a saúde, prevenção de doenças no cotidiano do ambiente escolar ou nos espaços de convívio com a comunidade e família. A pesquisadora também compreende que quando a criança apresenta ações que não são consideradas saudáveis para o corpo, a justificativa para tais princípios tem origem em aspectos arraigados na cultura local.

A exemplo disto, Beltrão (2020, p. 77) problematiza um hábito das crianças ao dizer que:

Uma questão que chamou atenção durante as observações consiste no ato de tomar água refrigerada nos bebedouros localizados no refeitório da escola. Os alunos não costumavam utilizar copos, bebendo água direto nas torneiras do bebedouro de uso coletivo e potencialmente vinculando à transmissão de doenças.

Através dos relatos da autora entende-se que o padrão de comportamentos notados na escola perpassa por vertentes culturais. Pois, estabelece a “reprodução” da cultura postulada por Corsaro (2011), já que a criança que inicia seus estudos nessa instituição possui grandes chances de apropriar-se dessas mesmas posturas descritas acima. Todavia, Corsaro (2011, p. 127) também entende que “as crianças produzem uma série de culturas locais que se integram e contribuem para as culturas mais amplas de outras crianças e adultos a cujo contexto a elas estão integradas”. Assim, reproduzem a realidade ao mesmo tempo em que as reinterpretam através da interação, assegurando e viabilizando uma construção sociocultural.

Essa denominação postulada por Corsaro (2011) que se confronta ao pressuposto que situa a criança como sujeito passivo, nos aproxima as indagações de Silva (2019) e Andrade (2018). Destarte, ambas as autoras desenvolvem suas pesquisas situando a criança como protagonista no processo de formação da aprendizagem e formulação de conhecimentos.

Silva (2019), acredita que por meio da participação da criança nas atividades propostas no espaço escolar e da escuta sensível do professor sobre as considerações desses agentes, seja possível superar projeções adultocêntricas, aprendendo que as culturas infantis acontecem mediante a troca de conhecimentos entre o mundo imaginário e o adulto.

A respeito das culturas infantis Andrade (2018) considera que o procedimento de pesquisas com crianças precisa defender um posicionamento capaz de conversar com diferentes segmentos que existem no social, como as culturas, infâncias, o universo que despertar curiosidade na criança para ser conhecido, as expressões artísticas e as demais linguagens.

Sabe-se que em sua grande maioria os estudos da infância têm se desenvolvido mais no espaço escolar, sobretudo através de pesquisas que surgem na Pedagogia e enveredam no intuito de conhecer, investigar e refletir sobre esse conceito nas mais diversas abordagens sociais da infância. Contudo, existem também outros campos na sociedade que constituem as experiências de formação identitária da criança e suas vivências e que precisam ser reconhecidos como lugares simbólicos ou materiais aonde constroem-se as Culturas Infantis.

No entanto, Silva (2019, p. 30) esclarece alguns entraves ao dizer que quando:

As crianças são consideradas incapazes de tomarem decisões, sendo assim, os adultos são seus protetores que defendem os seus interesses, uma vez que eles não possuem capacidades relacionadas com a razão. Decorrente da imagem da criança cria-se justificativas de protegê-las, que acabam por transforma-las em um objeto passivo, ocultando sua ação no meio social.

Esse processo dificulta a participação da criança em todos os âmbitos na sociedade fazendo com que a objetivação das Culturas Infantis fique comprometida. Para Arroyo (1994), quando as crianças são pensadas isoladamente em seus contextos, se obtém uma análise unilateral da infância, não contemplando os simbolismos de interação que existe entre esse modelo e os demais. Nessa perspectiva, criam-se barreiras que distanciam o estabelecer-se no campo científico de pesquisas com crianças e a investigação interdisciplinar ancorada nos princípios de valorização dos aspectos socioculturais específicos de cada categoria de infância em sociedade. Se as infâncias não conseguem ser reconhecidas enquanto categoria em que seus conceitos se transformam com o amadurecimento das sociedades, comunidade ou grupo, suas interpretações, não dificilmente, estarão sendo pensadas através de um viés que não esteja em uma vertente da “pluralidade”.

Em sentido contrário, quando as infâncias se encontram com estudos capazes de proporcionar uma amplitude de saberes que construa trajetórias por meio da união entre outras áreas do conhecimento, a ciência alcança novos horizontes. Não restam dúvidas de que as Culturas Infantis também dialogam com a Cultura Científica, pois podem posicionar a criança no diálogo com a Ciência como agente social, dessa forma valorizando suas percepções.

Em consequência disso, Andrade (2018, p. 40) pontua que:

No que diz respeito à participação das crianças dentro do processo que envolve a cultura científica, destacamos que elas possuem uma maneira diferente de aprender os temas de Ciência, isto desafia os professores a buscarem, cada vez mais, estratégias para ensinar temas científicos, que contribuam para ampliar a curiosidade, característica desta fase, e para a construção de saberes científicos.

Assim como os estudos de Andrade (2018) e Silva (2019), todas as Dissertações de pesquisas com crianças no PPGEEC entre os anos de 2020, 2019 e 2018, fundamentam-se de alguma maneira sobre viés semelhante ao que está destacado acima. Por isso, entende-se que as pesquisas no PPGICH e PPGEEC evidenciam que as infâncias no Amazonas carregam traços difíceis de serem dissociados em uma análise por meio da interpretação de uma única cultura. Isso porque a criança que mora na cidade pode carregar consigo como “herança cultural”²⁰ a tradição de ser indígena, e em simultâneo, é possível que a mesma traga a renovação de sua cultura, por compartilhar dos bens de consumo que não foram criados no seu meio, como o celular, que pode ser melhor identificado como tradição da criança branca.

De certo, escola representa um dos lugares principais no qual uma pedagogia das culturas infantis possa materializar-se, sendo a Educação Infantil esse elo capaz de gerar transformações. Para Silva (2019, p. 38), essa etapa do ensino básico com crianças:

Deve ser um espaço dialógico, dinâmico, acolhedor, seguro e alegre, capaz de possibilitar às crianças: aprendizagens, trocas de experiências, participação das tomadas de decisões, desenvolvimento de suas capacidades criativas, de observações, de construção de saberes e culturas.

Contudo, mesmo sob a consciência intelectual acima também é preciso ter em mente que a noção da criança como ser social dotada de expressões construídas no diálogo com o outro, aparenta ser mais pensada nas universidades. Pois fora vem estabelecendo, durante vários anos por meio da propaganda principalmente, representações de um modelo específico de infância que se estreitam a uma estimulação do consumismo infantil, porque com a globalização esse público se tornou um mercado promissor para a aquisição de lucro do modelo capitalista.

Os fatores elencados acabam justificando a razão de um certo desinteresse social pelas outras configurações de infância, deixando a cargo das pesquisas acadêmicas uma espécie de “luta” pelo reconhecimento e valorização dos interesses e identidades das crianças em sua maioria. Embora saibamos que segundo Delgado, (2020, p. 228) “a construção social da infância focaliza a diversidade da definição da infância no tempo e no espaço”, as pesquisas sobre as Infâncias Amazônicas ainda representam estudos em ascensão lenta no interior dos PPGS, constituindo percursos de invisibilidades sobre as crianças desse lugar.

É como se existisse uma geografia simbólica delimitando os espaços sociais das crianças, e atribuindo visibilidade apenas ao tipo de infância que melhor lhe convém aos interesses econômicos. Fazendo com que Sarmento (2004, p. 10) conjecture que “as crianças, todas as

²⁰ CHARLOT (2014).

crianças, transportam o peso da sociedade que os adultos lhe legam”. Todavia, essas realidades, comumente, não ganham visibilidade nas pesquisas dos programas de pós-graduação.

Os estudos com crianças e mulheres, compartilham de uma realidade próxima no campo científico, no que se refere a estabelecer suas teorias como fator relevante para o social, isto pois, os estudos feministas e da infância, sempre enfrentaram grandes desafios para assegurar a pertinência de suas pesquisas para a sociedade e a reinterpretação dos seus sujeitos.

Por essa razão, Mubarak Sobrinho (2011, p. 71) reitera que “no curso da história, as crianças têm sido vistas de diferentes modos e ocupado diferentes posições, dependendo do valor que as sociedades lhes atribuem”. Retirar os véus que escondem a participação social da criança como agente produtor de cultura não representa um processo simples, porque as crianças carregam a herança do peso de uma dependência que foi sendo reforçada secularmente quando as associam como uma extensão da cultura do adulto, deixando de enaltecer esses agentes sociais como “transformadores da sociedade” através da ressignificação das culturas.

2.3 As pesquisas sobre crianças e infâncias no PPGICH e no PPGEEC: para começarmos os debates

Acessando o site dos programas PPGICH e PPGEEC consultou-se uma relação com todos os periódicos por ano, selecionando as Dissertações organizadas nos **Quadros** (4) e (5). Mas, para tornar essa descrição de dados mais clara e compreensível, decidiu-se utilizar logo abaixo em sequência: **1)** a utilização do **Quadro** (3) para destacar os principais eixos temáticos das pesquisas escolhidas; **2)** Descrição resumida de cada eixo apresentado.

Em suma, crer-se que com essa organização das informações, seja possível depreender melhor o levantamento exposto ao longo desse texto, reduzindo os aspectos de ambiguidade. Por isso que a utilização dos eixos temáticos representa uma forma de aproximar-se ao “tripé teórico de estudo” dos 6 trabalhos escolhidos para compor o *corpus* de análise. Como referência para formar os eixos temáticos, foi utilizada a análise da metodologia e resumo das Dissertações, de modo a compreender, conceitualmente, como crianças e infâncias estavam articuladas a outros assuntos. Sendo assim definiu-se por programa 3 eixos no PPGICH e 3 no PPGEEC, ambos apresentados no quadro a seguir.

Quadro 3 – Principais eixos temáticos encontrados nas pesquisas com crianças

PPGICH/UEA	PPGEEC/UEA
1. Infâncias, família e desigualdade social	1. Crianças e saúde
2. Gênero, sexualidade e pesquisa com crianças	2. Educação em ciências e infâncias
3. Infâncias, violência e identidades	3. Divulgação científica e alfabetização

Fonte: Elaboração da autora. (2021)

Prossegue-se rumo a apresentação dos 4 eixos temáticos do PPGICH. Todavia ressalta-se que devido ao programa possuir trabalhos muito diferenciados no que se refere a seu campo de estudos nas pesquisas com crianças, a referência escolhida abaixo nos respectivos eixos será por Dissertação, especificamente, e não por conjunto, contendo vários trabalhos em um mesmo eixo. Isso possibilita que seja possível preservar as complexidades dessas pesquisas.

1º Eixo (Infâncias, família e desigualdade social): a pesquisa articulou aspectos voltados a: vulnerabilidade de crianças em situação de perigo; infâncias nas Ciências Humanas; influências da família, rua e escola na socialização das crianças; o lugar como Território simbólico para desenvolver a imaginação infantil; percepções da infância na perspectiva familiar; infâncias em contextos periféricos; representações da infância a partir das crianças.

2º Eixo (Gênero, sexualidade e pesquisa com crianças): trabalho com ênfase em crianças transgêneros; diálogos de gênero; estado da arte da produção científica sobre criança transgênero (periódicos, revistas, livros e anais); representações da infância transgênero.

3º Eixo (Infâncias, violência e identidades): pesquisa sobre subjetivação da identidade infantil com vítimas de abuso sexual; tentando ressignificar identidades; infâncias em situação de violência; violação dos direitos de proteção à infância; precariedade das instituições de acolhimento infantil; grupos de apoio na reconstituição das subjetividades da criança.

Assim sendo, segue-se para o PPGEEC que utiliza critério para exposição semelhante ao do programa anterior, totalizando uma quantidade analisada de 3 produções distribuídas em 3 eixos, apresentados a seguir.

1º Eixo (Crianças e saúde): a pesquisa aborda a saúde-doença no espaço escolar; sistema de saúde pública e a relação com a escola; educação em saúde; prevenção de doenças; oficinas de desenho; Ensino Fundamental I; a saúde da criança na legislação e documentos oficiais.

2º Eixo (Educação em ciências e infâncias): contempla 1 estudo com diálogos entre sociologia da infância; o ensino de ciências com crianças na Educação Infantil; a ciência e as culturas infantis; pedagogia de projetos na promoção do protagonismo da criança.

3º Eixo (Divulgação Científica e alfabetização): o estudo analisa a Divulgação Científica do Ensino de Ciências na Educação Infantil; divulgando a ciência por meio de desenhos em espaços formais e não formais; alfabetização científica; ciência e produção de conhecimentos.

Após conhecermos de forma mais detalhada os principais eixos temáticos das pesquisas com crianças no PPGICH e PPGEEC, seguiremos em direção aos **Quadros** (4) e (5), que reúnem as 06 Dissertações que compõem nosso *corpus* de estudo. Devido ao site de ambos os programas serem muito organizados, não houveram dificuldades de acesso aos textos integrais, que inclusive são disponibilizados de maneira organizada em formato PDF.

Quadro 4 – Distribuição das Dissertações de pesquisas com crianças escolhidas no PPGICH

nº	Instituição	PPG	Título	Autor (a)	Ano
1	UEA	PPGICH	Percepções da Infância a partir das narrativas de Pais no Município de Tefé – AM	Naraiza Caldas Lira	2020
2	UEA	PPGICH	Crianças Transgêneros: uma análise da produção científica brasileira dos últimos cinco anos	Jeanne Araújo e Silva	2019
3	UEA	PPGICH	O Serviço de acolhimento de crianças junto ao abrigo “Casa Mamãe Margarida”: processo de (des)construção de identidades impostas	Elias Bandeira Gomes	2019

Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH;

Quadro 5 – Distribuição das Dissertações de pesquisas com crianças escolhidas no PPGEEC

nº	Instituição	PPG	Título	Autor (a)	Ano
			Saúde e Infância: o		

1	UEA	PPGEEC	entendimento da relação saúde-doença com as experiências de vida de crianças	Glenda Gabriele Bezerra Beltrão	2020
2	UEA	PPGEEC	Educação em Ciências e a Infância: por uma visão das crianças	Tássia Cabral da Silva	2019
3	UEA	PPGEEC	As potencialidades do uso dos desenhos das crianças da educação infantil para a divulgação científica	Alexandra Nascimento de Andrade	2018

Fonte: Site do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia – PPGEEC/UEA;

Ao longo do processo de leitura sobre as produções mencionadas nos dois últimos quadros, percebeu-se a necessidade em apresentar uma breve síntese de cada Dissertação, de modo a elencar os elementos teórico-metodológicos principais desses estudos e suas propostas de análise. Desta forma, abaixo apresenta-se, em parágrafo único, as discussões centrais que as pesquisas com crianças selecionadas no PPGICH e no PPGEEC abordam.

Síntese das Dissertações PPGICH

1. LIRA, Naraiza Caldas. Percepções da Infância a partir das Narrativas de Pais no Município de Tefé – AM. 2020. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020. Estudo embasado no viés teórico-metodológico da Sociologia da Infância, Antropologia, e História, utilizando como métodos de pesquisa o Estudo de Casos Sociais e a observação participante. Esse trabalho propõe conhecer como as crianças e seus pais no bairro de Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Tefé/AM, compreendem a vivência da infância nesse Território onde a comunidade local e as famílias estudadas enfrentam, diariamente, problemas como: dificuldades por situações socioeconômicas; serviços de saneamento básico, infraestrutura urbana e coleta de lixo

precários; elevados índices de criminalidade motivados pelas drogas; prostituição infantil e violência. Participaram dessa pesquisa duas famílias com 2 crianças cada uma, e seus respectivos responsáveis “pais”, definindo como total de participantes 4 crianças e 4 adultos.

(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/43-15.pdf> - com acesso em: 29/11/2021).

2. SILVA, Jeanne Araújo e. Crianças Transgêneros: uma análise da produção científica brasileira dos últimos cinco anos. 2019. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019. Pesquisa de abordagem qualitativa ancorada no viés exploratório-descritivo, tendo como objetivo analítico, realizar um Estado da Arte a fim de conhecer e apresentar a produção acadêmica sobre crianças transgêneros presente nos estudos das Ciências Humanas e Sociais, investigando em: Teses e Dissertações; livros; revistas científicas; e anais de eventos. Em relação aos trabalhos escolhidos para análise, o critério utilizado para classificar a idade foi utilizando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), logo, as pesquisas apresentadas possuem crianças com faixa etária em consonância com essa legislação federal. Em suma, esse estudo contribui para refletir sobre a invisibilidade das crianças e infâncias transgêneros nos espaços científicos, assim como reitera a interdisciplinaridade como elemento essencial para a compreensão das subjetividades.

(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/41-14.pdf> - com acesso em: 03/12/2021).

3. GOMES, Elias Bandeira. O Serviço de Acolhimento de Crianças Junto ao Abrigo “Casa Mamãe Margarida”: processo de (des)construção de identidades impostas. 2020. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020. Pesquisa de cunho qualitativo desenvolvida sobre o método da observação participante de inspiração etnográfica na Casa Mamãe Margarida (CMM), articulado aos estudos da Sociologia da Infância e materialismo histórico dialético, tendo como interlocutores 9 crianças na faixa etária entre 7 e 11 anos, todas meninas. O estudo propõe refletir sobre como a exposição a processos de violência física ou simbólica vivenciadas por essas crianças podem ser ressignificados na instituição CMM, através da socialização em grupos e das dinâmicas saudáveis para o desenvolvimento infantil, este trabalho questiona se é

possível acontecer uma ressignificação das identidades em crianças vítimas de abuso, como: 1) maus tratos; 2) violência física; 3) violência sexual; 4) e/ou vulnerabilidades socioeconômicas.

(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/41-13.pdf> - com acesso em: 11/01/2022).

Síntese das Dissertações PPGEEC

1. BELTRÃO, Glenda Gabriele Bezerra. Saúde e Infância: o entendimento da relação saúde-doença com as experiências de vida de crianças. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020. Esse estudo de natureza qualitativa com abordagem fenomenológica, foi realizado no estado do Amazonas no município Barreirinha em uma escola de ensino fundamental I da rede pública de ensino. Os interlocutores foram 16 alunos de uma turma de 5º ano com idades variando entre 10 e 11 anos. Devido a cidade não possuir uma rede eficiente de saneamento básico a secretaria de saúde da região registrou índices elevados de crianças com diarreia. Portanto, o trabalho propõe-se compreender como as crianças vivenciam os cuidados com a saúde do corpo na prevenção de doenças, assim como os conhecimentos prévios que possuem sobre esse assunto. A pesquisa evoca a importância do desenvolvimento da educação em saúde no espaço escolar, como forma de atenuar as condições de doenças que acometem as crianças. (Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/120-9.pdf> - com acesso em: 02/11/2021).

2. SILVA, Tássia Cabral da. Educação em Ciências e a Infância: por uma visão das crianças. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019. Estudo de cunho qualitativo com viés fenomenológico que propõe analisar como, a partir da articulação com a Sociologia da Infância, a Educação em Ciências pode ser construída na pré-escola, evidenciando que a participação das crianças na construção do conhecimento e práticas pedagógicas favorecem a serem reconhecidas enquanto atores sociais desse processo metodológico. Logo, o campo da pesquisa escolhido foi uma turma de segundo período de um CMEI localizado na cidade de Manaus,

contando com a participação da docente e 17 crianças. Portanto, o trabalho contribui para que possamos ressignificar nossa visão sobre as ações que a criança desenvolve em sala, tornando possível perceber mais suas ponderações acerca da ciência e respeitando suas subjetividades.

(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-21.pdf> - com acesso em: 04/11/2021).

3. ANDRADE, Alexandra Nascimento de. As potencialidades do uso dos desenhos das crianças da educação infantil para a divulgação científica. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2018. Estudo qualitativo embasado no método fenomenológico, desenvolvido sobre o viés de compreender o desenho das crianças como possibilidade para divulgação do ensino de ciências na Educação Infantil pelo fato do desenho representar, na infância, uma das principais formas de comunicação entre o imaginário da criança e o mundo do adulto. A pesquisa de campo foi realizada em um CMEI na cidade de Manaus, tendo como participantes três turmas do 1º e 2º períodos, totalizando um quantitativo de 38 crianças com idades entre 5 e 6 anos. Em ambas as turmas o principal recurso teórico-metodológico utilizado para trabalhar com os desenhos foi através da aplicação de sequências didáticas, afim de facilitar a exposição das ideias das crianças sobre Ciências, ao passo que contribuíssem para a compreensão na análise dos dados.

(Extraído de: <https://pos.uea.edu.br/data/area/titulado/download/90-2.pdf> - com acesso em: 08/11/2021).

Após socializar as breves sínteses do *Corpus* do estudo, apresentando as Dissertações que o compõem, conseguiu-se compreender um pouco, da dinâmica utilizada pelos respectivos autores para desenvolver pesquisas com crianças, conhecendo esses estudos e suas finalidades teóricas. Portanto, agora segue-se em direção ao nosso último capítulo, onde irá estabelecer-se as análises dos 6 trabalhos escolhidos que foram elencados neste Capítulo 2.

3. CAPÍTULO III – AS PESQUISAS COM CRIANÇAS E A CONSTRUÇÃO DE UM PENSAMENTO SOCIAL SOBRE INFÂNCIA NA AMAZÔNIA

“A infância na Amazônia é singular e ao mesmo tempo plural, ou seja, são crianças como em qualquer outro lugar, contudo em contexto diverso, o que afeta suas relações sociais de certo modo, as suas formas de brincar, brincadeiras e interações sociais”
(SOUZA; LEAL; SCHLINDWEIN, 2022, p. 122-123)

Atribuir novos sentidos aos caminhos que fundamentam as pesquisas e percepções sobre as Infâncias Amazônicas, assume destaque por representar um dos principais objetivos nos trabalhos do PPGICH e PPGEEC sobre crianças. Esse esquema singular propicia ao amadurecimento das linguagens interpretativas do pesquisador, possibilitando a articulação de discursos que considerem as infâncias como vertente plural, para que novos conhecimentos possam ser somatizados a sociedade sobre esses sujeitos, mas sobretudo, que os espaços sociais possam (re)conhecer as crianças amazônicas através de seus relatos e pontos de vista.

Essa reflexão, não desdobra-se de maneira simplória em torno da busca pelos termos crianças e infâncias, já que se propõe conhecer os sentidos que atribuem a esses conceitos considerando suas singularidades. Pois, embora as 6 pesquisas selecionadas sejam estudos sobre esses conceitos, as explicações que recebem variam conforme os simbolismos do espaço geográfico, social e cultura da criança pesquisada. Logo, notamos que essas Dissertações compartilham em comum perspectivas que vêm trabalhando para reduzir as noções da infância como elemento culturalmente estático, e alheio a outros conhecimentos.

Portanto, esses trabalhos dialogam com a cultura em diferentes configurações de espaços amazônicos, investigando a produção infantil, participação em espaços formais, não formais, e no campo acadêmico, enaltecendo o pensar a infância através da interdisciplinaridade. Dessa maneira, as pesquisas com crianças no PPGICH e PPGEEC dialogam com a cultura em espaços amazônicos, investigando a produção e participação infantil ao representar o mundo social através do brincar e no diálogo com os pares.

Assim como nos capítulos anteriores, esse foi subdividido em três partes. Na primeira, buscamos elencar as contribuições que as pesquisas dos PPGS estudados desenvolveram, no intuito de conhecer com maior profundidade as possíveis transformações que esses trabalhos proporcionaram as crianças envolvidas e ao espaço geográfico onde esse pesquisar aconteceu.

Na segunda parte, refletimos sobre como as pesquisas do PPGICH e PPGEEC vem criando sentidos para atribuir as interpretações das crianças e infâncias amazônicas, estabelecendo o que chamamos como novas epistemologias das infâncias na Amazônia.

Na terceira parte, analisamos como os trabalhos selecionados favorecem ao reconhecimento das Infâncias Amazônicas no campo científico da pós-graduação, através desse processo de visibilidade ocasionado pela divulgação de pesquisas com crianças nos PPGS, que contribuem para a percepção social amazonense de novas imagens infantis.

Neste entendimento, chegamos ao último capítulo dessa Dissertação, imbuídos por uma curiosidade, despertando em nós, propomos compreender através das análises sobre as 8 pesquisadas selecionadas no PPGICH e PPGEEC, os principais conhecimentos que esses trabalhos agregam ao campo científico, social, e a visibilidade que atribuem aos estudos das Infâncias Amazônicas, reconhecendo as trajetórias de diferentes configurações sociais da infância que vem sendo desenvolvidas nos programas de pós-graduação do norte do país. Cabe lembrar, que o nosso Corpus do Estudo foi todo apresentado ao longo do Capítulo 2, com isso, seguimos rumo as contribuições das pesquisas com crianças nesses PPGS.

3.1 Principais contribuições das pesquisas apresentadas

Damos início as análises das Dissertações com a pesquisa de Beltrão (2020), elencando que a autora considera que embora o conhecimento tenha sido atrelado por longos anos a figura do adulto, certamente, com o avanço das civilizações e a presença da escola como possibilidade para assegurar o acesso das crianças a participação social, foi possível estabelecer o estudo da Ciência como algo mais acessível e próximo à realidade das crianças, em simultâneo, onde as situam como sujeitos ativos no percurso da Educação Científica.

A esse respeito, Beltrão (2020, p. 33) irá reconhecer que:

A educação científica na sociedade contemporânea é uma necessidade, já que é parte promotora da formação de estudantes e essencial para o desenvolvimento de sujeitos críticos, reflexivos e capazes de participar de forma ativa e responsável na sociedade. É importante inserir as crianças em atividades escolares em que elas possam ser produtoras de conhecimentos, principalmente articulados às suas experiências de vida.

Desta maneira, contribui-se para atenuar os aspectos que reduzem a autonomia das crianças durante o percurso da Educação em Ciências, na relação de cuidado com seu corpo e a manutenção da saúde, as posicionando como articuladoras de saberes. Pois, assim como os adultos, as crianças têm suas ideias estabelecidas através do convívio e interação com o outro.

Quando o espaço escolar propicia a abertura de diálogos sobre a temática trazida por Beltrão (2020) a respeito do viés “saúde-doença-infância”, os caminhos científicos e sociais

ampliam-se para investigar uma situação de saúde pública considerada preocupante, já que muitas crianças na cidade estudada, Barreirinha/AM, são acometidas por “doenças diarreicas” provenientes da variabilidade na dinâmica dos períodos de cheia e vazante dos rios.

Assim, Medeiros (2020) considera que entre os conceitos de saúde e doença, existem correlações de fatores que desenvolvem-se através de circunstâncias “biopsicossociais”, explicando o fato de ambos os temas serem reconhecidos socialmente como objeto de estudo relevante na sociedade contemporânea, por meio dos vieses biológico, psicológico e social. Contudo, ao passo onde as sociedades vão compreendendo as definições causadoras das doenças e as que promovem a qualidade de vida e saúde por meio dos avanços da Medicina, também observa-se ao longo desse caminho, que as ações para melhoria das condições de existência da população assumiu um caráter secundário em certas regiões geográficas e que as condições de vida das pessoas exercem grande influência sobre seus comportamentos e ações.

O que pode nos aproximar dessa compreensão é que vários outros municípios no Amazonas assim como Barreirinha/AM, enfrentam desafios constantes contra a natureza devido às mudanças hidrológicas, pois, se durante os períodos de cheia as dificuldades desdobram-se sobre a crescente expansão do volume de água, na vazante a realidade imposta é um cenário que abrange uma amplitude de conflitos e situações materiais e simbólicas, lançando aspectos que podem influenciar as condições de saúde das crianças.

Esses fatores elencados estruturam, por sua vez, as realidades de inúmeras Infâncias Amazônicas que vivenciam o distanciamento das políticas de saúde na escola e em sociedade para a promoção do seu bem-estar e qualidade de vida, é como se houvesse um abismo entre essas instituições no que tange a promoção ações eficazes para reduzir os altos índices de crianças acometidas pela Doença Diarreica Aguda (DDA), que pode ser subentendida como a principal causa de adoecimento. Beltrão (2020, p. 43), nos esclarece que “a inserção do tema saúde-doença na educação é relevante, principalmente no ensino fundamental, pois, pode possibilitar acesso a conhecimentos sobre os hábitos dos alunos e os impactos em suas vidas”.

Logo, percebemos que a escola e suas práticas pedagógicas possuem um caráter de grande importância no incentivo do cuidado ao corpo, favorecendo que as crianças possam administrar uma relação saudável com sua saúde, evitando casos de doenças causadas por diarreia ou similares. A pesquisa de Beltrão (2020) ressalta que as iniciativas de prevenção e educação em saúde na infância não deveriam estar restritas a área da saúde, porque o ambiente escolar representa um dos principais elos de socialização e compartilhamento de experiências na vida da criança, servindo de auxílio para promover mudanças em suas percepções sociais. Desta

maneira, “a educação em saúde se torna imprescindível para a articulação de assuntos com vistas à promoção da saúde” (BELTRÃO, 2020, p. 18).

A abrangência dos estudos de Beltrão (2020), pode ser reconhecida por meio das variações nos fluxos da vazão dos rios e seus efeitos na saúde das crianças em Barreirinha/AM. A autora confere visibilidade as infâncias de crianças amazônicas relacionando o ensino de ciências ao cuidado com corpo como estratégia para promover novas posturas de atenção a saúde, percebendo, através dos momentos de conversas com as crianças envolvidas na pesquisa, suas percepções e conhecimentos a respeito das doenças que acometem pessoas da sua cidade, possíveis formas de tratamento e suas relações de cuidado com a higiene diária. Faz-se necessário que “os estudantes consigam fazer a relação do que é ensinado na escola com as suas experiências de vida, de modo que essa relação possa colaborar com a saúde e evitar as ocorrências de alto índice de doenças diarreicas das crianças” (BELTRÃO, 2020, p. 50).

Consideramos que Beltrão (2020), através do mapeamento sociocultural sobre algumas crianças em uma escola pública na cidade de Barreirinha/AM, localizada na região periférica, contribuiu ao desenvolver um olhar sensível sobre: as dificuldades enfrentadas pelas crianças para manter uma boa qualidade de saúde, frente as condições de vulnerabilidade socioeconômica nas quais muitas encontram-se; a importância do Ensino de Ciências como estratégia de orientação escolar capaz de estimular a criança a desenvolver mais cuidados com sua saúde; a participação do núcleo familiar nesse processo de readaptação dos hábitos de higiene da criança, e mudança alimentar para o consumo de alimentos mais saudáveis; e a divulgação em âmbito acadêmico a cerca de mais um modelo social de Infância Amazônica.

Conforme as autoras Sampaio e Bento (2022, p. 30):

Podemos pensar por fim num diálogo constante, que permita abrir um processo de transformação rumo a uma diferente paisagem social e cultural, na qual possamos encontrar novas possibilidades para a infância, para a educação e as escolas, famílias e comunidades.

Por isso, diante das colaborações da autora, Beltrão (2020) a comunidade científica acadêmica e sociedade amazonense, depreendemos que o lugar social da criança é questionado, não apenas, como causador de situações que acometem ao adoecimento das condições de saúde, mas enquanto possibilidades de construção de conhecimentos incorporados através da convivência entre os espaços sociais. Se criam ligações entre os diferentes campos sociais, para poder emergir um diálogo interdisciplinar sobre as crianças de Barreirinha/AM.

Esses desdobramentos fortalecem a complexidade que permeia em torno de investigar sobre as Infâncias Amazônicas, em consonância aos estudos da Cultura, Ensino de Ciências e demais abordagens de pesquisa com esse grupo. A união dessas perspectivas constituem as imagens infantis que sustentam a composição cultural da criança no Amazonas. Neste sentido, o estudo de Beltrão (2020), questiona situações que assolam a comunidade nos arredores da escola onde situou-se a pesquisa, criando conexões, entre os saberes debatidos no ambiente escolar durante as aulas de Ciências Naturais sobre o cuidado com o corpo para o não adoecimento, e a capacidade reflexiva das crianças durante esse processo participativo.

Por meio do trabalho de Beltrão (2020), descobrimos aportes científicos elencados a partir da relação “saúde-doença-ensino de ciências”, contribuindo para conhecermos uma das 4 Dissertações selecionadas no PPGEEC que estão em nosso *corpus* de estudo. Foi observado, que as demais pesquisas neste PPG, utilizam com prioridade a Educação em Ciências, situando os estudos da infância no Amazonas com os espaços formais e não formais, natureza, comunidade, cultura, artes e escola. Com isso, considera-se que a ideia de interdisciplinaridade é acentuada ao longo desses trabalhos na articulação teórica e prática.

Embora a abrangência teórico/científica que o PPGEEC possibilita ao campo acadêmico e social seja notável, sem, aferir qualquer forma de análise sobre as 3 Dissertações escolhidas, em um primeiro olhar, existe a possibilidade em conferir-se abertura a existência de pré-noções, entendendo que os conhecimentos desenvolvidos nessas pesquisas, abrangem somente a perspectiva ambiental já que estão articulados ao Ensino de Ciências. Contudo, mediante uma leitura com aprofundamento teórico, esses trabalhos revelam que vem promovendo a divulgação científica das Infâncias Amazônicas, argumentando vivências infantis, escolares ou não, em suas correlações aos modelos de Cultura dos espaços estudados.

Após essas breves considerações sobre os 3 estudos escolhidos no PPGEEC, entenderemos, ao longo desse texto, que predominam semelhanças entre esses trabalhos no que refere-se a utilização do Ensino de Ciências como forma para articular o processo de desenvolvimento da pesquisa com crianças e abordagens de pesquisas similares. Dessa forma, tornando visível a Ciência como algo que pode ser construída pelas crianças em espaços formais e não formais, buscando valorizar as propriedades dos conhecimentos que estas possuem sendo incorporados ao seu ambiente social de convívio.

Ao longo dos momentos de leitura, sobre as 21 Dissertações encontradas no PPGEEC, percebeu-se também que a escola como espaço formal, social e coletivo, assume centralidade na maioria das pesquisas. Dessa forma, segue-se neste momento rumo as demais Dissertações escolhidas no PPGEEC.

Assim como o Homem a Ciência foi desenvolvendo-se gradualmente e transformando seus aspectos naturais de espaço, cultura, tempo e natureza. Contudo, a sincronicidade de ações entre ambos não manteve a harmonia necessária para o equilíbrio social adequado por inúmeras razões, das quais destacamos a exploração dos recursos naturais, o exercício da cidadania e percorrendo entre atitudes que caminham no sentido oposto, etc., em meio a essas circunstâncias as pessoas podem acabar ficando imersas em um cenário de contrariedades.

Em virtude dos fatos mencionados é perceptível que essas transformações também alcançaram o espaço escolar, mais especificamente o professor, que para Bettiol (2017, p. 72):

Se modificou ao longo do tempo, em decorrência das inovações tecnológicas e de comunicação ocorridas notavelmente nas últimas décadas do século passado e início deste. As modificações constatadas apontam para mudanças tanto nas finalidades quanto nos objetivos da escola e na natureza do trabalho docente.

No entanto, a escola, por meio da Educação em Ciências, institui um percurso promissor em torno de objetivos que propõem estabelecer uma relação melhor do Homem com os ambientes natural e social, favorecendo o diálogo harmônico entre ambos e a divulgação da Ciência. Em consonância a esse pensamento, Delizoicov, Angotti e Pernambuco (2018) explicam que a didática do professor configuram um dos elos principais para a união entre a construção do conhecimento científico do aluno e a realização do Ensino de Ciências em diferentes configurações de espaço, como o: formal, não formal, formal e não formal.

Nesse ponto de vista, as diretrizes educacionais²¹ colaboraram para firmar um modelo de Ensino em Ciências enquanto conhecimento mais acessível ao nível escolar com crianças. Por conseguinte, Silva (2019) em sua pesquisa realizada no PPGEEC, conjectura que a Educação Infantil representa esse campo de possibilidades para o desenvolvimento das expressões de aprendizagem da criança pautados no seu “protagonismo”. Discernindo a criança como um ator social capaz de promover conhecimentos e refletir sobre a Ciência, a partir dos saberes construídos durante os processos de “interação” em atividades e brincadeiras.

Portanto, se a Ciência forma o indivíduo e é formada por ele, sendo a criança parte desse todo que fundamentam as estruturas de qualquer sociedade, a Educação Infantil na abordagem do lúdico pode a posicionar como “atores sociais”. Na concepção de Sarmiento (2009), o conceito destacado entre aspas promove a substituição de ideias equívocas que situam a criança como um sujeito passivo socialmente. Contudo, o reconhecimento com prioridade do discurso

²¹ Aqui efetua-se referência as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (amplamente conhecidas como 12 experiências).

infantil sobre as expressões das infâncias e o mundo que as cercam situaram esse grupo como atores sociais, compreendidas atualmente através da Sociologia da Infância como arquitetas de suas próprias histórias e produtoras das culturas infantis.

Nesse sentido, para que aconteça a pedagogia da infância participativa, isso implica construir espaços e tempos pedagógicos nos quais as crianças se conheçam e se reconheçam como atores sociais que agem nesses espaços e os modificam, ou seja, possibilita a criança ser co-construtora de sua própria aprendizagem (SILVA, 2019, p. 71)

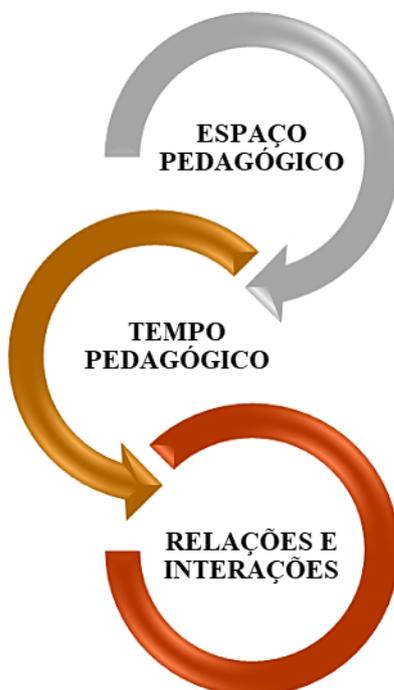
Tendo em vista esses aspectos, é notável a existência de um movimento dialógico entre a “Pedagogia da Infância”²² e a Educação Infantil. Considerando que a criança se socializa predominantemente por intermédio de brincadeiras, isto significa dizer que as abordagens para poder conjecturar uma aprendizagem integral embasada no Ensino de Ciências, requer um posicionamento de mediação por parte do professor para que, desta maneira, a criança possa assumir posição como articuladora de saberes individualmente ou com seus pares. Contudo, determinadas circunstâncias da Pedagogia Tradicional acabam tardando esse processo, pois dificultam que seja criada uma relação de maior proximidade com a criança.

Nesse contexto, nas ponderações de seu estudo, Silva (2019) concorda que seja realizada uma reorientação no que refere-se as maneiras de enxergar a criança, já que as *nuanças* que constituem suas identidades durante os momentos de brincadeiras misturam-se em um mosaico simbólico que mescla: culturas, escola, natureza, cidadania e o Ensino de Ciências. Levando ao esclarecimento de que “o ato de brincar ajuda na construção da criança como ser crítico, autônomo, criativo e atuante no seu meio.” (SILVA, 2019, p. 79).

Ao desenvolver sua pesquisa em um CMEI, espaço formal, Silva (2019) compreende como a ideia de “Pedagogia Participativa” postulada pelas autoras do **Organograma** (3), pode colaborar para constituir uma aprendizagem no Ensino de Ciências em parceria com os saberes infantis. Desse modo, em seu estudo a criança é situada como protagonista de uma ação intelectual posta sob o arcabouço teórico da Sociologia da Infância no entendimento de serem repensadas pelo campo científico como atores sociais. Assim, suas interpretações sobre Ciência construídas na interação entre seus pares e os adultos poderão ser valorizadas.

²² Para Oliveira-Formosinho (2007), é uma perspectiva teórica que elucida a relevância de uma (re)formulação nas concepções interpretativas da “Pedagogia da Infância”, para poder dialogar com diferentes realidades. De modo a compreender que ouvir as crianças fundamenta uma relação mais dinâmica e significativa, valorizando suas subjetividades, e fazendo com que os conhecimentos conversem entre si, estabelecendo à práxis.

Organograma 1 – Os 3 aspectos da Pedagogia Participativa segundo Oliveira – Formosinho; Costa; Azevedo.



Fonte: Adaptado de Oliveira – Formosinho; Costa; Azevedo (2009).

A pesquisadora analisa como a escola articula a dinâmica proposta no esquema do **Organograma (3)**, para promover uma Educação em Ciências na infância, investigando se isso acontece ou não no (CMEI) estudado. Em suas análises a autora esclarece alguns dos entraves principais que dificultam a incorporação do modelo apresentado acima, destacando, através do registro de conversas com as crianças da turma e observações ao ambiente da escola, as sutilezas cotidianas que podem conduzir ao silenciamento das vozes infantis. Em grande parte, ocasionado pelas ausências de uma participação integral no âmbito escolar.

Em correspondência a essas considerações (Silva, 2019, p. 50) indica que:

Conforme o PPP do CMEI busca-se constantemente acompanhar os avanços científicos, tecnológicos e culturais da sociedade, diante disso, a prática educativa desenvolve-se por meio de projetos, pois, considera a Pedagogia de Projetos uma ferramenta que trabalha de maneira inter, trans e multidisciplinar.

Diante do exposto, é necessário compreender novas abordagens para um Ensino de Ciências em contexto amazônico como necessárias na Educação Infantil, assim como, através

da Pedagogia de Projetos, colabora para tornar a Aprendizagem Significativa²³ para a formação cidadã da criança. De forma que as reflexões sobre metodologias diferenciadas acerca das práticas pedagógicas e docentes possam ser características incorporadas pelos educadores no espaço escolar pensando em uma Educação centrada na criança e partindo da realidade onde vive.

Não há como negar que esses entendimentos reforçam o diálogo de (Silva, 2019, p. 64):

Ao defender a participação infantil como prática necessária para a construção de espaço democrático, significa reconhecer a ação da criança e sua competência para modificar e influenciar o mundo a sua volta, que no exercício de sua cidadania ativa participe das tomadas de decisões e da organização do seu mundo.

Portanto, a pesquisa de Silva (2019) dialoga sobre pensar em um ensino da prática pedagógica, voltado a proposta metodológica da Pedagogia de Projetos, também conhecida como Pedagogia dinâmica, que possui como foco central o aluno, estabelecendo como objetivo, desenvolver os poderes de decisão, autonomia, capacidade analítica, e criatividade. Além disso, ao trazer esses pensamentos para a Educação Infantil a autora defende que a criança é uma construtora do conhecimento merecendo ser reconhecida por seus saberes. Dessa maneira, o modelo de ensino pautado em projetos rompe com as dimensões de uma educação fragmentada, viés reconhecido no ensino tradicional que define limites para as áreas de conhecimento distribuídos em disciplinas que não são ministradas conjuntamente.

No panorama científico atual na Educação Infantil muito tem sido discutido sobre os projetos formativos e de aprendizagem. Pois envolvem uma força de trabalho colaborativa que favorece ao desenvolvimento conjunto e acompanhamento das demandas a serem transformadas, isso partindo das necessidades presentes na escola. Podendo ser desenvolvidos nos mais diversos campos da sociedade, em ambos, o objetivo é o mesmo, solucionar os problemas, a elaboração possui objetivos bem traçados tendo início meio e fim.

A respeito dos Projetos de Aprendizagem, em síntese, Silva (2019) salienta que possibilitam refletir sobre problemas sociais e pedagógicos quando trabalhados em conjunto entre: escola, comunidade e criança. Contudo, bons professores trabalhando isoladamente não conseguirão resolver a demanda de complexidades existente na Educação Infantil. Por isso, entendemos que pensar em uma formação docente ancorada na Pedagogia de Projetos, pode

²³Aprendizagem desenvolvida no respeito às experiências da criança embasada na Pedagogia de Projetos, em que destacamos os seguintes autores: Maria Montessori, Lev Vygotsky, Célestin Freinet, Jean Piaget, Fröebel, Ovide Decroly.

desenvolver as reflexões necessárias para incorporar a promoção da *práxis*²⁴, objetivando uma aprendizagem no Ensino de Ciências significativa e transformadora para as crianças.

O estudo de Silva (2019) identificou a presença de 4 projetos de aprendizagem no (PPP) da escola, atribuindo ênfase a dois: **Agenda Ambiental** e **Literantil**. A justificativa para a escolha sustenta-se sobre a ideia de que ambos acontecem durante todo o ano letivo, no entanto, a autora tece críticas quanto a aplicabilidade. Dessa forma, Silva (2019) explica que devido a estes chegarem prontos a escola, tanto a criança quanto a comunidade são situadas em informadas que se destinam, basicamente, sobre a sua aplicação, restringindo esses grupos de participarem na elaboração da proposta, seja através da criança ou do professor.

Compreendemos a partir da Dissertação de Silva (2019) que, mediante os estudos da Sociologia da Infância, o educador poderá compreender como a participação infantil no Ensino de Ciências pode situar a criança como produtora de cultura. Para que assim possa-se romper com os paradigmas que situam a criança como indivíduos alheios as capacidades de reflexão sobre os problemas sociais. A autora utiliza dois critérios, que ao seu ver, conseguem propiciar essa reflexão, sendo o primeiro “as interações” e o segundo as “brincadeiras”.

Por isso, há de considerar-se, segundo Silva (2019, p. 65), que as crianças:

Por meio de sua interação e brincadeiras com seus pares e adultos aprendem a partilhar experiências, saberes e culturas, pois são nesses momentos de brincadeiras que elas se socializam, estabelecem vínculos umas com as outras, criam regras, negociam, reinventam e imaginam novas brincadeiras.

Embora saibamos que o experienciar da infância, quando em contato com os pares e os adultos, possibilite o emergir de conhecimentos e a elaboração das “Culturas Infantis”, essa dialética entre agentes sociais nem sempre consegue sustentar-se por muito tempo. Tantos os Projetos de Aprendizagem como a dinâmica vivida nas escolas públicas dificultam a permanência de um envolvimento maior, fazendo com que as características de aprendizagem das crianças no Ensino de Ciências sigam padrões semelhantes na Educação Infantil.

Contudo, mesmo que muitas escolas desenvolvam Projetos de Aprendizagem assim como no estudo de Silva (2019), o isolamento dessas propostas em relação às vontades de aprender da criança dificultam que seu posicionamento seja articulado em torno da valorização de suas

²⁴ Na concepção de (Freire, 1987, p. 92), a *práxis* se fundamenta como um conceito que “através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente criam a história e se fazem seres histórico-sociais”.

vozes. Para tanto, ao analisar a conjuntura de articulação do (CMEI) estudados sobre esse viés, Silva (2019, p. 67) expõe sua inconformidade ao dizer que:

Nas observações ficou evidente que existe uma falta de compreensão sobre a participação infantil, vista a partir dos pressupostos defendidos pela área da Sociologia da Infância. A participação das crianças nos projetos desenvolvidos no CMEI é entendida como presença e não como um processo que envolve diálogo, troca de experiências, de escuta e compartilhamento de poder entre adultos e crianças.

No contexto atual, para além de realizar um projeto na Educação Infantil deve existir um fluir de maneira harmônica e natural para a criança na realização das atividades, no entanto, estas dificilmente são consultadas nos períodos que antecedem a criação do projeto. Por isso que o aparente desinteresse das crianças, na prática, significa uma incompreensão sobre as finalidades desse processo. Silva (2019) destaca que embora o **Projeto Agenda Ambiental** possua grande projeção na escola o ano inteiro, as crianças parecem estar quase sempre dispersas, realidade que, de certo modo, deveria ser esperada já que os principais atores envolvidos foram impossibilitados de participar da construção dessa proposta.

Existe um pertencimento que se acentua sobre esses Projetos de Aprendizagem na Educação Infantil, estabelecendo a criança mais em torno dos cumprimentos dos seus deveres em sala de aula, do que enquanto o experienciar por meio do contato com os pares. Muitos autores²⁵ ressaltam a necessidade em ouvir-se a voz das crianças, mas no cotidiano desse contexto, às vezes, estas acabam assumindo uma característica central secundária, fazendo com que se torne comum que os projetos se sobreponham as suas subjetividades. Levantando em nós o seguinte questionamento: será se as escolas estão preparadas para a implementação de uma pedagogia de projetos que dialogue com as infâncias e as culturas infantis?

Com Silva (2019, p. 68) observamos que essa ideia ainda esbarra em dificuldades, abaixo podemos compreender alguns dos principais motivos elencados pela autora.

[...] Destaco aqui, que o envolvimento das crianças nas atividades não significava que elas tinham o controle ou mesmo partilhassem o poder de decisão, embora as crianças fossem informadas sobre as atividades realizadas e até mesmo consultadas a respeito da participação, ficava evidente que o poder final de quem participava nas apresentações partia dos adultos, cabendo aos pequenos aceitarem. Logo, as crianças foram orientadas e conduzidas pelas educadoras durante todo o processo.

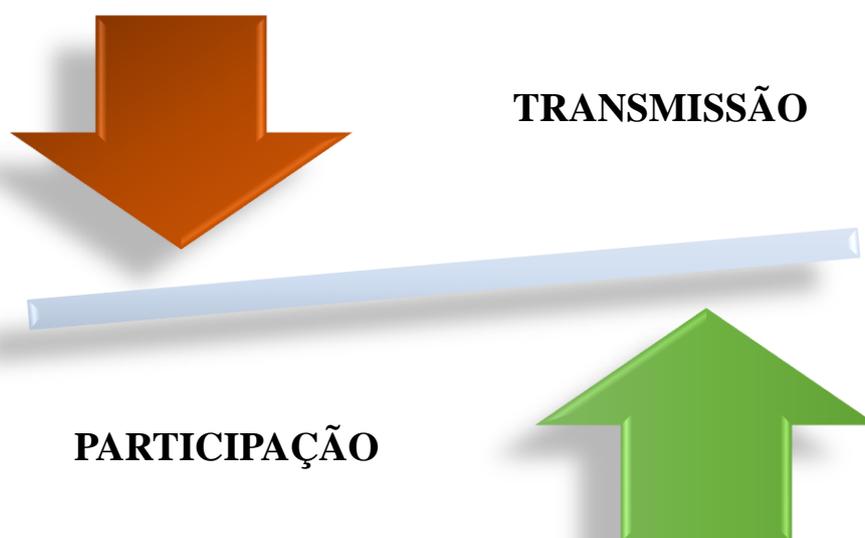
²⁵ Em destaque: FRIEDMANN (2014); MUBARAC SOBRINHO (2009); e SARMENTO (2009).

Através desse relato notamos que embora a Educação Infantil venha conquistando espaços para desenvolver uma Pedagogia de Projetos que contemple as singularidades das infâncias. Geralmente as circunstâncias do ensino público corroboram para não situar a criança como protagonista, distanciando-se da abordagem proposta no **Organograma** (3). Essa realidade não se justifica apenas por supostas ausências na formação do professor, mas sim de toda uma infraestrutura simbólica e material que interfere na motivação das crianças.

Em uma segunda análise, entendemos que outro desdobramento que possa ser considerado comum, é que os professores se sintam sobrecarregados por: 1) demandas repassadas pela Secretaria de Educação; 2) ausência de um estagiário de Pedagogia para auxiliar nas atividades diárias com as crianças; 3) lacunas deixadas pela formação docente. O estudo de Silva (2019) não aprofunda análises sobre os vieses destacados em numeração, pois seu eixo teórico investigativo é outro. Contudo, compreendemos que sejam os responsáveis pelas metodologias utilizadas com as crianças em atividades dentro ou fora de sala.

Por fim, inspirada pelos estudos de Oliveira – Formosinho; Costa; Azevedo (2009), a pesquisadora do PPGEEC, defende a existência de uma dualidade na Pedagogia, exposta a seguir no **Organograma** (4). Silva (2019) acredita que essa divisão de métodos com ações distintas fundamenta o que a autora irá denominar como “formas de fazer Pedagogia” na Educação Infantil. Sendo a primeira intitulada de **Transmissão**, e a segunda, **Participação**.

Organograma 2 – Dualidade pedagógica segundo Oliveira – Formosinho; Costa; Azevedo.



Fonte: Adaptado de Oliveira – Formosinho; Costa; Azevedo (2009).

Em consequência disso, nessa linha de pensamento a **Transmissão** dificulta que a criança desenvolva e aprimore habilidades de interação, participação e protagonismo no Ensino de Ciências. A dinamicidade dos saberes é substituída por uma postura mais firme em relação à expressividade da criança com o mundo, fazendo com que o adulto seja o ator principal. Por esta razão, Silva (2019, p. 68) irá ressaltar em seu estudo que:

Construir espaços e tempos pedagógicos são necessários para que se desenvolva uma nova relação entre adultos e crianças, onde seja reconhecida a ação e a capacidade da criança de construir, reconstruir e participar da produção de novos conhecimentos.

Por isso a abordagem da **Participação** desvela as barreiras que silenciam, por vezes, o discurso infantil, nessa perspectiva a criança demarca-se no espaço escolar experienciando. Dessa forma, a metodologia utilizada pelo professor não possui didática rígida, pois cultiva ao mundo imaginário, assim como as brincadeiras sempre assumem centralidade. Com isso, não se esquece o fato de que as crianças precisam do momento do brincar para constituírem-se enquanto atores sociais de suas próprias histórias. Segundo a visão das autoras Teixeira e Leite (2022, p. 95-96), “acredita-se que a criança ao longo de sua vida e experiências, é capaz de ser protagonista de sua história, pois além de observar ela compreende muito bem a realidade que a cerca”.

Em suma, a pesquisa de Silva (2019) contribui para podermos pensar sobre o desenvolvimento do protagonismo da criança no Ensino de Ciências em âmbito amazônico na Educação Infantil. Logo, os projetos **Agenda Ambiental** e **Literantil** estruturam-se como pontes principais de diálogos para promover conhecimentos acerca da natureza e cultivar ações de cidadania, seja por visitas ao Bosque da Ciência, literatura infantil, ou brincadeiras que contemplem esses elementos. Esses projetos, reiteram a valorização do mundo físico da cultura amazônica, por apreciar visitas a seus espaços com recursos naturais e simbólicos.

Após conhecermos as principais contribuições dos estudos realizados por Beltrão (2020) e Silva (2019), nota-se também que esses trabalhos se fundamentam na escola, um espaço formal. Depreende-se que ambos ampliam as percepções sobre pensar em um Ensino de Ciências, que evidencie as Infâncias Amazônicas por metodologias escolares, isso com a finalidade de permitir aprendizagens fortalecidas no diálogo da criança com seus pares e comunidade.

É notório perceber que ambas as pesquisas se complementam e fortalecem o Ensino de Ciências com crianças. Pois, enquanto Silva (2019) investiga o protagonismo infantil através

dos Projetos de Aprendizagem dialogando com a Sociologia da Infância, Beltrão (2020), de certa forma busca com sua pesquisa desenvolver o protagonismo das crianças para poderem melhorar suas condições de saúde e ter uma qualidade de vida mais saudável.

De acordo com esse balanço que esses estudos viabilizam, entende-se que as pesquisadoras pautam considerações, sobre problemáticas sociais que acometem as Infâncias Amazônicas. A primeira autora utiliza a Educação em Saúde como eixo teórico para dialogar sobre a infância em uma comunidade em Barreirinha/AM, essa com baixos índices de recursos econômicos. A segunda, problematiza a participação reduzida das crianças na Educação Infantil em atividades escolares que se desenvolvem durante a aplicação de projetos.

Além disso, percebe-se que Silva (2019) e Beltrão (2020) possuem uma sensibilidade metodológica durante suas pesquisas de campo, para que as crianças estudadas pudessem receber o destaque necessário para serem reconhecidas como articuladoras de conhecimentos, sendo a escola, em conjunto ao Ensino de Ciências, uma instituição importantíssima para desenvolver essas compreensões de mundo e reorientação dos comportamentos.

Assim sendo, aproximar a criança da Natureza significa contribuir positivamente para a valorização dos recursos naturais e ações cidadãs, vale lembrar que a escola participa desse processo de (re)elaboração no despertar da consciência crítica para que desde a infância sejam cultivados diálogos de preservação e respeito. Não há dúvidas que a Divulgação Científica vem estabelecendo novas formas para pensar o mundo na Educação Infantil, assim propiciando sensibilidade nessas crianças acerca de fenômenos sociais e naturais. Portanto, a aprendizagem de Ciências, quando desenvolvida através dos princípios da cidadania para a vida, assegura que esse grupo consiga modificar suas ações, já que a transformação se articula a Ciência.

Dessa forma, Andrade (2018) considera que, atualmente, existem vários recursos que podem ser utilizados como instrumentos metodológicos para um Ensino de Ciências na Amazônia, na Educação Infantil, indo desde a socialização com as literaturas infantis, rodas de conversa, brincadeiras livres ou guiadas, produção de desenhos, dentre outros.

Podemos ter em jornais, mídias, revistas, espaços educativos formais (salas de aula, laboratórios experimentais etc.) e não formais (museus e centros de Ciências, parques e zoológicos), a oportunidade de divulgar o conhecimento de Ciências e contribuir para a Alfabetização Científica das pessoas; especialmente das crianças (ANDRADE, 2018, p. 35).

No entanto, muito discute-se nas escolas a respeito da insistência familiar e social sobre as crianças apropriarem-se cada vez mais cedo do mundo da leitura e escrita. Com isso, a

alfabetização tem sido considerada por professores e equipes pedagógicas, em geral, como uma das pautas principais e mais recorrente nos (CMEI's). Diante do exposto, compreender a amplitude dos “Métodos de Alfabetização”²⁶ existentes colabora para romper modelos de paradigmas tradicionais, estabelecer entendimento e uma abordagem que respeite os limites da criança, para uma “Alfabetização em Ciências”. Logo, visitar os espaços descritos por Andrade (2018) é muito mais instigante do que cobrir pontilhados²⁷. Essa renovação metodológica, ao longo dos anos, torna possível objetivar uma “Alfabetização Científica”.

Neste sentido, Andrade (2018, p. 38) esclarece que “a aprendizagem em Ciências pode começar desde a infância, nos Centros Municipais de Educação, a partir das experiências e brincadeiras, presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil”. Tendo em vista esses aspectos, podemos depreender que as Infâncias Amazônicas são reconhecidas por análises que ganham alicerce mediante distintas configurações físicas e simbólicas de espaços. Portanto, termos como Divulgação Científica e Cultura começam a desvendar significados interpretativos que complementam-se em suas análises conceituais.

É notório reconhecer, na pesquisa de Andrade (2018), as contribuições para posicionar a criança como articuladora de conhecimentos, aproveitando como recurso pedagógico as artes. Segundo a autora, “dentre os vários veículos de difusão da Ciência entre as crianças sugerimos os desenhos feitos por elas mesmas, pois estes são uma das linguagens que as crianças se expressam e gostam de fazer” (ANDRADE, 2018, p. 40). Ademais, os desenhos infantis também são pontes de linguagens para criar diálogos entre a criança e o pesquisador.

Compactuando de um ponto de vista semelhante, as autoras Mendes e Dantas (2022, p. 556), acreditam que “muitos dos desenhos, dos mais simples aos mais elaborados, carregam diversas histórias”. Partindo disso, nós podemos reconhecer a criança como um sujeito histórico-cultural de experiências ímpares que somam aos saberes adquiridas na escola sobre Ciências. Outro aspecto a ser abordado é que por meio de atividades como o desenho o potencial criativo da criança pode ser amplamente desenvolvido, somando-se a outros conhecimentos, desde que a escola possibilite-lhe os estímulos necessários para alcançar tais resultados.

Neste sentido, para Vigotsky (1998), o processo cognitivo humano ou criador de qualquer objeto, “seja este concreto ou não”, passa por uma relação entre duas vertentes para poder alcançar o seu estágio final. A primeira, “o pensamento” e a segunda, “a fala”, onde ambos são impossíveis de dissociar-se, pois, para haver um é necessário o outro. Esses dois processos

²⁶ Para um aprofundamento teórico maior sobre os “Métodos de Alfabetização no Brasil” consultar MORTATTI (2006).

²⁷ Referência as cartilhas de alfabetização utilizadas pelo método tradicional de ensino.

relacionam-se mutuamente entre si, portanto, seria errôneo dizer que essas vertentes não se entrecruzam em certos momentos e sofrem influências constantes uma da outra.

Além disso, o autor considera que há tempos atrás, vários pesquisadores acreditavam na possibilidade de o pensamento e da fala serem elementos independentes e isolados, isso os levou a crer, que o “pensamento verbal”, advinha dos estímulos externos. Contudo, posteriormente, esse método de análise caiu no fracasso, diversas outras pesquisas e análises foram realizadas até que constatou-se a relevância de um trabalho dual, existente entre pensamento e fala, afinal, ambos podem complementar ao outro. Sendo possível dizer que:

O pensamento verbal surge-nos como uma entidade dinâmica e complexa e a relação entre o pensamento e a palavra no seu interior aparece-nos como um movimento que abarca uma série de planos [...] O desenvolvimento pode deter-se num ponto qualquer da sua complexa trajetória; é possível uma infinidade de movimentos progressivos e recessivos, uma grande variedade de evoluções que desconhecemos ainda. O estudo destas multifacetadas variações não cabe no âmbito da nossa tarefa presente. (VIGOTSKY, 1998, p. 151).

No entanto, há de considerar-se que compreender o “pensamento verbal” é uma tarefa altamente complexa, pois o seu desenvolvimento inicia-se a partir do discurso interior, em seguida nos significados das palavras e finalmente na palavra. Dessa maneira, a relação entre pensamento e linguagem possui vida, pois, o pensamento nasce a partir do surgimento das palavras, ambos não possuem vida caso não estejam acompanhados um do outro. Em detrimento disso, a Arte exerce um papel de extrema relevância no processo de aprendizagem da criança, pois, é uma das melhores formas que ela encontra para expressar-se livremente. O desenho da criança e seu pensamento são uma linha tênue de constante comunicação, talvez, o desenho seja a maneira mais perfeita de exteriorização dos pensamentos da criança.

Logo, depreendemos que o uso do desenho durante as aulas de Ciências na Educação Infantil, proposta na pesquisa de Andrade (2018), favorece a evolução da capacidade criativa da criança, estimulando sua subjetividade, reforçando determinados conceitos e tornando-se um forte aliado no processo de ensino-aprendizagem quando aliados a uma boa metodologia.

Visto que a criança é um ser dinâmico, de fato, a Arte para a criação vai muito além de um simples desenho, sendo o desenho, para ela, uma “comunicação do pensamento”. Pois, sua observação do mundo acontece de maneira totalmente dessemelhante do adulto, porque a elaboração de suas formas para expressar-se acontece gradualmente a medida em que conquista o amadurecimento cognitivo necessário para compreender melhor o mundo. Ademais,

Lowenfeld (1970, p. 26) complementa ao enfatizar que “a arte está repleta de tesouros de textura, de excitações geradas por formas e contornos, de profuso de cores”.

Contudo, Andrade (2018) afirma que ainda há entraves para colocar essas ideias em prática na sala de aula, levando gradualmente a uma repetição dos conteúdos destinados à aprendizagem da criança. No **Organograma** (5) reunimos as principais contribuições da pesquisa da autora, que articula sobre os potenciais para promover um Ensino de Ciências na Amazônia, que contemple a Divulgação Científica desde a infância.

Neste sentido, conforme a autora, a utilização de espaços formais e não formais para o desenvolvimento de pesquisas com crianças possibilita uma aprendizagem significativa. Nisso, em concordância com Vogt (2003), a pesquisadora irá reconhecer que na dinâmica proposta abaixo, os 4 conceitos em destaque estão correlacionados e nessa inter-relação entre ambos constitui-se o que o autor irá chamar de “Culturas Científicas”.

Organograma 3 – Potencialidades da Divulgação Científica na Educação Infantil, inspirada em Andrade.



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Com isso, Andrade (2018) inicia sua investigação a partir dos conceitos expostos acima, objetivando compreender, por meio dos documentos oficiais que norteiam as práticas

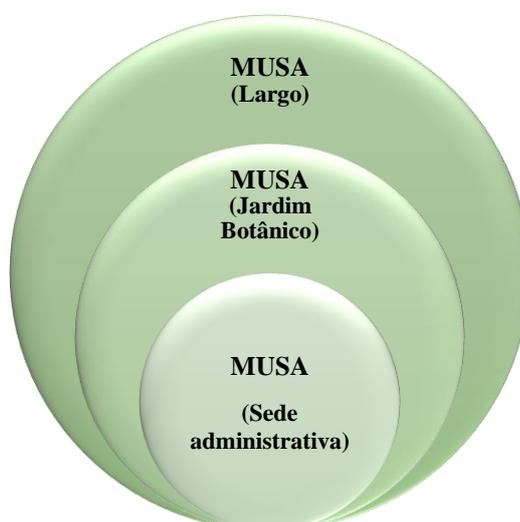
pedagógicas nos (CMEI's), como a Divulgação Científica estava sendo trabalhada. Em seguida, inicia as observações criando uma rotina em sala de aula, de modo que pudesse socializar-se com as crianças das 3 turmas selecionadas para compor seu estudo. Mais adiante em sua pesquisa, percebeu o quanto as crianças valorizavam a expressividade por meio da produção de desenhos, literatura infantil, etc, ao mesmo tempo, a autora também observava como as crianças incluíam essas questões ao seu contexto de criança amazônica.

Segundo a autora, após socializar com as crianças através de conversas livres, foi possível notar o quanto mantinham-se curiosas, em conhecer sobre alguns elementos do espaço, como estrelas, foguetes e planetas, motivação impulsionada pelos desenhos animados, lugar simbólico aonde conheceram essas existências. Partindo dessas percepções, decide ampliar os conhecimentos das crianças sobre Ciências abordando por Sequências Didáticas o tema Astronomia, contemplando seus motivos de curiosidade para aprender.

Aproximando ainda mais essas reflexões ao estudo de Andrade (2018), bem como ao princípio de Divulgação Científica a que o trabalho propõe-se, percebe-se que esta constrói suas ideias por meio da produção de desenhos e mediante a observação do cotidiano da criança, reconhecendo suas percepções sobre Ciências. Além disso, sustenta a opinião de que esses saberes precisam ser divulgados para a sociedade, visto que ressaltam a participação ativa das crianças como elaboradoras de conhecimento científico e cultural.

Ao mesmo tempo, esses desenhos simbolizam perspectivas de aproximação das realidades amazônicas, pois a autora decide os reunir e promover uma exposição em 3 espaços característicos de divulgação das culturas amazônicas, apresentados no **Organograma (6)**:

Organograma 4 – Espaços de divulgação da produção de desenhos.



Fonte: Adaptado de Andrade (2018).

Os espaços em destaque são bastante conhecidos em Manaus/AM por promover eventos de exposição cultural e divulgar acervo bibliotecário, sobre a preservação dos ecossistemas na Floresta Amazônica e meio ambiente, etc, contribuindo também para a valorização das identidades das pessoas que convivem na região, e difundir o conhecimento local. Logo, Andrade (2018) aproveita esses ambientes para divulgar formas de realizar Ciência com crianças, associando arte (devido a produção de desenhos) e conhecimentos da Astronomia, tendo como *locus* de desenvolvimento o (CMEI) e o Musa (sede administrativa).

A esse respeito Andrade (2018, p. 97), ressalta que:

Por meio dos desenhos, valorizamos seus registros e assumimos a abordagem de termos as crianças como protagonistas. Seus desenhos passaram a ter um potencial para aguçar suas curiosidades e gerar novas, ao público participante das exposições. Neste sentido, ao final das exposições, nos Museus e retorno ao CMEI, tivemos como resposta do público participante das exposições (as próprias crianças, pais e professores do CMEI, além de visitantes crianças, jovens e adultos) falas e registros.

Portanto, todo esse material, surgiu por experiências que dialogam entre espaço formal e não formal. Contudo, se faz necessário que a criança possa ser atuante no campo científico e social durante os momentos de aprendizagem nos espaços não formais. Para Souza (2015, p. 26) “é imprescindível o processo de ruptura do pensamento preconceituoso no qual apenas o adulto pode tomar iniciativas nas decisões e contribuir com o aprendizado. Há necessidade de aprender a atender as vozes das crianças”. Pois, se lhes é retirada a oportunidade de investigar, os saberes estagnam em uma linguagem onde a criança é apenas uma expectadora.

Sendo que o estigma da criança como sujeito dependente do adulto, confere uma ênfase distante para conseguir posicionar-se sobre questões socioculturais, atribuindo silenciamento ao seu discurso. Embora a escola seja uma grande incentivadora da escuta sensível das vozes infantis, romper com certas tensões no cotidiano do Ensino de Ciências não representa algo tão simples. Muitos conteúdos ministrados poderiam ter uma abordagem mais real, ultrapassando os horizontes dos livros e as paredes da instituição de ensino. Falar sobre uma árvore vendo em um livro não é o mesmo que ter a experiência de ver a árvore, sentar nas raízes com os colegas, e desenvolver a imaginação e curiosidade de aprender por meio de perguntas.

Em consonância a essa reflexão, Souza (2015, p. 34) defende a ideia de que:

Ao tratarmos de espaços não formais de aprendizagem, estes podem contribuir para um melhor entendimento sobre ciência, sendo exemplo disso os parques ecológicos, os quais contribuem para uma melhor qualidade de vida ambiental no espaço urbano,

cumprindo importantes funções ecológicas, educativas e recreativas. Nesses ambientes são desenvolvidas atividades culturais, educativas, de lazer e descanso ao ar livre, contribuindo para oferecer um melhor desenvolvimento educacional, social e bem estar.

Por isso, presumir que os ambientes escolares são suficientes para desenvolver uma aprendizagem integral em Ciências, significa limitar os campos do conhecimento a escola, substituindo o experimentar por uma interação mais rígida das crianças com seus pares e com a evolução dos saberes. Além disso, o Ensino de Ciências quando pautado sobre a “observação e experimentação”, proporciona o reconhecimento da criança como cidadã.

Logo, a pesquisa de Andrade (2018) acentua um estudo construído a partir das crianças, com/para elas, o que as situa também como pesquisadoras, tanto pela divulgação de seus desenhos como pelo percurso que os inspirou. Embora a Astronomia abranja uma ramificação vasta de conhecimentos, muitas escolas dificilmente conseguem sair dos livros objetivando uma abordagem metodológica que aproxime mais a criança desses saberes.

Compreende-se que transpor essas barreiras ressalta-se como essencial para superar a estagnação metodológica no Ensino de Ciências com crianças. Todavia, para Young (2000, p. 34) “se o saber for altamente estratificado, haverá definições claras sobre o que é considerado saber, para servir como critério para decidir que conhecimentos devem ser incluídos ou excluídos”. Pois, sua estratificação excessiva põe em questão dificuldades enfrentadas na elaboração de um currículo com perspectivas mais abrangentes. Em outras palavras, é preciso intuir o currículo como instrumento apto a desenvolver a capacidade crítica da criança. Além disso, em conformidade a essa reflexão, significa admitir que está vinculado à Cultura.

À vista disso, o conceito de Cultura na abordagem contemporânea, histórica e antropológica, entende-se como parte de um processo que objetiva a compreensão da natureza humana na relação com o outro e em diferentes espaços. Assim, associada ao Currículo, pode abranger propósitos para viabilizar o amadurecimento das aptidões das crianças, tendo a escola como propósito central aprimorar a natureza humana numa perspectiva cidadã.

Embora a pesquisa de Andrade (2018) não atribua enfoque direto sobre as questões do Currículo na Educação Infantil, a autora frisa a pertinência de sua reformulação para estar mais próximo das curiosidades das crianças. Contribuindo para enfatizar que o Ensino de Ciências colabora para promover posturas mais adequadas de respeito aos ecossistemas amazônicos, valorizando espaços locais de divulgação da Cultura, como o (MUSA), experienciando maneiras de aprender que não estejam pré-determinadas, e sejam criadas por elas, e para elas. Por isso, o professor precisa ser capaz de instigar as crianças a serem sujeitos ativos no

desenvolvimento de uma sociedade melhor, tendo como base sua transformação enquanto construtores de modificações sociais, mesmo que estas ocorram em pequenos gestos.

Dessa forma, Andrade (2018) representa a última Dissertação de um grupo de 3 trabalhos selecionados no PPGEEC compondo o *corpus* apresentado no Capítulo 2. Com isso, nos parágrafos seguintes desenvolvem-se as principais contribuições acerca dos estudos de Lira (2020), Silva (2019) e Gomes (2019), ambos do PPGICH, sobre as Infâncias Amazônicas.

Nota-se que existe uma transição tênue entre as pesquisas com crianças nos PPGS estudados, pois enquanto o PPGICH confere enfoque arraigado na dialética entre o Ensino de Ciências e a Divulgação Científica, o PPGEEC problematiza a compreensão sobre as crianças amazônicas sob uma amplitude mais voltada ao social. Ou seja, o foco dos autores do segundo programa não se traduz na perspectiva de contextualização das crianças no ambiente escolar ou em espaços educativos fora deste (como a Educação em espaços não formais e formais), mas a partir do seu lugar na sociedade. Fazendo com que as pesquisas com crianças nesse programa caminhem em paralelo, de certa maneira, muito articuladas aos conhecimentos da Antropologia, História, Sociologia Geral e Sociologia da Infância, principalmente.

Contudo, Lira (2020, p. 16) ressalta neste viés a:

Necessidade de não limitar as pesquisas com crianças, a partir de uma única perspectiva teórica, uma vez que o ser criança é constituído pela própria condição humana de uma complexidade gigantesca, é que faz-se necessário que as pesquisas conversem com os diferentes saberes e enfoques multiprofissionais de modo a romper com a perspectiva dominante da psicologia do desenvolvimento.

Será partindo dessas considerações, que Lira (2020) irá fundamentar sua pesquisa em torno da investigação social sobre as infâncias em uma comunidade com baixos índices de recursos socioeconômicos na cidade de Tefé/AM, no objetivo de compreender os significados do “ser criança” a partir das percepções destas, em um ambiente sociocultural marcado por condições de pobreza extrema, drogas, prostituição, etc. Além disso, é inegável que nessas circunstâncias para o desenvolvimento infantil esse grupo analisado estará sendo encoberto pelos véus simbólicos que posicionam as margens do desconhecimento. Portanto, é perceptível reconhecer que o posicionamento da autora se perfaz em torno das singularidades que demarcam o ambiente geográfico do público analisado, acreditando que suas falas representam as melhores descrições para levar ao entendimento sobre o seu lugar social.

Esses detalhes relacionam-se ao que Trindade (2021, p. 46) salienta dizendo que:

Investigar as manifestações infantis é ter possibilidade de compreender as relações e o significado do seu modo de vida particular e coletivo. Privilegiar o conhecimento das crianças a respeito de sua própria cultura é uma forma de compreender seu universo, sua visão de mundo.

Por muito tempo as escolas foram o principal *locus* para questionar o espaço concedido a criança no corpo social, todavia, percorrer outras trajetórias de análise desse público possibilita alcançar uma apreciação de outras questões que os afetam, como os problemas sociais, construindo um pensamento científico que esteja debruçado sobre vertentes culturais e sociais. Com efeito, compreender que existe uma inter-relação entre as ciências corrobora para depreender que os estudos das Infâncias Amazônicas podem acontecer em diferentes contextos. Em simultâneo, ouvir os interlocutores da pesquisa (principalmente as crianças) favorece ao entendimento de que as representações de lugar podem ser muito subjetivas quanto a determinação daquilo que possa ser considerado como um espaço bom ou não para se viver.

Essas indagações foram observadas na Dissertação de Lira (2020), no trecho abaixo descreve-se um paralelo entre a percepção dos pais e das crianças sobre o lugar onde vivem.

Comprendemos este lugar a partir de duas formas. Uma na perspectiva das crianças e outra na expectativa dos pais. Para as crianças o bairro é o lugar onde vivem com suas famílias. Para elas, é nas ruas e nos quintais, que vivem a parte lúdica da infância. Todavia, elas não estão apáticas o que acontece no seu bairro, sabem que precisam de mais espaços públicos que lhes proporcionem viver uma infância principalmente com acesso ao lazer. Os pais vislumbram as crianças que brincam e precisam ser protegidas. A maioria dos pais evidenciaram o bairro, como um lugar perigoso para se viver a infância, onde a insegurança devido à violência, do tráfico e consumo de drogas prejudica a vida das pessoas do bairro, e conseqüentemente a infância de suas crianças (LIRA, 2020, p. 98).

A necessidade de análise do espaço da criança marcado por desigualdades sociais pauta um diálogo que se estreita também em captar determinadas ausências por parte do poder público em assegurar os direitos de acesso que contemple os princípios do respeito a dignidade humana. Em consequência disso, a pesquisa de Lira (2020), de certa forma irá situar, ao longo das observações, que as infâncias na comunidade pesquisada estão sendo postas de lado pelo Governo, por não efetivar o cumprimento dos preceitos veiculados pelas legislações no que tange a sua proteção integral. Logo, essa ausência pública de iniciativas acaba acarretando em diversos desdobramentos sociais que soam negativamente, tornando vulnerável e excluindo.

Conforme essas informações, a pesquisa de Lira (2020) ganha contornos por meio da produção de desenhos e observação participante com 4 crianças pertencentes a 2 famílias na comunidade estudada. Pois, a Dissertação dessa autora foi ancorada sob a perspectiva

metodológica do “Estudo de Casos Sociais”, enquanto estratégia para perceber como os interlocutores infantis e seus pais atribuem significados ao lugar onde vivem, considerando o contexto de vulnerabilidades sociais presente no bairro para essas famílias. Portanto, o pilar desse trabalho encontra seu desenvolvimento nos termos “crianças, infâncias, família e lugar”.

Partindo desse viés metodológico, no trecho a seguir, a pesquisadora evidencia apontamentos demonstrando que a primeira família não esteve sempre no bairro analisado.

No processo de escuta, descobrimos que as crianças deste primeiro caso, nem sempre moraram no bairro, antes viviam em uma comunidade rural, chamada Capivara, lugar distante da cidade, onde lá as crianças tinham seus laços de amizades e vínculos familiares com os avós e tios maternos, além disso, era lá, que as crianças aprenderam viver em contato com o rio, com a floresta, utilizando da canoa como transporte para ir à escola (LIRA, 2020, p. 73).

Em uma segunda análise, percebeu-se que embora a cidade de Tefé/AM venha desenvolvendo-se de forma relativamente veloz, sua expansão geográfica não conseguiu acompanhar a crescente expansão urbana, fato observável no bairro onde Lira (2020) desenvolveu sua pesquisa. Isto, pois, a história da primeira família destacada pela autora anteriormente representa dezenas de outras realidades semelhantes nesse lugar, demarcando à vida de muitas Infâncias Amazônicas, conhecidas pela situação de pobreza extrema vivida em conjunto com suas famílias. Contudo, se o direito a moradia é retirado dessas populações, estas de alguma forma irão criar meios de usufruir ainda que em condições mínimas do acesso a um lar, mesmo que este seja em construções de palafitas consideradas precárias.

Não restam dúvidas de que as crianças na pesquisa de Lira (2020) elaboram compreensões sobre a realidade por meio do seu campo social, podendo estar relacionada a visão de Sarmiento (2004, p. 23) sobre o conceito de socialização, ao dizer que esta é “eminentemente interativa”. Reportando essa hipótese ao trabalho da pesquisadora e articulando a produção de desenhos, foi possível observar que o cotidiano constrói espaços físicos e imaginários das infâncias nesse bairro, fazendo com que essas crianças compartilhem de posturas parecidas perante a realidade. Não somente, estreitam-se as “heranças culturais” que recebem de suas famílias através do sistema da hereditariedade, podendo atuar como fatores preponderantes na formação das identidades sociais, já que a existência do indivíduo predetermina-se a partir dos elementos culturais do seu meio, sendo a transposição dessa realidade um processo difícil.

As crianças amazônicas vão constituindo modos próprios através da sintonia de proximidade com os pares, esse processo permite o emergir das culturas infantis no bairro onde Lira (2020) analisou. Ou seja, quando a pesquisadora realiza uma produção de desenhos, o cerne dessa iniciativa pode ser traduzido como uma ação capaz de situar a criança enquanto

agente social, pois ouvi-la representa um exercício de reflexão em torno de inferir que seu discurso pode transformar o social de alguma maneira. Em outras palavras, segundo Corsaro (2011, p. 46) “as crianças são contribuintes ativas na sociedade, cooperando com os adultos no fortalecimento das normas e valores. As crianças chegam, de fato, a compreender seu significado e, dessa forma, contribuem para sua manutenção social”.

Em suma, a Dissertação de Lira (2020) contribui para os estudos das Infâncias Amazônicas apresentando o cotidiano infantil em uma comunidade na cidade de Tefé/AM, e suas relações com a família e o lugar. Sobretudo, a autora ressalta a necessidade no surgimento de novas pesquisas nas Ciências Humanas, pois assim são criados direcionamentos e formas de pensar sobre a criança no campo científico capazes de valorizar seus conhecimentos prévios repassando aos adultos e as famílias que podem ser sujeitos ativos na sociedade. Por isso, ao longo do seu estudo, a pesquisadora esclarece que as crianças não podem ser vistas como receptores do discurso adultocêntrico já que essas formas de percepção do outro são excludentes.

Após conhecer o estudo de Lira (2020) segue-se rumo a pesquisa de Silva (2019) que também constitui uma investigação em torno da infância através de um pensar social. A autora desenvolve seu trabalho sob o enfoque de conhecer as discussões no campo científico a respeito da criança transgênero. Para tanto, lança-se em uma abordagem metodológica na categoria de Estado da Arte ao nível de Brasil sobre o assunto, já que os indícios de produção acadêmica no Amazonas são considerados escassos. A pesquisadora dialoga que o sentido das identidades de gênero, do que a sociedade considera usualmente como masculino e feminino, pode assumir uma característica transitória na personalidade do sujeito. Portanto, atribuir ênfase a essas reflexões desde a infância, representa promover maior aceitação e respeito as diferenças.

Indagações reiteradas por Silva (2019, p. 55) ao afirmar que:

A maioria de nós foi ensinada e aderiu ao conceito de que existem apenas o masculino e o feminino como categorias distintas de gênero. Essa forma de pensar já se tornou obsoleta. Pode ser comparada a tentar ver o mundo em categorias raciais distintas sem a compreensão de que uma porcentagem cada vez maior da população é belamente multiétnica. No entanto, permitir que as crianças sigam o que parece ser natural e real para elas, que sigam na afirmação de sua transgeneridade, pode ser desajustado e assustador na visão de adultos que temem perceber seus rebentos como abjetos na sociedade, uma vez que tal conduta diverge de um caminho já estabelecido socialmente como único, seguro e confiável. É difícil apoiar uma criança transgênero, ou variante de gênero, quando se acredita apenas na heteronormatividade ou busca-se constantemente desviar-se de discriminações, ostracismos e violências.

Todavia, há de considerar-se que antes das crianças nascerem a sociedade convencional atribui símbolos e comportamentos de ser “menina” ou “menino”. Contudo, ao nascimento essas representações adquirem proporção preponderante na família e ambiente social, estabelecendo uma cultura de gênero que não conversa integralmente com as necessidades do sujeito. Logo, esse caráter impositivo favorece a construção de identidades cristalizadas que vivenciam por vezes papéis sociais opostos ao desejo subjetivo da criança, engessamento que pode ser percebido nas atividades escolares onde, por vezes, são reservados brinquedos e brincadeiras por gênero, impedindo que o brincar aconteça livremente.

Então, nesse ponto de vista, Louro (1997, p. 24) defende a ideia de que:

Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter a análise para indivíduos e para as relações interpessoais. [...] ficariam sem exame não apenas as múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e feminilidades, como também as complexas redes de poder que (através das instituições, dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos...) constituem hierarquicamente os gêneros.

Decerto, ampliar os conhecimentos sobre sexualidade na infância confere chegar a outras amplitudes conceituais e representativas, viabilizando o surgimento de sua identidade de gênero como um processo espontâneo e subjetivo. Por outro lado, esses saberes fortalecem a prevenção da violência sexual infantil, pois a criança entende sobre os limites que precisam ser estabelecidos com as outras pessoas para uma convivência que não viole seus corpos. No entanto, esse pensamento ainda persiste em assumir destaque minoritário devido às resistências sociais na divulgação desses assuntos nas escolas, já que a identidade é atrelada ao determinismo biológico do gênero, ou seja, ao nascer menina será tratada como tal ao longo de sua vida, sendo a escola e em outros ambientes fortes incentivadores desses padrões.

Essas ponderações justificam o fato de Silva (2019) ter dedicado atenção ao estudo de levantamento nas produções acadêmicas no Brasil, por perceber a invisibilidade das infâncias transgênero em periódicos no Amazonas. A autora contribui com sua pesquisa para evidenciar, como os discursos a respeito da transgeneridade infantil estão sendo pensados nas universidades e meios de divulgação da Ciência pertinentes a esta, como as revistas científicas.

Não obstante, Silva (2019, p. 56) acrescenta ao dizer que:

O quantitativo de estudos fora do âmbito medicinal e psiquiátrico que enfatizam vivências de crianças que permeiam a transgeneridade é considerado ínfimo e buscam prioritariamente legitimar “prevenções” ou “eliminações” de comportamentos contraditórios aos padrões hegemônicos. Uma gigantesca porcentagem da população geral desconhece o fato da existência de crianças transgênero ou o abomina.

Este fato é preocupante porque demonstra que as Infâncias Amazônicas não estão sendo contempladas nas suas diferentes configurações. Contudo, embora no Amazonas tenham trabalhos sobre a criança indígena, ribeirinha, nas escolas, em espaços formais e não formais, dentre outras, a vertente responsável por fazer associação aos estudos de gênero situa-se em lacunas epistemológicas. Todavia, as universidades e os periódicos constituem maneiras de reformulação do pensamento social, assim como o ato de pesquisar conduz a tornar visível novas imagens do real. Entretanto, em simultâneo, a mídia não produz expressões em prol de apoiar a causa de aceitação as diferenças e diversidade ao cotidiano da criança transgênero, pois segundo Louro (1997, p. 65) “a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças”.

Para Silva (2019) as imagens das infâncias que estão sendo formuladas no Amazonas ainda estão muito distantes de possibilitar discussões científicas sobre a transgeneridade infantil. A autora destaca que as crianças trans estão invisibilizadas tanto na literatura acadêmica como na mídia, fazendo com que atravessem um caminho de isolamento e incompreensões sociais perante a formação das suas identidades, dificultando seus processos de aceitação a mudanças comportamentais e corporais. Ademais, a interdisciplinaridade do pensar entre a Sociologia da Infância e o Gênero torna possível um movimento dialético ancorado em investigar a transgeneridade infantil nas produções acadêmicas.

Neste entendimento Silva (2019, p. 55) acredita e reforça a ideia de que:

A ciência está pesquisando o que é inato e o que é culturalmente formado, apoiado e reforçado. As instituições escolares e familiar enfrentam o desafio empolgante e assustador de educar crianças em um mundo que está paulatinamente expandindo sua compreensão de gênero depreendendo que este não pode mais ser considerado uma categoria de duas opções.

Em suma, a pesquisa de Silva (2019) também contribui para que o ambiente acadêmico e a sociedade possam juntos caminhar, para a construção de uma realidade onde as crianças transgêneros possam viver suas metamorfoses identitárias com respeito por parte do outro. Esse pensamento vai contra o fluxo de reprodução das estruturas sociais sobre o binarismo²⁸ de gênero, rompendo com determinações que estigmatizam as imagens das crianças. A Dissertação dessa pesquisadora concebe um ponto de partida para que a comunidade acadêmica comece a

²⁸ Capacidade para categorizar o gênero das pessoas apenas em feminino ou masculino, no caso das crianças, menino ou menina.

pensar que a criança transgênero também faz parte das Infâncias Amazônicas e que, portanto merecem ter suas trajetórias de vida e conhecimento visibilizadas para o social.

Após contemplar o trabalho de Silva (2019) adentra-se na análise da última pesquisa do *corpus*, o estudo do mestrando Gomes (2019) egresso do PPGICH. O autor desenvolveu sua proposta de investigação na perspectiva social para analisar infâncias de crianças vítimas de violência que moram na instituição de acolhimento Casa Mamãe Margarida – CMM em Manaus/AM, conjecturando na sociedade amazonense um cenário que persiste em violar o lugar da criança, seja por ações concretas de abuso ou mediante subterfúgios simbólicos.

Contudo, o pesquisador objetiva compreender se as crianças podem adquirir, a partir de uma convivência harmônica no abrigo, a superação dos traumas que as levaram para este espaço. Segundo Pinheiro (2015, p. 36) o fenômeno da “violência sexual contra crianças e adolescentes põem o Estado do Amazonas no ranking desta gravíssima problemática sociocultural”.

Neste viés, Gomes (2019) afirma que o Brasil está entre os 10 países considerados mais violentos no mundo conforme os dados estatísticos presentes no “Mapa da Violência 2016”²⁹. Embora muitos órgãos governamentais venham assumindo posturas de enfrentamento as modalidades de agressão, o percurso para alcançar uma queda brusca nesses índices alarmantes ainda está em compasso reduzido. Contudo, ao relacionar esse cenário caótico as crianças e adolescentes, percebe-se uma situação que assume caráter mais dramático, pois:

quando as pesquisas são circunscritas a faixas etárias de menor idade, o Brasil permanece entre os países que mais homicídios cometem contra crianças e adolescentes, fato evidenciado no Mapa da Violência 2012 [...] em que o país surge ocupando a 4º posição entre os dez países que mais matam crianças e adolescentes dos os 10 aos 14 anos de idade (GOMES, 2019, p. 40).

Diferentemente dos adultos as crianças não possuem muitos mecanismos de defesa para realizar sua própria proteção das tentativas de abusos psicológicos e físicos, de forma que tornam-se suscetíveis a diversas categorias de violência³⁰ que podem ocorrer no ambiente escolar, familiar e social, comprometendo suas constituições físicas e emocionais, afirmando um sistema impositivo de dependência entre o adulto e a criança. A esse respeito, Gomes (2019, p. 46) elucida que “é no entorno de um mundo assolado por conflitos de escalas mundial e local,

²⁹ Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf>.

³⁰ Ferrari (2002, p. 82) caracteriza o conceito de violência como sendo uma “ação que envolve a perda da autonomia, de modo que pessoas são privadas de manifestar sua vontade, submetendo-a à vontade e desejo de outros”.

de violências declaradas e tácitas, que as crianças do presente século vão sendo formadas”. Portanto, ao partir desses princípios elencados, nota-se que a agressividade atinge a criança como uma invasão que sobrepuja o desenvolvimento de suas identidades, impondo parâmetros de “Violência Simbólica³¹” enquanto fundamento de ação direta sobre a personalidade infantil.

Por certo, Gomes (2019), através de sua pesquisa com crianças vítimas de violência, contribui para indagar sobre os processos de “subjativação das identidades” infantis mediante os abusos sofridos. O autor enfatiza que nem sempre as trajetórias de sofrimento vivenciadas pelas crianças são passíveis de serem ultrapassadas psicologicamente, o trauma sofrido destrói as imagens de uma infância feliz, fazendo com que nem sempre seja possível reconstruir a identidade, ultrapassando os limites dos desrespeitos sofridos no passado. Essas infâncias amazônicas acabam trilhando estradas simbólicas de silêncio na tentativa de superar a dor.

Dessa maneira, Gomes (2019, p. 77) destaca uma triste realidade ao dizer que:

Ainda que algumas busquem seguir o curso da vida sem a constante recordação dos eventos que lhes causaram (e causam), entretanto no espaço que lhes serve de acolhimento, rotineiramente as memórias tornam a estampar-se, pois o retrato do que lhes sucedeu é sempre reencontrado na história de vida de suas colegas igualmente abrigadas.

Compreende-se que as imagens da Infância Amazônica postuladas pelo autor referido acima, traduzem contextos de relações marcadas pelo abuso onde a criança sofre ameaças psicológicas para manter-se em silêncio. Então, na impossibilidade em pedir socorro, muitas acabam contentando-se com “um lugar de subalternidade” sentindo-se culpadas pela violência sofrida. Em simultâneo, essas questões colocam em dúvida o sistema social de proteção aos direitos da criança e do adolescente em Manaus. Logo, observa-se que as estatísticas que posicionam as crianças como vulneráveis na sociedade não vem apresentando índices decrescentes, evidenciando uma assistência um tanto deficitária por inúmeras razões.

Em viés semelhante, Pinheiro (2015, p. 27) argumenta que:

No caso da violência sexual contra crianças adolescente, não podemos deixar de reconhecer que a violação de direitos acontece também no âmbito do seio familiar, embora sejam frutos de múltiplas determinações da questão social devido a ineficiência do aparato estatal, seja na prevenção tendo em vista a dificuldade de acesso as políticas públicas, seja na fragilidade das instituições de responsabilização dos agressores de crianças.

³¹ BOURDIEU (2012).

O enfrentamento as situações de violência sexual demarcam uma ramificação de combate a essas práticas, onde diversas instituições sociais agregam-se no intuito de proteger a criança de situações de vulnerabilidade. Todavia, esses órgãos precisam orientar suas técnicas versando sobre um eixo dialógico já que ambos se complementam em suas ações. A escola pode ser um exemplo disso, já que é considerado comum que as crianças, quando vítimas de violência, externem seus sofrimentos por um desenho livre. Agora, a postura da educadora será muito preponderante, pois se ela não procurar estar mais próxima desse aluno(a) a ponto de ter certeza, inclusive conversando com a direção da escola sobre a suspeita observada, será provável que essa criança continue deparando-se com as situações de abuso.

Destarte, Pinheiro (2015, p. 40) acredita que,

sem o acesso à educação que poderia contribuir para prevenção de todas as formas de violação dos direitos humanos, o fenômeno da violência sexual ultrapassa limites, adentra todos os espaços onde as pessoas interagem sob um padrão adultocêntrico que impõe as regras de poder e submissão, que culturalmente veio se alastrando e, embora, seus paradigmas estejam em constante processo de mudança ainda constituem-se numa realidade vigente, contribuindo para as investidas dos agressores no espaço doméstico e em outros espaços onde as crianças e ou adolescentes se relacionam.

Em suma, certamente existem diversos outros casos de violação dos corpos e identidades das crianças amazônicas que não chegam à casa Mamãe Margarida, afinal de contas muitas famílias e responsáveis pelo menor sequer denunciam o agressor, tornando os registros muito maiores do que aparecem nas estatísticas. Considerando também que o Amazonas possui uma geografia que dificulta o livre acesso de maneira fácil e veloz a todos os municípios, isso representa outro fator preocupante porque favorece que muitas infâncias violadas fiquem nas margens do desconhecido por ser provável que se tornem casos que não vem à tona.

Por fim, falar sobre as crianças amazônicas significa também dialogar sobre identidades que se constituem entre as fronteiras do medo e as possibilidades de resgatar o pouco do que sobrou do imaginário infantil, a CMM representa esse lugar de transformação positiva para o pensar na infância. Por isso a Dissertação de Gomes (2019) colabora para serem abertos mais espaços no campo social e acadêmico/científico nos cursos de pós-graduação, de modo a reduzir o isolamento que acometem as infâncias no Amazonas em pesquisas sociais.

3.2 Novas epistemologias sobre crianças e infâncias na Amazônia

Seria difícil imaginar um caminho único para refletir sobre as Infâncias Amazônicas, dada a complexidade de conhecimentos plurais que tem sido desenvolvido nas universidades por

meio dos cursos de Pedagogia principalmente, ou na pós-graduação *stricto sensu*. Através das Dissertações analisadas na primeira seção desse Capítulo 3 foi possível observar, nas falas dos autores, a necessidade em construir um pensamento científico voltado a assumir uma postura que reconheça a criança como interlocutora e agente principal na produção do conhecimento. Para tanto, pensar em epistemologias para os estudos das infâncias seria, por assim dizer, reduzir o distanciamento entre os campos do saber propiciando a interdisciplinaridade.

Embora existam diversos obstáculos para firmar esses princípios a pesquisa com crianças amazônicas, notadamente a importância do conhecimento científico perfaz-se em atribuir significados que problematizem fundamentos sociais não perceptíveis ao *sensu* comum. Segundo Bachelard (1996, p. 127), “para o espírito científico todo fenômeno é um momento do pensamento teórico, um estágio do pensamento discursivo”, sem essa conexão dinâmica argumentada pelo autor acaba sobressaindo-se um vazio epistemológico ao analisar um fato. Dito isso, aos pesquisadores das infâncias espera-se a postura de que sejam movidos pela inquietude em conhecer as complexidades desse conceito superando as percepções primárias.

As Dissertações do PPGICH e PPGEEC apresentadas realizam análises que compartilham afinidades na abordagem conceitual dos termos “crianças” e “infâncias”, contudo, nem todos os autores os conceituam, um exemplo disso é o estudo de Andrade (2018). Todavia, no decorrer das ponderações é possível notar o *status* de importância atribuído aos interesses de conhecimento da criança demonstrando que sua pesquisa a tem como foco principal.

Dessa forma, os parágrafos seguintes foram desenvolvidos na perspectiva de refletir sobre os principais sentidos que os autores dos 6 trabalhos³² selecionados atribuem aos conceitos de “crianças” ou “infâncias”. Assim, torna-se possível interpretar mediante as discussões propostas originalmente pelos pesquisadores e debruçando-se também sobre algumas contribuições metodológicas que estes escolheram para alcançar seus objetivos.

Quanto à infância, Beltrão (2020) compreende ser construída por meio das experiências do que é vivido. Isto faz com que a relação entre o adulto e a criança esteja pautada mediante uma dinamicidade de interdependência, nessa mesma lógica interpretativa a autora irá esclarecer que:

buscamos compreendê-la não por uma hermenêutica da palavra infância ao rigor de uma estrutura compreensiva fixa, mas pelo ser infância a partir da existência do

³² Beltrão (2020); Silva (2019); Andrade (2018); Lira (2020); Silva (2019) e Gomes (2019).

sujeito, do ser criança no mundo, pelas suas vivências. A partir dessas colocações é visível a complexidade da definição do termo infância (BELTRÃO, 2020, p. 34).

Notadamente, essas colocações situam o termo dentro de uma complexidade epistemológica que ganha contornos a medida em que as crianças amazônicas participam de forma atuante na construção do conhecimento, contrapondo-se a uma lógica receptora.

Com isso, utiliza-se do viés fenomenológico de Merleau-Ponty (2018) para alcançar essas compreensões, onde prima-se a descrever o cotidiano de experiências da criança captando suas percepções relativas ao conceito “saúde-doença”. Aproximar questões que prioritariamente foram vinculadas por muito tempo as áreas da Saúde e Biológicas, agrega a Educação uma proximidade a estabelecer horizontes de saberes mais interdisciplinares e próximo as necessidades sociais das crianças.

Tendo em vista esses aspectos Beltrão (2020, p. 24-25) esclarece que:

A fenomenologia carrega um aspecto de grande valia para a pesquisa, que consiste na postura de distanciamento de julgamentos, buscando descrever as experiências que giram em torno da relação da saúde-doença com as experiências de vida dos sujeitos sem usar de pressupostos que antecedem o conhecimento da realidade das crianças.

Foi utilizando essa abordagem que a autora conseguiu depreender conhecimentos prévios das crianças sobre a temática em sua pesquisa e, em simultâneo, perceber o quanto essas formulações representam o que Merleau-Ponty (2018) irá descrever como sendo uma busca pelo “original”. Pois, quando o pesquisador se propõe a descrever a realidade dos sujeitos de pesquisa configuram-se caminhos metodológicos que respeitam os significados primários dos sentidos atribuídos a determinado tema. A exemplo disso, Beltrão (2020) utiliza em seu trabalho os desenhos como estratégia de percepção para valorizar a voz das crianças e observar como reconhecem quando estão com saúde ou ficando doentes. Logo, a importância dessas observações concerne em promover uma qualidade de vida melhor para esse grupo infantil, para assim poderem aderir a hábitos mais saudáveis na relação com seu corpo.

Ademais, Beltrão (2020, p. 25) reitera dizendo que:

As percepções dos sujeitos da pesquisa foram descritas por meio de desenhos, da escrita, da fala, do ouvir ou das observações [...]. Com o apoio da fenomenologia, pretendeu-se desvendar e conhecer os fenômenos no contexto real da pesquisa. Mas sempre na tentativa de disciplinar o olhar, o ouvir e o escrever, pois são esses atos cognitivos que permitem caminhar em direção ao conhecimento ou à compreensão de determinado fenômeno.

A autora não concentra atenção majoritária a conceituar “crianças” e “infâncias” ao longo da sua pesquisa o que dificulta definir uma linha teórica em específico. Depreende-se que seu pensamento se direciona mais em torno de compreender os termos em destaque de forma breve, isso por meio da fenomenologia de Merleau-Ponty (2018), conforme elencado anteriormente.

Compreender a infância como construção social se fundamenta por conferir valorização ao discurso infantil. Pois, enxerga-se nessa postura um protagonismo que cede à criança visibilidade enquanto ator social em suas práticas educativas e de socialização, proporcionando o reconhecimento das infâncias como produtoras de culturas infantis. Para Silva (2019, p. 85) “considerar a criança como ator social de direito, é reconhecer que a mesma possui competência para participar ativamente no meio social”. A autora também acredita que a Sociologia da Infância enaltece o protagonismo infantil por meio de ações individuais ou com os pares, e que:

tem ganhado espaço e se destacado como área de conhecimento e de pesquisa, quando propõem e defende a criança como ator social, antes vistas como seres incapazes e incompletos necessitando da ação do adulto para se tornar plena (SILVA, 2019, p. 27).

Essa vertente na Sociologia vem proporcionando aos pesquisadores das Infâncias Amazônicas uma independência quanto às formas simbólicas de olhar as crianças durante os momentos de pesquisa, pois assumir uma visão de liberdade torna possível compreender ações, comportamentos e o pensar infantil de maneira mais próxima às suas concepções de mundo. Para que seja possível “romper com concepções que enxergam a criança como menos, o outro, o incompetente e que rasuram suas produções e ações sociais” (SILVA, 2019, p. 41).

Para Silva (2019), a Fenomenologia auxilia no desenvolvimento de uma pesquisa na qual possa ser possível estar mais próximo às essências infantis por trabalhar no enfoque de uma escuta sensível, descrevendo a realidade desses atores. Considerando que seu estudo foi desenvolvido em um CMEI, esse processo de ouvir representa uma parcela fundamental para estabelecer as capacidades de uma análise reflexiva por parte da pesquisadora. Portanto, é preciso abrir caminhos nos espaços da escola e universidades para reconhecer que as crianças constroem e ressignificam os conhecimentos durante as etapas de uma pesquisa.

A Educação Infantil revisita esse contato próximo com o imaginário da criança, capaz de envolver-se com grande entusiasmo nas atividades propostas quando lhes é concedida a liberdade no protagonismo do saber. Superar os monótonos rabiscos em um papel com giz de cera, com desenhos predefinidos, que dificilmente instigam a curiosidade da criança, representa um desafio para os CMEI's. Nas colocações de Andrade (2018), a infância se constitui sob as

influências das diferentes realidades sociais e culturais, compreendendo a criança por meio das suas representações do mundo e subjetividades construídas no diálogo com o outro, considerando a necessidade em estabelecer estudos a partir da sua fala e não do discurso adulto.

Sendo assim, Andrade (2018, p. 21) ressalta que é preciso:

romper com os *obstáculos epistemológicos* presentes em nossa formação e prática docente e visando enaltecer a criança, valorizando sua linguagem verbal e pictórica, com intuito de favorecer a Divulgação da Ciência mediante experiências construídas de maneira espontânea pelo público infantil.

A autora desenvolveu sua pesquisa sob a vertente Fenomenológica estando ancorada nos estudos da Sociologia da Infância, objetivando conhecer as percepções das crianças acerca da Ciência³³ por meio de uma produção de desenhos que teve como principal intuito promover a Divulgação Científica. Andrade (2018, p. 22) afirma a necessidade em “refletir sobre os novos estudos da infância e o que eles dizem sobre pesquisas com/por/para as crianças, visando entender o investigar com elas, por elas e para elas, considerando-as como protagonistas”. Ao abordar o assunto da Astronomia com as crianças, a pesquisadora contribui para que essas vozes amazônicas possam conhecer, formular e construir significados sobre tal proposta.

Para Andrade (2018), a criança é um sujeito de direitos que pode desenvolver suas “potencialidades” por meio da produção de desenhos, sendo a valorização do imaginário um elemento essencial para aprimorar sua criatividade, a reconhecendo como “sujeito de direitos” e protagonista do conhecimento científico, que advém da sua curiosidade em conhecer. Por isso, a arte exerce um papel de extrema relevância no processo de aprendizagem na Educação Infantil, pois é uma das principais maneiras que as crianças encontram para se expressarem.

Contudo, transpor o mundo real talvez seja uma das estratégias mais inteligentes e criativas das crianças para se protegerem das asperezas que os adultos ou as circunstâncias sociais impõem, criando, com seus pares ou individualmente, lugares imaginários propícios para o brincar, rir e se divertir, mesmo em ambientes menos lúdicos. Muitas Infâncias Amazônicas são demarcadas por uma geografia da pobreza ocupando moradias com poucos recursos de planejamento e divididas em comunidades em situação de vulnerabilidade social, como na pesquisa de campo de Lira (2020).

Para Lira (2020), a infância se fundamenta como uma construção sócio-histórica e cultural sendo modificada no decorrer das civilizações. A autora constitui seus desdobramentos

³³ Aqui faz-se referência ao tema da astronomia escolhido pelas crianças e abordado na primeira seção deste capítulo.

metodológicos em torno da abordagem “Estudo de Casos Sociais” pela razão de sua pesquisa ter sido desenvolvida em uma comunidade. Nesse sentido, para a interpretação dos termos “crianças” ou “infâncias” foi utilizado o aporte teórico na Sociologia da Infância mesclando as percepções de vários autores³⁴. No olhar da pesquisadora, a criança permanece sendo invisibilizada pelos discursos sociais quando representa um lugar conhecido pelas condições de pobreza extrema, como visto em seu estudo na cidade de Tefé/AM. Dessa forma, “obviamente, a invisibilidade da infância não se dá pela ausência física das crianças, é certo que sempre existiram, porém, estamos falando de pessoas que foram caladas e negadas” (LIRA, 2020, p. 56).

Em suma, Lira (2020) acredita que da mesma maneira que a sociedade foi construindo formas de interpretar as crianças como subalternas ao pensamento e decisões do adulto, é possível ressignificar essas posturas equivocadas para com as infâncias. Contudo, o distanciamento estabelecido no passado sobre esses sujeitos e seus corpos persiste nas existências sociais contemporâneas desses agentes tentando unificar o conceito de infância, ao passo em que exclui outros, como as infâncias transgêneros no trabalho de Silva (2019).

Para Silva (2019), a sociedade ainda está em um processo muito turbulento de descobertas e não aceitação sobre as infâncias transgênero, nesse sentido:

definir de fato um conceito poderá segregar indivíduos que, por ventura, não se identifiquem com a maneira com a qual se tenta conceituar, assim como o próprio conceito de infância segrega uma significativa porcentagem das crianças que ainda não completaram 12 anos e não vivenciam a infância [...]. Sabemos que perceber a criança como, de fato, um sujeito de direitos implica em romper com as visões adultizadas do sujeito infantil que por muitas vezes, na condição do transgênero, acaba por oprimir seu jeito e seu direito de ser criança (SILVA, 2019, p. 104).

A autora questiona as tentativas sociais de exclusão que esse modelo de infância enfrenta situando esses corpos infantis como vulneráveis a situações cotidianas de violência e preconceito, isso porque a predominância das representações de masculinidade e feminilidade, socialmente, pouco foram transformadas. À vista disso, Silva (2019) preconiza que problematizar o binarismo infantil significa compreender a formação das intolerâncias sociais à criança transgênero e as resistências ao pluralismo de identidades. Entretanto, modificar as estruturas coletivas de pensamento, estabelecidas como afirmações absolutas e irrevogáveis por gerações ao longo da história na humanidade, não representa uma transformação simples.

³⁴ Segundo Lira (2020, p. 55), os autores: “Rodrigues (2011), Corsaro (2011), Corazza (2002), Ariès (1981), Heywood, (2004), Lopes e Vasconcelos (2006)”.

Silva (2019) reconhece que a sociedade despertou para o “sentimento de infância” moderno proposto por Arriè, todavia, as infâncias transgêneros persistem em mergulhar no desconhecido, condicionando as crianças que se encontram na transgeneridade como aberrações que recebem como atributo um *status* social de inferioridade porque:

as pressões sociais sobre normas de conduta, aceitáveis ou não, também exercem influências sobre crianças, senão por vontade própria, por intermédio daqueles que delas cuidam e educam. Fato este que leva crianças trans a passarem o período escolar, ou boa parte dele, sentindo um incômodo em representar uma identidade de gênero que é diferente daquela que sentem ser, pois, temendo discriminações, temos o hábito de prevenir ou eliminar o que socialmente se considera incorreto (diferente) (SILVA, 2019, p. 53).

Notadamente, a hegemonia de uma sociedade patriarcal contribui para a resistência e intolerância nas relações de gênero. Logo, as influências de comportamento que as crianças recebem em suas famílias interferem para a formação de uma identidade apoiada na diversidade sexual, estando no sentido oposto ao binarismo infantil. Se as escolas pudessem ampliar suas metodologias para uma Educação Sexual desde os primeiros ciclos escolares, seria possível aprender a reeducar o olhar para o outro respeitando as diferenças. Em simultâneo, as crianças poderiam conhecer melhor seus corpos, assumindo a identidade que intuisse estar mais próxima à sua subjetividade atual³⁵. Ademais, seria uma maneira de reduzir os índices de violência sexual, pois quando a criança compreende os limites necessários a serem impostos ao adulto torna-se evidente quando acontece a violação dessas barreiras simbólicas, por isso:

a discussão sobre as formas de subalternização da criança finaliza na denúncia da forma como as crianças se encontram alocadas em espaços de violentos condicionamentos, vindo a ser cotidianamente expostas a múltiplas formas de imposição. Um mundo embebido em conflitos particulares, domésticos, públicos, organizacionais que se articulam de forma segregacional e limitadora, impõe-se como espaço de acomodação e criação de seres com pouca capacidade de expressão de suas vontades (GOMES, 2019, p. 25).

Em sua investigação de abordagem etnográfica e de linha teórica na Sociologia da Infância, Gomes (2019) compreende que a criança é um sujeito de direitos que a sociedade silencia por meio de diferentes condições, sendo a infância na casa Mãe Margarida um exemplo disto, onde o espaço familiar, que deveria ser um lugar para exercer o protagonismo infantil, transforma-se em um ambiente propulsor da violação desses corpos, ocasionando um efeito de “subjetivação das identidades” em detrimento das imposições delegadas pelo agressor.

³⁵ Segundo Louro (1997), as identidades de gênero não são fixas, mas transitórias.

O autor considera que muitos lares estão passando por um processo de “adoecimento”, pois “em famílias disfuncionais em que crianças estariam sob condições de vivências abusivas a identidade se constituiria por meio de sistemáticas práticas de dessensibilização, nas quais o abuso configura-se como regra de comportamento” (GOMES, 2019, p. 31-32). Cabe salientar que as trajetórias infantis analisadas pelo mestrando convergem para que se possa perceber o quanto várias crianças amazônicas continuam tendo seus direitos negligenciados, “subalternizando” as infâncias, retirando o direito de vivenciar uma maturação saudável.

Inspirado nos autores Graue e Walsh (2003), Gomes (2019) compreende que as crianças precisavam ser investigadas na pesquisa etnográfica sendo reconhecidas na postura de “agentes sociais e históricos”. Algo que comunga aos preceitos descritos por Bourdieu (2012) ao afirmar que cabe ao pesquisador desenvolver uma “comunicação não violenta”. Tendo em vista esses aspectos, o mestrando do PPGICH concedeu liberdade às falas das crianças que participaram de seu trabalho durante todo o período que compreendeu os procedimentos de coleta de dados.

Em suma, as infâncias no abrigo CMM, para Gomes (2019), representam uma possibilidade em construção de “novas trajetórias” somadas a uma imagem de criança que sofreu abuso, mas que possui grandes chances de reconstruir sua identidade no diálogo com os pares na instituição de acolhimento. Embora o autor conjecture que a infância no Amazonas ainda é demarcada por situações de violação aos direitos da criança, principalmente na família, abrir espaços para dialogar sobre essas questões é importante, uma vez que garante a possibilidade das vítimas não serem invisibilizadas, pois, ao “peso da fala do adulto tem sido dado, repetidas vezes, maior valor do que ao grito de dor da criança agredida” (GOMES, 2019, p. 87).

3.3 Reconhecendo Infâncias Amazônicas no campo acadêmico

Considerar as crianças amazônicas como sujeitos de pesquisa como foi discutido pelos autores Beltrão (2020), Silva (2019), Andrade (2018), Lira (2020), Silva (2019) e Gomes (2019) fundamenta uma investigação em torno de reconhecer a existência de vários modelos de infâncias desenvolvendo-se nesse espaço geográfico. Esses estudos constroem significados que salientam a necessidade de compreender a criança cientificamente como ser social e produtora de conhecimentos, culturas, e vivências capazes de transformar o real. Ademais, demarca para uma constatação que se estreita em apresentar a diversidade dos contextos amazônicos, sejam estes lugares simbólicos ou físicos onde a criança cria e aprimora suas percepções de mundo.

Os autores do PPGICH e PPGEEC buscam romper com as barreiras metodológicas que situam a criança como sujeito passivo nas pesquisas, isto pois ao conferir centralidade as suas falas esses mestrandos valorizam as subjetividades dos colaboradores de seu estudo diminuindo o silenciamento de suas vozes. Do ponto de vista teórico-metodológico as 6 produções acadêmicas analisadas utilizaram-se em algum momento do campo teórico da Sociologia da Infância, já que seus conceitos se debruçam sobre uma perspectiva capaz de abordar a criança amazônica por meio de suas “interrelações de socialização” (CORSARO, 2011, p. 19).

Para Andrade (2018), a criança expressa seus sentimentos e emoções de maneira mais aprofundada e livre por meio dos desenhos que podem ser traduzidos simbolicamente como as memórias infantis sobre o mundo, esse recurso criativo das artes, além de esclarecer suas representações sobre os ambientes em que convive, também a destacam como protagonistas.

Beltrão (2020) destaca a necessidade de renovar o conceito de “infância” acreditando que a sociedade precisa atribuir significados mais próximos a realidade infantil. Para a autora, o “mundo vivido” é resultado das experiências das crianças ganhando sintonia entre os espaços para fazer ciência e sua “corporeidade”. Portanto, refletir sobre o termo em destaque seria admitir os outros estágios que compõem a dinamicidade desse sujeito com o outro e os espaços.

Silva (2019) acredita que para haver uma construção sólida e significativa de conhecimentos a aprendizagem precisa conceder liberdade de escolha a criança e ao adulto objetivando que ambos possam construir em parceria. No entanto, entende-se que a efetivação de tal proposta só acontece quando se torna possível efetivar uma ruptura nos padrões de pensamento que insistem em enquadrar as crianças como subalternas às decisões dos adultos.

Neste viés, Silva (2019) nos chama atenção ao enfatizar que as universidades precisam assumir no espaço social o compromisso de problematizar as infâncias, para que o meio acadêmico possa reduzir os aspectos que conferem invisibilidades a esses diferentes grupos e, em simultâneo, o manifestem para a comunidade externa como um conceito de vertente plural.

Por conseguinte, Lira (2020) afirma que o lugar das infâncias na Amazônia é demarcado por uma geografia de elementos físicos e simbólicos que são ímpares, influenciando diretamente as crianças através de panoramas socioeconômicos e culturais. Destarte, depreende-se que conhecer as variações de culturas infantis que permeiam nessa região atribui respeito as trajetórias marcadas pelo esquecimento desses sujeitos, seja pelas ausências na efetivação das políticas sociais ou na produção acadêmica nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. A autora considera que atingir a compreensão de que a Amazônia fundamenta toda a noção da pluralidade do conceito de infância, significa aproximar-se da pesquisa social como

estratégia metodológica para refletir sobre “as formas diferentes de viver a infância” (LIRA, 2020, p. 68).

Nessa concepção, buscando investigar a infância em uma perspectiva mais social Gomes (2019, p. 24) esclarece que “ao longo do tempo as crianças foram objetivadas pelo mundo adulto”. Essas circunstâncias que socialmente convencionaram a dependência da criança em relação ao adulto reduzem suas capacidades de participação social enaltecendo a postura de que possuem pouco ou quase nada a contribuir. Dessa forma, para retirar esses estigmas de subalternidade em relação ao adulto, situa-se um processo longo sendo a elaboração da “reflexividade” por parte do pesquisador um aspecto primordial durante esse andamento. Logo, os estudos acadêmicos desenvolvem-se no intuito de poder remover o comodismo científico e social que atribuiu contra a vontade das crianças um destaque secundário.

Nas discussões fomentadas nessa pesquisa foi possível perceber que as 6 Dissertações analisadas perfazem novas leituras sobre as imagens das Infâncias Amazônicas, compreendendo que as crianças nesse lugar estão começando a ser inseridas com maior intensidade na pós-graduação *stricto sensu* no Amazonas, enquanto articuladoras de ideias e agentes sociais. As perspectivas metodológicas nesses estudos, constituem ações capazes de promover rupturas no pensamento acadêmico e social sobre o silenciamento das vozes e trajetórias infantis nessa região geográfica, desvelando suas histórias a partir do seu discurso de modo a vislumbrar um reconhecimento científico em torno dos saberes dialogados, pois:

é premissa básica na pesquisa com crianças compreender que há uma diversidade de crianças, há uma diversidade de infâncias, dependendo do contexto sociocultural em que vivem. [...]. Narração de histórias, criação literária, pintura e desenhos, dramatização e expressão musical, jogos e brincadeiras, oficinas criativas, rodas de conversas, assim como ações e produções infantis, são materiais de pesquisa e precisam ser inventariados, registrados e fotografados (SANTOS; OLIVEIRA, 2018, p. 165).

Entende-se que as pesquisas selecionadas fazem emergir a relevância em dialogar sobre as Infâncias Amazônicas por uma pluralidade de conceitos e culturas quase de maneira majoritária, reconhecendo nos trabalhos apresentados que os 6 autores acreditam em um “sentimento de infância” que constrói suas concepções interpretativas através de facetas culturais, históricas e sociais. Destarte, argumentar sobre o conceito de cultura nessas produções permitiu reconhecer o quanto esses aspectos de pensamento tornam-se cada vez mais indispensáveis para compreender o grupo infantil frente a atual dinâmica em sociedade, seja nas jornadas individuais, com os pares, na relação com os adultos de sua família, etc.

De acordo com Lira (2020, p. 69) faz-se necessário considerar que:

As crianças têm grande potencialidade de expressar opinião sobre tudo que lhe rodeia, onde suas formas de compreender o mundo são validas, não são menos importantes, somente diferem das formas dos adultos descrevem o mundo. As falas das crianças mesmo expressadas diferentes são tão relevantes quanto dos adolescentes, jovens e adultos. Portanto, necessitam que os pesquisadores as tenham como relevantes.

Em conformidade aos autores das pesquisas escolhidas não se intuiu analisar em rigor restrito a classificação dos termos “crianças” e “infâncias” nesses trabalhos, mas sim refletir que suas histórias, quando são contadas pelas vozes infantis como foi possível acompanhar nas Dissertações, vislumbram um reconhecimento científico desses saberes ao passo em que desvelam trajetórias que têm sido postas de lado. Observou-se ao longo desses estudos que as imagens das Infâncias Amazônicas estão veiculadas há uma multiplicidade de representações, por conseguinte, firmar um único modelo seria desconsiderar os sentidos que atribuem pluralidade. Uma das principais contribuições enfatizou que a infância não pode ser “institucionalizada” como universal, embora as histórias compartilhem semelhanças, suas caminhadas são individuais enquanto sujeito e do ponto de vista do grupo, comunidade ou Território. Portanto, colocar de lado definições homogeneizadoras significa considera a criança em sua totalidade.

Neste viés, a Sociologia da Infância surge como propulsor marcante para assegurar posicionamentos teóricos que convergem a uma investigação conceitual sobre as crianças de maneira mais abrangente possível, já que:

à semelhança de outras ciências, também não se encontra alheia a controvérsias teóricas. Importa, todavia o reconhecimento da existência de diferentes pressupostos teóricos que balizam e legitimam as pesquisas científicas. A defesa de um único padrão de produção de conhecimento, com parâmetros universais já não encontra apoio hegemônico na comunidade científica (GOMES, 2019, p. 34).

Contudo, ainda que os autores do PPGICH e PPGEEC se utilizem dos estudos da Sociologia da Infância contribuindo fortemente para pensar a criança amazônica como articuladora de conhecimentos e produtora das culturas infantis, os processos de resistência em torno de assegurar seu destaque no interior dos cursos de pós-graduação confere aporte reduzido. Isso ocorre pois é difícil situar as crianças como elemento prioritário nas pesquisas onde são elencados como entraves principais: as dificuldades de aproximação do pesquisador ao seu campo de vivências (em ambiente fora da escola), as solicitações do CEP (em idade de

até 6 anos) e o distanciamento das universidades em propiciar espaços para discutir sobre como investigar esse grupo através de olhares que unam a Educação as demais modalidades científicas.

No entanto, as autoras Santos e Oliveira (2018, p. 166) ressaltam que:

as práticas de pesquisas com crianças precisam atentar para as possibilidades que as crianças apresentam e para o seu universo cultural. Verificar a construção de suas identidades, buscando identificar se valorizam ou não a sociabilidade e a criatividade; se incentivam ou não descobertas e aprendizagens e, sobretudo, se há lugar para a expressão afetiva e o pensamento crítico-reflexivo.

Em suma, as indagações proferidas pelos autores dos 6 trabalhos analisados remetem-se a um delimitar conceitual dos termos “crianças” e “infâncias” que não tem como pretensão conferir rigidez a essas formas de pensar, mas sim refletir através dos simbolismos que advém no contexto de suas pesquisas a respeito desses agentes. Esses contornos simbólicos do pensamento científico constroem caminhos epistemológicos das Infâncias Amazônicas, já que esses pesquisadores valorizam as vozes nesse lugar nas suas singularidades. Pode-se inferir que os diálogos construídos e compartilhados ao longo dos capítulos anteriores possam ampliar as percepções acerca das possibilidades que os estudos da criança podem alcançar, objetivando, desta maneira, mais análises sociais sobre as infâncias amazônicas na pós-graduação.

Notadamente, estudar as Infâncias Amazônicas nas produções do PPGICH e PPGECC colabora para reduzir as aparentes desigualdades contidas nos cursos de pós-graduação sobre o pensamento científico em torno das crianças. Assim sendo, torna-se possível desmistificar o olhar comum em torno da conceituação da infância evoluindo para investigações que dialogam com esses sujeitos e desvelam elementos sociais, culturais e históricos do seu cotidiano. Em suma, observou-se nas Dissertações escolhidas um cuidado metodológico por parte dos pesquisadores em desvelar as contribuições de seus pesquisados, de maneira que seus discursos pudessem ser reconhecidos integralmente. Sendo utilizado como estratégia metodológica para captar essas percepções as rodas de conversa, produção de desenhos, brincadeiras e etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao fim dessa etapa que se propôs conhecer trajetórias de crianças amazônicas na produção acadêmica amazonense, entendendo que esses estudos alcançam os sentidos para conjecturar sobre as configurações da infância no PPGICH e PPGEEC, ressaltando que conhecer as pesquisas na pós-graduação por meio desses trabalhos proporciona refletir sobre os desdobramentos sociais que acometem essas vozes. Dessa maneira, compete ao campo científico atribuir visibilidades a esses sujeitos, legitimando seus discursos e problematizando que essa dialética não cabe somente a Pedagogia e/ou Educação, pois o compromisso em estudar este grupo precisa alcançar todos os setores do corpo social, contemplando trabalhos que se admitam na harmonia interdisciplinar entre as áreas do conhecimento existentes.

Nessa ancoragem, quanto aos resultados dessa Dissertação, percebeu-se que o lugar social ocupado pela criança ainda torna sua influência secundária na presença do adulto, persistindo em subtrair seu protagonismo. Essas características não são passíveis de serem reforçadas apenas no ambiente escolar, mas através da sociedade e principalmente da família. Existe um equívoco por parte do corpo social e muitas formações familiares confundindo proteção às crianças a supressão de suas falas, logo, representar o que pensam, sentem e querem, infelizmente soa como uma manifestação reduzida por subalternizar as vozes infantis. Logo, ao analisar as 6 pesquisas estudadas no PPGICH e PPGEEC, entende-se que ambos os autores concebem a hipótese de que estabelecer espaços de escuta para refletir sobre a criança fortalece a valorização de suas identidades sociais e culturais reconhecendo a dinamicidade dialógica entre o pensamento científico, o discurso infantil e a produção acadêmica no Amazonas.

Os autores estudados consideram que fomentar pesquisas com crianças em contexto Amazônico ainda se articula como uma certa dificuldade, desde a chegada ao campo de desenvolvimento do tema abordado, às metodologias necessárias para alcançar os objetivos almejados. Embora o PPGICH possua uma produção tímida a respeito desse assunto, esse programa tem desenvolvido quase que anualmente pelo menos 1 pesquisa sobre tal temática, contribuindo para um alcance maior sobre o papel que a interdisciplinaridade desempenha. Quanto ao PPGEEC, considerando seu quantitativo maior é necessário considerar que as abordagens presentes nas Dissertações nem sempre situam a criança como o sujeito principal, esse detalhe foi percebido em alguns trabalhos durante a formação do *corpus*, no entanto, esse PPG demonstra uma versatilidade teórica capaz de envolver uma investigação que ganha

contornos metodológicos em espaços formais e não formais propondo-se a conhecer essas vivências de construção do conhecimento das crianças a partir desses ambientes citados.

Na conexão existente entre a Infância Amazônica, a cultura, o ensino e o brincar infantil, percebeu-se através dos estudos destacados nessa Dissertação quando posicionamos a criança como protagonista de conhecimentos colaboramos para colocá-la em manifestações nas quais possa aparecer enquanto agente social produzindo as culturas infantis no contato com os pares e os adultos. Romper com os privilégios que tem enaltecido as infâncias de classes mais abastadas, também pode ser vislumbrado nos trabalhos escolhidos, ambos remetem as configurações sociais de modelos de infâncias na Amazônia, com exceção do estudo de Silva (2019), a pesquisas desenvolvidas com sujeitos que demarcam uma trajetória de exclusão.

Cabe inferir que a exclusão da infância pode percorrer por diferentes caminhos que se estreitam no silenciar das vozes infantis diminuindo sua expressividade no campo social. Em conformidade ao pensamento de (Santos; Oliveira, 2018) entende-se que os espaços das universidades onde são instituídas as pesquisas com crianças precisam compreender a existência de diálogos que não cristalizem-se sobre uma única vertente do pensar, ou seja, assim como as sociedades acompanham o fluxo de desenvolvimento e transformações sociais, o conceito de infância precisa estar flexibilizado em suas ponderações procedimentais e teóricas.

Os autores do PPGICH e PPGEEC também se encontram no diálogo com a cultura perfazendo caminhos na escrita que problematizam questões sociais que atingem as infâncias amazônicas e deveriam inquietar a comunidade acadêmica de forma mais acentuada. Nas argumentações de Gomes (2019), existe um desencontro entre às políticas de proteção à infância na cidade de Manaus e a efetivação dessas diretrizes em âmbito prático e social.

Quando elucida sobre a distanciamento do poder público no amparo as crianças esse autor evoca a temática da violência sexual pontuando que as identidades desses sujeitos habitam lugares de esquecimento. Isto pois, as imagens desse modelo de infância, marcada por condições de pobreza e violência, situam histórias que a sociedade pouco atenta-se a enxergar e discutir, sendo evidente que essa postura corrobora para um potencial de não amparo a essas identidades. De forma geral, cada autor em ambos os programas traz à tona questões sociais que atingem as infâncias em algum momento, independente se a pesquisa foi desenvolvida em escolas ou em outros espaços.

Pode-se inferir que a Infância Amazônica vem ganhando contornos mais acentuados na produção científica da pós-graduação, estabelecendo processos reflexivos acerca de cotidianos das crianças nesses lugares aos estudos da sua Cultura, Educação, Ensino e Sociologia da Infância. Ao estudar sobre infâncias, os pesquisadores do PPGICH e PPGEEC chegam ao

entendimento de que o multiculturalismo presente no estado do Amazonas favorece a expressões diversificadas para o pensar no mundo infantil, como sendo simbolicamente um prisma no qual as configurações de infâncias vão mesclando-se umas às outras para construir novas imagens. Isso propicia à compreensão de que, da mesma forma como a Amazônia perfaz-se em uma imensidão territorial e cultura nos estudos das infâncias, nesse lugar não poderia ser diferente.

Para que as Infâncias Amazônicas se tornem visíveis em sociedade é preciso que o campo acadêmico contribua para mostrar os processos socioculturais que esses sujeitos perpassam, aqui compartilha-se dos argumentos de Sarmiento (2009) quando diz que as infâncias só tornam-se aparentes quando estão no “discurso social”. As 6 produções analisadas nessa Dissertação estabelecem exatamente essa dialética proposta pelo autor referido anteriormente, já que a partir das contrariedades sociais os autores do PPGICH e PPGEEC fundamentam suas considerações a respeito de um pensar conceitualmente sobre a criança nas subjetividades que as constroem, e nas dificuldades que impedem a maturação saudável de suas capacidades psicológicas.

Retirar a subalternidade atribuída à criança amazônica, faz com que o pesquisador dialogue estabelecendo o protagonismo do discurso infantil como elemento preponderante nos caminhos teórico-metodológicos da pesquisa. É necessário discutir sobre as objetivações de mundo que surgem e fundamentam essas infâncias, todavia essas respostas não podem ser apenas considerações do adulto em si, ouvir as crianças representam romper com o silêncio que encobre suas vozes e dificultam que expressem suas capacidades de reflexão sobre o social. Esses agentes sociais sentem e vivenciam o experimentar da vida assim como o adulto, logo é válido que possam ter a liberdade necessária para discutir sobre os problemas que acometem à comunidade em que participa, seja está no sentido do Território geográfico ou escolar.

A tecitura intelectual presente nas 6 pesquisas dos PPGS estudados conferiu destaque a um processo de conhecimento que não se intui em estar esgotado nessas produções, na verdade, esses trabalhos salientam a importância de poder ampliar as percepções na pós-graduação sobre o estudo das infâncias voltado para esse grupo na região amazônica. Desigualdades sociais demarcam as trajetórias desses sujeitos, em simultâneo, a capacidade criadora salienta vertentes positivas nos estudos analisados situando a criança como produtora de conhecimento, essa dualidade é fundamental para chegar no entendimento de que as imagens que percorrem as Infâncias Amazônicas não estão ancoradas apenas em aspectos que causam sofrimento a esse grupo, mas também na descoberta de suas vivências conjuntamente com seus pares e os adultos.

Por fim, pode-se reconhecer que os pesquisadores que tiveram seus estudos selecionados para análise estão contribuindo por meio de suas Dissertações para reconhecer que as crianças

amazônicas enfrentam fenômenos sociais que precisam ser problematizados pelos espaços das universidades, a fim de revelar por meio dessas vozes como as experiências vividas estão contribuindo e/ou impactando na formação de suas identidades sociais, seja positivamente ou não. Logo, depreende-se que uma variação de outras perspectivas estão vinculadas a essas circunstâncias exercendo influência e que também precisam ser investigadas.

Em suma, a partir dos conhecimentos produzidos mediante esse trabalho pretende-se desenvolver outras pesquisas sobre Infâncias Amazônicas (em especial em palafitas) utilizando como abordagem o estudo de campo, de modo que seja possível uma interação com os sujeitos pesquisados. Contudo, tem-se a consciência de que investigar em periódicos foi fundamental para constituir a identidade teórica enquanto pesquisadora da infância, notando que as crianças na Amazônia persistem em trilhar caminhos que, muitas vezes, não vão de encontro aos interesses de pesquisa nos cursos de Mestrado e Doutorado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Descolonizando as Pesquisas com Crianças e Três Obstáculos. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 461-474, abr./jun. 2014.

ALVES, Railda F; BRASILEIRO, Maria do Carmo; BRITO, Suerde M. de O. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. **Revista Episteme**, Porto Alegre, n. 19, p. 139-148, jul./dez. 2004.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. Tecendo os Fios da Infância. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ANDRADE, Simei Santos; PACHECO, Tatiana do Socorro Corrêa. Infância e Crianças Ribeirinhas da Amazônia Marajoara: linguagens e práticas culturais. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v.4, n. 9, p. 104-116, set-dez, 2016.

APRESENTAÇÃO. UEA - **Programa de Ciências Humanas**, 2021. Disponível em: <<https://pos.uea.edu.br/cienciashumanas/categoria.php?area=APR>>. Acesso em: 02/08/2021.

APRESENTAÇÃO. UEA - **Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências**, 2021. Disponível em: <<https://pos.uea.edu.br/ensinodeciencia/categoria.php?area=APR>>. Acesso em: 02/08/2021.

ARENHART, Deise. **Culturas Infantis e Desigualdades Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2017. – (Coleção Ciências Sociais da Educação)

ARROYO, Miguel Gonzalez. O Significado da Infância. In: I SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1994, Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI. **Anais [...]**, p. 88-92. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/406231310/Miguel-Arroyo-p-88-a-92-significado-da-Infancia-001906-pdf>. Acesso em: 04 jan 2022.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do Espírito Científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BALDUS, Herbert; WILLEMS, Emilio. **Dicionário de Etnologia e Sociologia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. (Coleção Iniciação Científica: biblioteca pedagógica brasileira).

BELTRÃO, Glenda Gabriele Bezerra. **Saúde e Infância**: o entendimento da relação saúde-doença com as experiências de vida de crianças. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.

BETTIOL, Célia Aparecida. **A Formação de Professores Indígenas na Universidade do Estado do Amazonas**: avanços e desafios. 2017. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Tradução de Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2017.

_____. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre [et al.]. **A Miséria do Mundo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (Coleção Memória e Sociedade).

BRASIL. Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 09 de jan. de 2022.

CARVALHO, Nazaré Cristina. Caleidoscópio do Imaginário Ribeirinho Amazônico. Instrumento: **Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, jul./dez. 2014.

CORAZZA, S. M. **História da infância sem fim**. Ijuí, Unijuí. Infância e educação. Era uma vez... Quer que conte outra vez? Petrópolis, Vozes, 2002.

CORSARO, William. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.

CHARLOT, Bernard. **A Mistificação Pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Tradução de Maria José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos / coordenação Selma Garrido Pimenta)

COHN, Clarice. O que as crianças indígenas têm a nos ensinar? O encontro da etnologia indígena e da antropologia da criança. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 27, n. 60, p. 31-59, maio/ago. 2021.

CUCHE, D. **Gênese Social da Palavra e da Ideia de Cultura**. Bauru: Edusc, 1999.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MÜLLER, Fernanda. **Sociologia da Infância: pesquisa com crianças**. **Revista Educação e Sociedade**: Campinas, vol. 26, n. 91, p. 351-360, Maio/Ago. 2005.

DELGADO, Ana Cristina Coll. Estudos socioantropológicos da infância no Brasil: caminhos, problematizações e diálogos. In: MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Das Pesquisas com Crianças à Complexidade da Infância**. Campinas: Autores Associados, 2020. (Coleção Educação Contemporânea)

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Diferentes infâncias, diferentes questões para a pesquisa. In: MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias (Org.). **Das Pesquisas com Crianças à Complexidade da Infância** [livro eletrônico]. Campinas: Autores Associados, 2020. (Coleção educação contemporânea)

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **O Processo Civilizador: uma construção dos costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

FAZOLO, Eliane. Pelas Telas do Aramado: práticas culturais e pedagógicas na educação infantil. In: ROCHA, Eloisa A. C.; KRAMER, Sonia. (Orgs.). **Educação Infantil: Enfoques em diálogo**. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

FERRARI, Dalka Chaves de Almeida. Sexualidade e violência. In: FERRARI, Dalka Chaves de Almeida; VECINA, Tereza Cristina Cruz (orgs.). **O Fim do Silêncio na Violência Familiar: teoria e prática**. 4 ed. São Paulo: Ágora, 2002.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; MIGUEZ, Samia Feitosa. **O Ser da Amazônia: identidade e invisibilidade**. Ciência e Cultura. São Paulo. v. 61, n. 3. p. 30-32. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Marcos Cezar de. História da Infância no pensamento social brasileiro. Oufugindo de Gilberto Freyre pelas mãos de Mário de Andrade. In: _____. (Org.) **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIEDMANN, Adriana. **Linguagens e Culturas Infantis**. São Paulo: Cortez, 2014.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Elias Bandeira. **O Serviço de Acolhimento de Crianças junto ao Abrigo “Casa Mamãe Margarida”**: processo de (des)construção de identidades impostas. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre a Iniciação à Pesquisa Científica**. Campinas: Alínea, 2001.

GRAUE, M. Elizabeth; WALSH, Daniel J. **Investigação Etnográfica com Crianças**:teorias, métodos e ética. - Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia Indígena: conquistas e desafios. **Revista Estudos Avançados**, 19 (52), p. 237-255. 2005.

HEYWOOD, Colin. **Uma História da Infância**: da Idade Média à Época Contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004, 284p *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, n. 125, maio/ago. 2005.

HORN, Cláudia Inês. **Pesquisa Etnográfica com Crianças**: algumas possibilidades de investigação. **Revista Enfoques PPGSA-IFCS-UFRJ**. vol. 13 (1). dez. p. 1-19. 2013.

JAVEAU, Claude. **Criança, Infância(s), Crianças**: que objetivo dar a uma ciência social da infância? Tradução de Maria Fonseca. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 26, n. 91, p. 379-389, Maio/Ago. 2005.

KRAMER, Sonia. Autoria e Autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. **Revista Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 41-59, Julho. 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A Pré-Escola na República**. 3. Ed. São Paulo, 1990.

KOHAN, Walter Omar. Infância. **Entre Educação e Filosofia**. Belo Horizonte:Autêntica, 2003.

KUHLMANN JR, Moysés; FERNANDES, Rogério. Sentidos da Infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **A Infância e sua Educação**: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um Conceito Antropológico**. 18ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LEAL, Gyane Karol Santana; SCHLINDWEIN, Luciane Maria. Brincadeiras, narrativas e imaginação das crianças ribeirinhas da comunidade do limão de baixo em Parintins-Amazonas. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO, 4., 2021, Criciúma. **Anais [...]**. Santa Catarina: Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. 2021. Tema: desafios contemporâneos das sociedades ibero-americanas. Eixo Temático: GT 52 - Infâncias Amazônicas, p. 33-44. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/congressoeducacao/article/view/7020>. Acesso em: 16 dez 2021.

LIRA, Naraiza Caldas. **Percepções da Infância a partir das Narrativas de Pais no Município de Tefé – AM**. 2020. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.

LOPES, Jander Janer Moreira, VASCONCELOS Tânia de. **Geografia da Infância**: Territorialidades Infantis. Currículo sem fronteira, V. 6. N.1, pp.103-127, jan/jun 2006. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1articles/lop_vasc.pdf. Acesso em: dia 13 de Março de 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e Gênero nas práticas escolares. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). **A Escola Cidadã no Contexto da Globalização**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARCHI, Rita de Cassia. Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 727-746, abr./jun. 2018.

MEDEIROS, Samuel Lucena de. **Comprando Saúde**: o consumo de remédios e seu contexto na Manaus antiga (1892-1939). Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.

MENDES, Daniela Cristina Nunes; DANTAS, Elaine Luciana Sobral. Currículo e Experiência na Educação Infantil: sentidos de crianças. In: TANCREDI, Ana Maria Orlandina [et al.]. **Infância, cultura, diversidade e inclusão**: diversidade e participação em pesquisas com crianças e infâncias. vol. 2. Belém: Eduepa, 2022. (Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias – GRUPECI)

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos Métodos de Alfabetização no Brasil. Brasília: Ministério da Educação. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica, 2006. (Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate").

MOTA, Marinete Lourenço. **A Criança na Fronteira Amazônica**: o viver no fio da navalha e o imaginário da infância. 2016. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

NORONHA, Evelyn Lauria. **As crianças perambulantes-trabalhadoras, trabalhadoras-perambulantes nas feiras de Manaus**: um olhar a partir da Sociologia da Infância. 2011. Tese (Doutoramento em Estudos da Criança), área de concentração em Sociologia da Infância. Universidade do Minho, Braga, 2011.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; COSTA, Hélia; AZEVEDO, Ana. **Limoeiros e Laranjeiras**: revelando as aprendizagens. Lisboa: Ministério da Educação. Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, 2009. (Aprender em companhia).

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Pedagogia(s) da Infância: reconstruindo uma práxis de participação. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; KISHIMOTO, Tizuko Morchida; PINAZZA, Appezzato (Orgs.). **Pedagogia(s) da Infância**: dialogando com o passado construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. **Violência sexual contra crianças e adolescentes no Amazonas e os paradoxos do controle social**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

POPPER, Karl Raymund. **Conjecturas e Refutações**. Tradução: Sérgio Bath. Brasília: UNB, 1902. (Coleção Pensamento Científico).

PROUT, Alan. **Reconsiderando a Nova Sociologia da Infância**. Tradução de Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p.729-750, set./dez. 2010.

PROUT, Alan; JAMES, Allison. **Constructing and Reconstructing Childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood**. 2. ed. Basingstoke: Falmer Press, 1997.

QUEIROZ, Caroline Trapp de; PEREIRA, Rita Marisa Ribes. A Casa, a Rua, a Luta: apontamentos de uma pesquisa com crianças. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, nº 28, p. 30-41, fevereiro. 2021.

QUINTEIRO, Jucirema. Infância e Educação no Brasil: um campo em construção. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri; PRADO, Patrícia Dias (Orgs.). **Por uma Cultura da Infância: metodologias de pesquisa com crianças**. Campinas: Autores Associados, 2002.

RIBEIRO, Fabrícia Tavares. **Direito das Crianças à Educação em Creches na Cidade de Manaus**. 2019. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

RODRIGUES, Eubia Andrea. **Rede Urbana no Amazonas: Tefé como cidade de Responsabilidade Territorial na calha do Médio Solimões**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós – Graduação em Geografia- Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

SAID, EDWARD W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAMPAIO, Ana Alice Kulina Simon Esteves; BENTO, Patricia Kerschr. “A gente já tem 6 anos e já faz muita coisa, sabia?” Como as crianças veem a escola que têm? Alteridade e heterociência nas percepções infantis. In: TANCREDI, Ana Maria Orlandina [et al.]. **Infância, cultura, diversidade e inclusão: diversidade e participação em pesquisas com crianças e infâncias**. vol. 2. Belém: Eduepa, 2022. (Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias – GRUPECI)

SANTOS, Tânia Regina Lobato dos; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Pesquisas com Crianças em Contextos da Amazônia: o *locus* e temática dos estudos. **Revista FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 27, n. 51, p. 161-178, jan./abr. 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Sociologia da Infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares (Orgs.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção Ciências Sociais da Educação)

SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares (Orgs.). **Estudos da Infância: educação e práticas sociais**. Petrópolis: Vozes, 2009. (Coleção Ciências Sociais da Educação)

_____. Gerações e Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação Atelier: Modernidade, Incerteza e Risco**. Braga: Universidade do Minho, p. 39-48, maio. 2004.

_____. As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz (Orgs.). **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: ASA, 2004.

SILVA, Jeanne Araújo e. **Crianças Transgêneros: uma análise da produção científica brasileira dos últimos cinco anos**. 2019. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

SILVA, Tássia Cabral da. **Educação em Ciências e a Infância: por uma visão das crianças**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

SIROTA, Régine. Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar. Tradução Neide Luzia de Rezende. **Revista Cadernos de Pesquisa**, nº. 112, p. 7-31, março. 2001.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. Estatuto de sujeito, desenvolvimento humano e teorização sobre a criança. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR, Moisés (Orgs.). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

STEARNS, Peter N. **A Infância**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006. (Coleção História Mundial).

SOUZA, Débora de. **As Relações das Crianças com o Jardim Botânico**: um espaço para ciência. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2015.

SOUZA, Jussara Oliveira de; LEAL, Gyane Karol Santana; SCHLINDWEIN, Luciane Maria. **Criança e Infância na Região Amazônica**: o brincar na educação infantil e nos anos iniciais. In: TANCREDI, Ana Maria Orlandina [et al.]. **Infância, cultura, diversidade e inclusão**: diversidade e participação em pesquisas com crianças e infâncias. vol. 2. Belém: Eduepa, 2022. (Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias – GRUPECI)

SOARES, Natália Fernandes. **Infância e Direitos**: participação das crianças nos contextos de vida – representações, práticas e poderes. 2005. Tese (Doutoramento em Estudos da Criança). Área de concentração em Sociologia da Infância. Universidade do Minho, Braga, 2005.

TEIXEIRA, Priscila Castro; LEITE, Iani Dias Lauer. A Criança e a Educação Musical: relato infantil sobre fazer e aprender música no projeto “sementes musicais em Santarém/Pará. In: TANCREDI, Ana Maria Orlandina [et al.]. **Infância, cultura, diversidade e inclusão**: diversidade e participação em pesquisas com crianças e infâncias. vol. 2. Belém: Eduepa, 2022. (Seminário de Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias – GRUPECI)

TRINDADE, Patrícia dos Santos. Enchentes e Vazantes: o brincar das crianças ribeirinhas de Bom Socorro do Zé Açu, Parintins-AM. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO, 4., 2021, Criciúma. **Anais [...]**. Santa Catarina: Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. 2021. Tema: desafios contemporâneos das sociedades ibero-americanas. Eixo Temático: GT 52 - Infâncias Amazônicas, p. 45-55. Disponível em:

<http://periodicos.unesc.net/congressoeducacao/article/view/7020>. Acesso em: 12 abr 2022.

TOMÁS, Catarina Almeida. **Há muitos mundos no mundo... direitos da criança, cosmopolitismo infantil movimentos sociais de crianças**: diálogos entre crianças de Portugal e Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Estudos da Criança). Instituto de Estudos da Criança/Universidade do Minho, Braga, 2007.

TOUTONGE, Eliana Campos Pojo; FREITAS, Maria Natalina Mendes. As Crianças e a Natureza em Contextos Rurais Amazônicos. **Revista Exitus**, Santarém, v. 12, p. 01-25, e022005, 2022.

VEIGA, Cynthia Greive. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO,

Luciano Mendes de (Org.). **A Infância e sua Educação**: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VOGT, C. A Espiral da Cultura Científica. **Com Ciência - SBPC/Labjor** [conteúdo digital]. 2003. Disponível em:
<<https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/cultura/cultura01.shtml>>. Acessado em: 15 de março de 2022.

VOLTARELLI, Monique Aparecida. **Estudos da Infância na América do Sul**: pesquisa e produção na perspectiva da sociologia da infância. 2017. Tese (Doutorado em Educação), área de concentração em Sociologia da Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.